



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 170 - QUARTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO Suplentes de Secretário 1 ^a - Serys Slhessarenko – PT-MT 2 ^º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3 ^º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4 ^º - Alton Freitas – PL-MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 16 LÍDER Ideli Salvatti – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32 LÍDER Alvaro Dias – PSDB VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL
LÍDER DO PMDB – 20 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira	 LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Alton Freitas	LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)
	LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)
LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 156ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE SETEMBRO DE 2006

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Discursos do Expediente		
SENADOR ROBERTO SATURNINO – Análise do quadro político brasileiro.....	29477	
SENADORA IDELI SALVATTI – Registro e comentários sobre a matéria publicada no jornal O Globo , intitulada “Polícia conclui que não houve grampo no TSE. Laudo do Instituto de Criminalística não encontra sequer indícios de escutas clandestinas nos telefones do Tribunal”.	29480	
SENADOR JOSÉ JORGE – Considerações sobre o episódio da compra do dossier contra candidatos do PSDB.	29485	
SENADOR JORGE BORNHAUSEN – A falta de compromisso com a verdade por parte do presidente Lula e a obrigação da Polícia Federal de informar a verdade sobre a origem do dinheiro que seria usado para a compra do dossier.....	29492	
SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Denúncia sobre fiscalização realizada pela União Européia, estabelecendo novas barreiras para as exportações brasileiras, atingindo o setor de pesca.	29494	
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações sobre a série de escândalos no Brasil. .	29495	
SENADOR EDUARDO AZEREDO – Registro do artigo publicado no jornal Hoje em Dia sobre a urna eletrônica. Lamento pelos achaques sucessivos que vêm sofrendo a empresa Petrobrás, por parte da Bolívia. Considerações a respeito da política externa brasileira.....	29499	
SENADOR MARCO MACIEL – Registro do transcurso ocorrido em 23 de setembro, dos dez anos da sanção da Lei nº 9.307/96, que dispõe sobre a arbitragem no país, lei que representou um avanço muito grande na solução dos conflitos. Registro do artigo intitulado “ <i>Dez anos da Lei de Arbitragem</i> ”, da autoria de Arnold Wald e Ives Gandra da Silva Martins, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 25 do corrente.....	29502	
1.2.2 – Ofício		
Nº 126/2006, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Assuntos Econômicos. <i>Designação</i>		
do Senador Marcos Guerra, como suplente, para compor a referida Comissão.		29510
1.2.3 – Leitura de requerimento		
Nº 1.003, de 2006, de autoria do Senador João Batista Motta, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 1999, 86, de 2003, 3, de 2004 e 31, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria.....		29510
1.2.4 – Comunicações da Presidência		
Recebimento da Mensagem nº 222, de 2006 (nº 828/2006, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.		29510
Recebimento do Aviso nº 34, de 2006 (nº 372/2006, na origem), do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do artº 3º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o relatório de Execução de Operações de Administração de Passivos Externos realizadas pela União.		29510
1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação		
SENADOR MARCOS GUERRA – Registro das comemorações alusivas ao Dia do Técnico, na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 21 do corrente. Transcrição nos Anais do Senado Federal , da matéria intitulada “ <i>O pior dos emergentes</i> ”, de autoria do Professor Ives Gandra Martins.		29510
SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre o artigo intitulado “ <i>PMDB alega crime eleitoral para tirar governador do PI da disputa</i> ”, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição de 28 de agosto último.		29512
SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do editorial intitulado “ <i>O definitivo divórcio petista</i> ”, publicado no Jornal do Brasil , edição de 23 de agosto último.		29513
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários sobre a matéria intitulada “ <i>Presidente do TSE critica Lula pela antecipação do 13º</i> ”, publicada no jornal Folha de S.Paulo , edição de 24 de agosto último.		29514
SENADOR VALDIR RAUPP – Elogios à iniciativa científica do Instituto Butantan, instalando uma base avançada de pesquisa científica em bio-		

diversidade e bioprospecção, às margens do Rio Tapajós.	29515
SENADOR EDUARDO AZEREDO – Registro do artigo intitulado “A urna eletrônica saiu de dentro dele”, de autoria do Professor José Anis Leão, publicado no jornal Hoje em Dia , edição de 26 do corrente.....	29516
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSAO ANTERIOR	
Do Senador Alvaro Dias, proferido na sessão do dia 23 de agosto de 2006.	29518
3 – EMENDAS	
Nºs 1 e 2, oferecidas ao Projeto de Lei nº 21, de 2006-CN (Mensagem nº 100, de 2006-CN, nº 744/2006, na origem).	29552
4 – ATOS DO PRESIDENTE	
Nºs 52 a 54, de 2006.	29555
5 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 211 e 212, de 2006.	29562
6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 1.906 a 1.912, de 2006.	29563
7 – CERTIDÃO	
Referente à Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 321, de 2006.....	29566

SENADO FEDERAL

8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

9 – SECRETARIA DE COMISSÕES

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

13 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

14 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

15 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

17 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

18 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

19 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 156^a Sessão Não Deliberativa, em 26 de setembro de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Marcos Guerra, Eduardo Azeredo e João Batista Motta

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, do PT do Rio de Janeiro.

S. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, os observadores políticos do Brasil, e até outros que não são brasileiros mas que se dedicam ao estudo e análise do processo político brasileiro, estão diante de um dilema, de uma dicotomia lógica que ainda não tem conclusões definitivas, até porque não temos também resultados definitivos. Eu, por exemplo – e sou um observador político do quadro brasileiro há cinqüenta anos –, por tudo o que tenho escutado aqui neste plenário, por tudo o que tenho lido nos jornais, por tudo o que tenho visto na televisão, acabaria tirando uma conclusão lógica do conteúdo desses pronunciamentos e mesmo desse noticiário e de artigos que são escritos. A conclusão seria de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não teria condições morais, éticas para se reeleger. Por outro lado, não temos ainda resultados definitivos, e a preferência popular se manifestou claramente pela reeleição do Presidente.

Do encontro lógico desses dois fatos – o conjunto de comentários e a manifestação popular –, surge aquele velho aforismo: “O povo não sabe votar”. O povo é tolo, despreparado, não sabe o que é melhor para si; ou então o povo é cínico, não tem noção de ética, de moral e não sabe apreciar as questões sob esse prisma da ética e da moral.

Sr. Presidente, esse é um velho pensamento. Eu, como disse, sou antigo observador da política brasileira e sei que esse é um velho pensamento da elite tradicional, conservadora, endinheirada; da elite branca, no dizer do Governador Cláudio Lembo.

Além disso, esse é um pensamento também muito subliminarmente inserido na mídia brasileira há muito tempo – se bem que, nesses cinqüenta anos de observação, nunca vi uma posição da mídia tão forte contra um Presidente ou contra um candidato como agora, a não ser nos idos de 1954, em relação a Getúlio Vargas. Depois daquele episódio, não vi mais se repetir essa força, essa unanimidade do noticiário e do pensamento da mídia como a que tenho visto agora.

Trata-se de um velho vezo da política brasileira. O Brasil não tem, Sr. Presidente, tradição democrática; tem pouca prática de democracia, essa é a verdade. O Brasil teve um período democrático, de 1945 a 1964 – menos de vinte anos –, que se interrompeu. E agora, a partir de 1984, 1985, o País retomou a prática democrática.

O fato é que a democracia no País sempre foi uma democracia dessas elites, uma democracia em que o povo trabalhador, o pequeno agricultor, a família carente, o excluído brasileiro sempre votou de acordo com a opinião da classe média, do seu “doutor”, da mídia, porque a democracia funcionava assim; o povo nunca tinha tido a oportunidade de se revelar por inteiro no seu pensamento, no seu julgamento, como agora está fazendo.

Esse pensamento da elite – de que o povo não tem capacidade de julgar, ou, quando o faz, julga errado, ou, quando o faz, julga sem considerar os aspectos morais e éticos – é profundamente antidemocrático. Mas, no fundo, é o pensamento de quem não quer e não pode aceitar o novo e principal ator do jogo democrático brasileiro, o ator que nunca tinha entrado em cena com autonomia e agora, desta vez, está entrando. Então, esse fenômeno está causando espécie e dificuldade de compreensão para quem não está habituado ao jogo democrático na sua completude, na sua inteireza.

No último número da revista **Carta Capital**, há uma entrevista muito interessante e substanciosa do cientista político Marcos Coimbra, na qual ele responde exatamente essas indagações, desmistificando todo esse pensamento de que o povo não sabe votar, de que o povo não pensou bem, mostrando que esses julgamentos são errados e, além de errados, an-

tidemocráticos, porque são de quem não participou ainda de um jogo democrático em que entrem todos os atores, inclusive o povo mais modesto, o povo trabalhador, o pequeno agricultor, a família carente, os excluídos, etc.

Agora, isto é o que há de auspicioso neste momento, ou seja, a democracia brasileira entrou no seu processo de consolidação e de aprofundamento – algo que ainda não havia ocorrido –, e entrou o fator novo do projeto nacional brasileiro.

Depois do Estado nacional, depois da ocupação do território, entrou o povo nacional brasileiro, que ainda não tinha assumido a sua autonomia, a sua presença e o seu desempenho no palco político brasileiro. Isso é, como eu disse, auspicioso sob o ponto de vista democrático, porque é a última etapa na consolidação do projeto nacional brasileiro e democrático.

Porém, isso não está acontecendo só no Brasil; está acontecendo em todos aqueles países da América Latina que se caracterizam pela desigualdade profunda com que o Estado nacional trata a população, em todos aqueles países que sempre jogaram o povo numa situação de muita injustiça, de muita opressão, de muita exclusão, de muita desconsideração. O que está acontecendo no Brasil acontece em praticamente toda a América Latina, à exceção da Argentina, do Chile e do Uruguai, países onde esse fenômeno da desigualdade aprofundada e da exploração do povo pelas elites de maneira tão gritante, tão antiética e tão injusta não aconteceu no mesmo grau com que aconteceu nos demais países.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Em breve, Senador.

O México vive hoje essa situação, assim como a Venezuela, a Bolívia, o Equador, o Peru. Toda a América Latina está despertando para a democracia e, pela primeira vez, incluindo como ator, no jogo democrático, o povo, sempre excluído desse processo, do processo político e do processo econômico-social.

Então, isso é novo, e, por conseguinte, muita gente estranha, classifica mal, comprehende mal. Mas é um fato que considero da maior importância, um fato novo, auspicioso, que trará para o nosso País e para o continente essa consolidação do regime democrático, da participação popular, da autonomia de pensamento e de julgamento do povo trabalhador.

Ouço o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Roberto Saturnino, sempre assisto, com muito entusiasmo e muita atenção, aos pronunciamentos que V. Ex^a faz nesta Casa. Hoje V. Ex^a critica as elites. Mas o povo

brasileiro, que tanto o admira, precisa de um esclarecimento maior de V. Ex^a sobre o que é elite. Será que quem comanda o PT ou quem faz oposição ao Governo faz parte das elites que o cercam? Será que o PT hoje é governado por uma elite, ou o PT não tem elite? Já soubemos de uma discussão, amplamente divulgada pela imprensa, do alto comando do *politburo* petista, em que um dos participantes disse: “Pára com isso, porque a elite somos nós”. O grande erro ou a grande novidade é que agora se implantou no Brasil uma nova modalidade de elite, que é a elite da corrupção, a elite que comanda um processo de corrupção no País e que tem o Presidente da República como autoridade maior. No entanto, como resposta a tudo isso, o Presidente apenas chama seus companheiros de “meninos”. Ora, eu já pedi que mandasse os meninos para a Febem, porque, se esses meninos crescerem assim, eles vão fazer mal à sociedade brasileira. Senador Roberto Saturnino, tenho a impressão de que V. Ex^a, como carioca, é admirador do jornalista Ancelmo Gois. Espero que V. Ex^a não o coloque na elite do jornalismo brasileiro, a não ser que ele faça parte da elite por causa da sua independência, da sua credibilidade e, acima de tudo, por ser um daqueles que honram a profissão. Na sua coluna hoje, ele mostra a fotomontagem, inspirada no quadro original da “Santa Ceia”, intitulada “Santa Ceia Tabajara”. Nela, o Presidente Lula ocupa a cadeira principal – isso até vem em bom momento, porque o Presidente comparou-se a Cristo ontem –, cercado da elite da corrupção brasileira. Não podemos, Senador Roberto Saturnino, tapar o sol com a peneira. O Brasil está estarrado e escandalizado, por exemplo, com o que se está fazendo neste Governo com uma das instituições mais respeitadas do País, o Banco do Brasil, que tem sido usado para montagem e fortalecimento do aparelho do Estado, para bisbilhotar a vida de pessoas que contrariam o Governo, que se opõem ao Governo em determinadas ocasiões. Portanto, chamo a atenção de V. Ex^a, que prima nesta Casa pelo equilíbrio e pela ponderação, para que se tenha cuidado com a criação dessa nova elite. V. Ex^a cita, toda segunda-feira, a revista **Carta Capital**, publicação de repercussão nacional, mas o jornal **O Globo**, da sua cidade, e as revistas **Veja** e **Época** veiculam, nesta semana, notícias gravíssimas contra o Governo, que tenho certeza serão objeto de leitura por parte de V. Ex^a. Permita-me aproveitar esta oportunidade para parabenizar seu conterrâneo Ancelmo Gois pela oportunidade e pela inspiração dessa montagem, invocando a Ceia Larga, onde o suposto Cristo, o Cristo barbado, está cercado de ladrões por todos os lados. Todos os citados aqui, que formam essa elite, ou já foram investigados ou já

foram punidos. Não vamos dizer que são “meninos” ou que aqui tenha algum inocente. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senador Heráclito Fortes.

Há pouco, eu disse que, nestes cinqüenta anos em que observo a política brasileira, nunca vi algo tão claro, tão explícito e tão forte quanto a campanha, com noticiários, comentários e artigos, que a mídia faz contra o Governo Lula, a não ser a que foi feita contra Getúlio Vargas, em 1954. De lá para cá, nunca mais vi algo assim. Isso significa que coisas novas e graves estão acontecendo. Ao mesmo tempo em que a mídia assim procede, a massa da população apóia o Presidente. O objeto do meu discurso é exatamente mostrar que há um fenômeno novo no quadro político brasileiro.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Já ouço V. Ex^a.

Há um fenômeno novo no quadro político brasileiro que é essa assunção, por parte do povo, de uma autonomia em relação ao noticiário, a tudo o que sai na mídia e à opinião dessa elite conservadora. Classifiquei a elite como elite conservadora, elite endinheirada, elite que representa a mídia de modo geral, o pensamento da mídia, na medida em que a mídia é toda feita para atender não ao povo trabalhador excluído, mas a quem compra os jornais, a quem paga as propagandas, que é a camada menos pobre da população, vamos dizer assim, para incluir a classe média também.

Com prazer, ouço o Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PLF – PE) – Congratulo-me com V. Ex^a, Senador Roberto Saturnino, pela escolha do tema. Acho que V. Ex^a escolheu bem. E vejo que esta sempre foi uma preocupação de V. Ex^a, pelo que conheço de sua atuação como político e como Parlamentar. Uma preocupação em relação à questão de que devemos ter sempre um governo com base popular, que permita que possamos melhorar a qualidade de vida da população mais pobre. Sob esse ponto de vista, acho que V. Ex^a tem efetiva razão em relação ao tema que escolheu. É um tema propício para discutirmos nestes dias de pré-eleição, praticamente na semana pré-eleitoral. Se observarmos os noticiários, podemos dividi-los em duas etapas: na primeira etapa, houve um comportamento da mídia para uma tentativa de um noticiário equilibrado. Inclusive, na mídia principal, que é a televisão, até a legislação obriga que as emissoras de televisão dividam o tempo igualmente entre os candidatos, sendo que o Presidente Lula, o candidato do Governo, levava até alguma vantagem, porque, às vezes, aparecia como Presidente, outras

como candidato. Mas, na verdade, havia, sim, uma tentativa de equilíbrio. A mídia impressa, normalmente, é mais independente. De qualquer maneira, se acompanharmos os espaços, vemos que, até um determinado momento, houve um equilíbrio no noticiário entre todos os candidatos, entre os dois principais e os outros dois, Heloísa Helena e Cristovam Buarque. Aí, aconteceu um fato novo, que foi exatamente a tentativa de compra de um dossiê por duas pessoas ligadas ao PT – uma é filiada ao PT de Mato Grosso, uma pessoa importante no esquema financeiro de lá; o segundo é um funcionário do PT, um ex-policial federal, que foi contratado para trabalhar no comitê central do Partido dos Trabalhadores. Essas duas pessoas foram pegas com R\$ 1,75 milhão em dinheiro, valor que, hoje em dia, com a informática, é muito difícil de se juntar. V. Ex^a sabe melhor que eu que, para se tirar R\$ 20 mil de um banco, em dinheiro, hoje, deve-se avisar na véspera. Essas pessoas estavam com R\$ 1,75 milhão. De lá para cá, evidentemente isso se tornou a notícia do dia, porque a mídia, na verdade, acompanha aquilo que vai acontecendo, e efetivamente todos os jornais e as próprias emissoras de televisão deram um grande espaço ao fato. E o que aconteceu? Cada dia mais, foram aparecendo pessoas ligadas ao Presidente, como o seu churrasqueiro. Ontem, o Presidente acusou o próprio Presidente do PT, Ricardo Berzoini, que era o coordenador da campanha e que se afastou. Quer dizer, foram aparecendo novas pessoas. Por enquanto, a Polícia Federal ainda não descobriu a origem do dinheiro. Aconteceram dois fatos: primeiro, o chamado jogo sujo, a tentativa de compra dossiê contra os adversários; segundo, a quantia de R\$ 1,75 milhão, que é muito dinheiro. Calculo que esse valor caiba numa mala de viagem, em dinheiro vivo – inclusive, uma parte era em dólar. Essas coisas obrigaram a mídia a dar todo esse espaço, que, na verdade, termina quando se noticia isso e, de alguma maneira, diretamente atinge o Presidente Lula. Se formos justos – V. Ex^a, diga-se de passagem, é uma pessoa sempre justa e coerente –, notaremos a divisão entre o momento em que o noticiário da mídia era equilibrado em relação a todos os candidatos e o momento posterior. Enquanto não se souber de onde veio esse dinheiro, enquanto a Polícia Federal não disser de onde veio – pois até agora não se disse nada –, não vai ter como a mídia deixar de noticiar esse fato, porque há concorrência nesse setor. Portanto, se um jornal, vamos supor, a **Folha de S. Paulo** não noticiar e o jornal **O Estado de S. Paulo** o fizer, o público vai comprar **O Estado de S. Paulo**, e não, a **Folha**. Então, acho que seremos justos com a mídia se separarmos essas duas etapas. De qual-

quer maneira, para encerrar, elogio V. Ex^a pelo tema que traz, que realmente é relevante.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador José Jorge. Acho que, mesmo antes desse episódio, já estava muito clara a preferência, o modo de noticiar, o destaque das notícias, a vontade política da mídia de evitar a reeleição. Em todo o caso, até reconheço que surgiu um fato novo e que esse fato novo deu ensejo a que a mídia retomasse, com mais vigor ainda, a tendência que já tinha antes.

O julgamento da mídia vai ser feito **a posteriori** por especialistas – não sou especialista em apreciação da mídia –, que vão medir espaços, medir formas de noticiar e apresentar as suas conclusões de forma científica, menos parcial, tão neutra quanto possível.

V. Ex^a não deixa de ter razão quanto a esse fato novo ter trazido um recrudescimento de uma tendência, que penso já existia antes.

Sr. Presidente, era isso que queria ressaltar hoje, a importância da entrada em cena desse ator novo, que é o povo, com independência, com pensamento próprio, sem se deixar influenciar pelo doutor ou por aquela posição hierárquica socialmente mais elevada, que está pensando bem, amadurecidamente, avaliando o Governo do Presidente Lula e fazendo a sua opção. Isso é novo, é muito importante, porque é a consolidação definitiva do regime democrático no Brasil, na sua inteireza, na sua largueza completa.

Agradeço a paciência de V. Ex^a e dos que me ouviram.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por cessão do Senador Eduardo Suplicy, ambos do PT, por 20 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, muito agradecida.

Faço o registro, na tarde de hoje, de uma matéria que reputo extremamente importante, mas que, infelizmente, só saiu de forma muito acanhada num único jornal, o **Globo** de hoje.

O título da matéria é: “Polícia conclui que não houve grampo no Tribunal Superior Eleitoral. Laudo do Instituto de Criminalística não encontra sequer indícios de escutas clandestinas nos telefones do Tribunal”.

Por que reputo essa matéria muito importante? Quando foi veiculada, poucos dias atrás, há mais de uma semana, o Ministro Marco Aurélio Mello deu-lhe bastante ênfase. Acho que o País todo ficou extremamente preocupado. Trata-se dos principais Ministros que estão no comando do processo eleitoral do nosso

País, nada mais nada menos do que os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que estão agora investidos da tarefa de cuidar do momento mais sublime da democracia, o momento em que o povo deposita o seu voto na urna e espera que, do resultado dessa votação, se cumpram os destinos do País. É claro que todos observamos e ficamos preocupados. Ainda mais, houve declarações do Ministro Marco Aurélio Mello em entrevistas que concedeu.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Que tiveram grande destaque na mídia.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Naquele momento, tiveram grande destaque.

Essa matéria saiu bem sutilemente no **Globo**, só no **Globo**. O Ministro Marco Aurélio deu entrevistas sobre o caso e disse, inclusive, que os grampos poderiam ter sido instalados por agentes do Estado, portanto, dando a entender que algum outro poder, alguma outra instituição da democracia brasileira poderia ter executado grampo, escuta telefônica ilegal, em nada mais nada menos que no Tribunal Superior Eleitoral, no telefone do Ministro presidente do Tribunal e de outros dois Ministros.

A denúncia sobre a suposta espionagem dos ministros do TSE e do Supremo foi formalizada segunda-feira da semana passada pelo diretor-geral do tribunal eleitoral, Athayde Fontoura Filho. Com base em relatório da Fence – Consultoria Empresarial Ltda, Fontoura convocou uma entrevista coletiva para informar que as linhas telefônicas usadas por Marco Aurélio, Peluso e Ribeiro poderiam ter sido alvo de espionagem clandestina.

Depois do laudo, da pesquisa, do estudo, da análise, da avaliação, do Instituto de Criminalística da Polícia Federal, a Divisão de Contra-Inteligência da Polícia Federal chegou à conclusão de que não há vestígios de grampo nas linhas telefônicas indicadas pela Fence; ou seja, onde a Fence descobriu, insinuou ou imaginou que havia grampo, o estudo, a análise, a investigação chegou à conclusão de que não havia vestígio de grampos nas linhas indicadas pela Fence.

Alias, a reportagem do **Globo** diz: “Grampo naquelas linhas telefônicas só se tivesse sido feito por alguma operadora e, ainda assim, não são todas as operadoras que têm equipamentos suficientes para fazer esse tipo de grampo”.

E ironiza: “Grampo ali (TSE e STF) só se for no cabelo de alguém”.

Senador Roberto Saturnino, ainda fazem ironia. Grampo, só se alguém estiver usando no cabelo.

A Fence, essa Consultoria Empresarial, acusou a existência de indícios de grampos em telefones dos gabinetes dos Ministros Marco Aurélio e Cezar Peluso e no fax do gabinete do Ministro Marcelo Ribeiro. O laudo final do Instituto de Criminalística é muito contundente. Espero que haja, pelo menos na imprensa, a repercussão compatível à gravidade da insinuação de que tal tipo de procedimento pudesse ter acontecido, e pudesse inclusive ter acontecido, como disse o Ministro Marco Aurélio de Mello, por agentes do Estado.

É interessante! Quem é essa Fence? É a empresa que insinuou, apresentou ou deu a entender que havia indícios, a ponto de, nada mais nada menos, a principal autoridade neste momento do processo eleitoral, o Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, fazer coletivas e declarações à imprensa no sentido de que havia o grampo ou indícios do grampo.

Quem é a Fence? Pedi aos meus assessores que pesquisassem, Senador Roberto Saturnino. E vou fazer a leitura de uma reportagem absolutamente elucidativa, do dia 12 de abril de 2002, do **Correio Braziliense**:

“Bornhausen foi grampeado

O presidente do PFL descobriu escutas em seus telefones e também nos de seus familiares. Ele tem certeza de que Serra está envolvido. É por isso que não há possibilidade de recomposição com o PSDB.

Há cerca de vinte dias, no auge das desconfianças de que havia um esquema de espionagem, contra o partido montado, pelo governo, o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, providenciou uma varredura em todos os seus telefones. Descobriu que não apenas seus aparelhos, mas também os da sua família, estavam grampeados. Havia escutas nos telefones da presidência do PFL, na casa e no escritório de Bornhausen em Florianópolis e também nos telefones de seus filhos.

É essa evidência que faz com que Bornhausen não aceite, em nenhuma hipótese, a possibilidade de uma recomposição com o governo e com seu candidato à presidência José Serra, do PSDB. De acordo com a edição de ontem do jornal Valor, Bornhausen recebeu informações de que esses grampos foram feitos [por quem, Senador Roberto Saturnino?] pela Fence Consultoria Empresarial Ltda. [A mesma, a mesmíssima].

Essa empresa firmou um contrato de R\$1,8 milhão com o Ministério da Saúde quando Serra era o ministro.

Pelo contrato, a Fence tinha por tarefa fazer varreduras de grampos nas salas do Ministério da Saúde. De acordo com o Valor, Bornhausen recebeu informações de que transcrições de conversas e de seus familiares foram encontradas [onde Senador Roberto Saturnino?] na Fence.

Na mesma. Aliás, “a Comissão de Fiscalização do Senado” – já pedi para a Assessoria levantar – “discutiu um pedido de investigação feito pelo Senador” – à época – “Geraldo Althoff (PFL-SC) no contrato da Fence com o Ministério da Saúde. Por todas as evidências que colheu, Borhausen, tem certeza de que algo acabará sendo encontrado. O pedido de Althoff foi relatado pelo Senador Jefferson Peres (PDT-AM). Para Péres, há indícios de que a Fence pode ter realizado ‘serviços estranhos’ ao seu contrato. (...) Outros órgãos do governo também contrataram a Fence. Mas, em 2001, o contrato do Ministério da Saúde corresponde a quase 60% do total pago por todo o governo à empresa. Este ano, de acordo com o relatório de Péres, esse valor subiu para mais de 80%.

Em 2002, portanto, durante o último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, os valores dos contratos de órgãos do Governo Federal subiram para mais de 80% com a Fence, essa mesma que insinuou que havia grampos no Tribunal Superior Eleitoral agora, em plena eleição de 2006.

Além de Borhausen, outros pefeлистas também desconfiam da possibilidade de grampo. O líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira (PE), desconfia que foi espionado durante a sua campanha para a Presidência da Câmara, no ano passado. Inocêncio foi derrotado pelo Deputado Aécio Neves (PSDB-MG). (...)

Para Borhausen, essas suspeitas e as evidências colhidas são uma demonstração de que não se pode confiar em José Serra.

Sem esse mínimo de confiança, a possibilidade de um entendimento reduz-se a zero. ‘É um jogo muito bruto, muito pesado. Assustador mesmo’.

De quem é esse comentário, Senador Roberto Saturnino? Do Sr. Jorge Bornhausen, Presidente do PFL.

A mesma reportagem traz uma lista de “suspeitas de arapongagem” que aconteceram à época:

Contra Lula e Roseana

O candidato do PPS à Presidência da República, Ciro Gomes, foi o primeiro a denunciar

a existência de uma estrutura de arapongagem. Segundo ele, havia um grupo...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Ideli Salvatti?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a pode aguardar um pouquinho, Senador José Jorge? Vou terminar a leitura da reportagem.

Segundo ele, havia um grupo de 40 pessoas plantado em São Paulo para bisbilhotar a vida dos possíveis adversários do candidato do PSDB à Presidência, José Serra. Os principais alvos seriam, segundo Ciro, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, e Roseana Sarney, do PFL.

“Sarney também se queixa” é outro *link* da matéria do **Correio Braziliense**, repito, do dia 12 de abril de 2002:

O senador José Sarney (PMDB – AP), pai de Roseana, obtém informações semelhantes. Ele chegou a se queixar ao presidente Fernando Henrique Cardoso sobre essas suspeitas.

Depois vem:

Dossiê para Garotinho

O governador do Rio e candidato do PSB à Presidência da República, Anthony Garotinho, informa que foi procurado por um político do PSDB, a mando do Deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ), que pretendia lhe passar um dossiê com denúncias contra Roseana Sarney.

O quarto *link* é:

Também contra Tasso

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, que chegou a disputar com Serra a indicação do PSDB para ser candidato à Presidência, também foi investigado. Os arapongas também seguiram seu irmão, o empresário Carlos Jereissati. Ele é sócio do marido de Roseana, Jorge Murad, em um shopping center em Porto Alegre (RS).

Essa reportagem de 2002 é absolutamente elucidativa.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte? É em relação à reportagem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou lhe conceder o aparte, Senador José Jorge.

Há outras reportagens aqui. Uma delas, publicada no **Jornal do Brasil**, de 15 de março de 2003, diz que Ministério da Saúde foi acusado de contratar uma empresa particular para espionar a Governadora do Maranhão, Roseana Sarney. O Ministro Barjas Negri confirmou um contrato de um R\$1,8 milhão com a Fence Consultoria Empresarial, para “garantir a segurança do trabalho de técnicos e secretários”.

Há matérias publicadas em outras revistas, como no **Observatório da Imprensa**, de 24 de abril de 2002. A publicação da revista **Época** faz essa ligação da Fence Consultoria, que, volto a dizer, fez insinuações. Essas insinuações tiveram grande repercussão na mídia, semana passada. Mas, hoje, o laudo do Instituto Nacional de Criminalística afirma, de forma contundente, que nada foi encontrado. Inclusive um dos investigadores ironiza dizendo que, grampo, só se for no cabelo de alguém”.

Ouço o Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Muito obrigado, Senadora. Há duas questões. A primeira delas diz respeito aos grampos do TSE. Acho que, em nenhum momento, ninguém acusou o PT de ter feito os grampos. V. Ex^a está se defendendo de algo que não foi acusada. A segunda diz respeito à espionagem. Temos aqui uma entrevista – eu já li em dois jornais e na revista **Época** – do Sr. Wagner Cinchetto.

Quem é esse senhor? Um ex-sindicalista. Tem 43 anos, foi do movimento esquerdista MR-8, participou da formação da Força Sindical e, depois, passou para a CUT, ligado ao PT. Em 2002, participou de um grupo secreto, da campanha do candidato Lula, encarregado de colher informações e produzir denúncia contra adversários. O ex-sindicalista Wagner Cinchetto diz ser um profissional do mundo clandestino de campanhas eleitorais. Diz ter participado, em 2002, de um grupo secreto, cuja missão era difamar adversários do então candidato Lula. Entre seus companheiros estaria o atual Presidente do PT, Ricardo Berzoini, o secretário licenciado do Ministério do Trabalho Oswaldo Bargas, e Oswaldo Bargas, e Carlos Alberto Grana, Presidente da Confederação Nacional de Metalúrgicos, ligada à CUT. Ele afirma ter bisbilhotado gente ligada a Ciro Gomes e José Serra, candidatos que mais ameaçaram a eleição do Presidente Lula. Quando está à vontade, Cinchetto fala de si mesmo como destruidor de imagens etc. Esse Sr. Cinchetto deu entrevista dizendo que, na campanha de 2002, foi criado um grupo no PT, com o conhecimento do Presidente Lula, diga-se de passagem – não sou eu que estou dizendo não, foi ele quem disse. Eu até tenho dificuldade de acreditar nisso, porque, normalmente, o Presidente Lula nunca sabe dos fatos. Ele disse que o Presidente Lula efetivamente incentivou a criação desse grupo, que atuou contra todos os outros candidatos, inclusive contra o Sr. Ciro Gomes, que hoje é aliado do Presidente. Na época, preparam material contra o Vice e contra o próprio Ciro, o que fez com que Ciro Gomes, que em um determinado momento chegou a ficar na frente das pesquisas, caminhasse para trás. Então, tudo o que foi feito de jogo sujo, na eleição de 2002, na verdade foi

comandado por esse grupo, criado secretamente no PT e comandado diretamente pelo Presidente Lula.

Era isso que eu queria esclarecer, porque essas matérias que V. Ex^a leu aí estão desatualizadas. Naquele contexto, pensava-se isso. Hoje, já se vê que não era isso, mas o que falou aqui o tal do Walter Cincheto: era um grupo do PT, treinado, sob o comando do Presidente Lula, para fazer jogo sujo contra os outros candidatos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço o aparte, Senador José Jorge.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se V. Ex^a permitir que eu utilize o meu tempo, vou conceder posteriormente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço, sensibilizado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O Senador não estava aqui no início do meu pronunciamento. A declaração do Ministro Marco Aurélio de Mello, autoridade máxima do processo eleitoral no Brasil, deveria, com certeza, se preservar ao máximo, ter uma postura de absoluta imparcialidade e jamais poderia tomar qualquer...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – E V. Ex^a está dizendo que o Ministro é parcial?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não! Não! Estou....

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a está colocando isso. Está dizendo que houve parcialidade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador José Jorge, em primeiro lugar, eu não lhe concedi o aparte. Quando V. Ex^a pediu, pacientemente o ouvi. Portanto, espero que seja cumprido o Regimento, segundo o qual o aparte deve ser concedido.

Exatamente pelo cargo que o Ministro Marco Aurélio Mello ocupa neste momento que toda a Nação ficou muito preocupada, muito preocupada mesmo. Imaginem a possibilidade de ter havido ou não grampo.

Portanto, até antes de qualquer pronunciamento, diria mesmo que até antes de convocar uma coletiva... Uma coletiva chamada pelo Diretor-Geral do Tribunal Eleitoral, o Sr. Athayde Fontoura Filho. Ele chamou uma coletiva e deu realce a essa questão. Houve declarações do próprio Ministro Marco Aurélio Mello, que disse à imprensa que os gramos poderiam ter sido instalados por agentes do Estado.

Portanto, é uma declaração muito forte, que causa obviamente muita preocupação a todos nós. E vejam bem: dada a declaração, aí se faz a investigação, vem o laudo, e o laudo é peremptório, definitivo: não houve, não há, não teria como ter ocorrido o grampo.

Mas quem insinuou o grampo? Quem foi? Foi a mesma empresa... E aí me admiro porque fiz apenas o registro da reportagem que começa dizendo que “Bornhausen foi grampeado”. Fiz a leitura do que, nada mais, nada menos, o Presidente do PFL declarou a respeito de processos de grampo sofrido por ele, sofrido por outros, como personagens políticas do PFL e do PMDB.

Em todos esses processos, há indícios de participação da mesma Fence Consultoria, que está aqui delineada como sendo quem levantou a hipótese.

Semana passada, fiz um pronunciamento, o qual iniciei... O PSDB e o PFL entraram com uma representação junto ao Tribunal Superior Eleitoral com relação ao episódio da tentativa de compra de documentos por pessoas do PT. Já na semana passada, reproduzi parte – veja bem, Senador Saturnino – da entrevista concedida pelo jurista Dalmo Dallari. Não fiz referência às duas últimas perguntas feitas pelo Terra Magazine, pois, no meu pronunciamento, um outro Senador pediu aparte e acabou fazendo a leitura do que eu tinha reservado para ler.

Eu entendia, à época, que a resposta do jurista Dalmo Dallari, reconhecido professor emérito da área jurídica da nossa Universidade de São Paulo, era muito contundente, era muito forte, uma declaração muito pesada para o momento. Só que não posso hoje deixar de registrar, porque, quando o professor de Direito da Universidade Federal de São Paulo, o jurista Dalmo Dallari comentou, semana passada, o pedido de representação junto ao Tribunal Superior Eleitoral, na qual ele dizia que é “pura encenação eleitoral”, “esse pedido não tem a mínima consistência” e daí para frente

Dada a situação atual de ter sido derrubada peremptoriamente a insinuação, a suspeita, o indício de grampo no Tribunal Superior Eleitoral, e dada a necessidade absoluta de manter a imparcialidade quem comanda e conduz o processo eleitoral, não pode permitir que alguém da área jurídica, do **status** jurídico de uma personalidade como Dalmo Dallari, responda a duas perguntas feitas pelo **Magazine Terra**, nestes termos: “O Presidente do TSE, Ministro Marco Aurélio Mello, no entanto, já declarou que a eventual participação de um assessor de Lula no caso é um elo muito forte e que isso é ruim”. O Dr. Dalmo Dallari responde assim: “Antes de mais nada, acho que o Ministro está abandonando a prudência, que é um requisito essencial de um bom juiz, porque ele emite uma opinião política e não jurídica. Com isso, quando o processo chegar ao tribunal – se chegar – ...”

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senadora, quem é o assessor?

O SR. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – “... ele deverá declarar-se impedido para julgar. Ele tem

uma opinião pré-concebida; ele mesmo está se impedindo."

É feita a última pergunta:

Ele também está com uma postura política então?" Responde o Dr. Dallari: "Eu acredito que sim. Só posso interpretar dessa maneira.

Ele está abandonando a prudência, que deve ser marca fundamental de um juiz, e entrando na disputa eleitoral.

Que fique consignado que essas são as palavras de alguém que tem autoridade jurídica para fazer uma afirmação tão contundente. Na semana passada, não quis deixar isso consignado na tribuna pelas minhas palavras, na minha leitura. No entanto, hoje, dado o fato de que a suspeita de grampo junto às autoridades máximas que estão conduzindo o processo eleitoral no nosso País está definitivamente eliminada, que tenhamos, Sr. Presidente, a tranquilidade de fazer o registro e de pedir a normalidade deste pleito e o respeito às urnas no dia 1º. Que as autoridades constituídas que vão conduzir o processo eleitoral tenham o comportamento que a Nação espera de todos nós, principalmente o respeito ao voto da população.

Muito obrigada

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Tem a palavra pela ordem V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos vendo que o desejo de debate da Senadora Ideli Salvatti não é amplo, é apenas um desejo seletivo. S. Ex^a concedeu um aparte ao Senador José Jorge, mas negou-se a me conceder um aparte. Não tem problema.

Digo à Senadora que ela está equivocada.

Certa apenas em um episódio: a sua capacidade e a de seu Partido de aprontar dossiês. O que ela trouxe aqui nada mais foi do que um dossiê recolhido do arquivo de fatos pretéritos, embora o País, no momento, queira saber de fatos atuais. A Senadora Ideli Salvatti, além do mais, está tirando o emprego e a oportunidade de lançamento de novos livros dos jornalistas brasileiros que hoje muito se dedicam a escrever sobre fatos ocorridos. Aliás, amanhã, Júlio Mosquera lança na Monumental o livro **E eu com isso?**, exatamente uma oportunidade de lermos episódios como esse a que a Senadora se refere.

Senador Marcos Guerra, a Senadora Ideli Salvatti é seletiva em tudo – nos fatos e no que diz – e invoca de maneira deselegante a figura do Dr. Dalmo Dallari, jurista respeitado, mas que pode, neste momento,

estar falando mais como sogro do que como jurista. Quem não sabe que o Dr. Dalmo Dallari é hoje o atual sogro do Senador Eduardo Suplicy? Assim, sua fala, com depoimentos num programa partidário do PT, é uma demonstração disso.

Não vislumbro nenhuma legitimidade no que disse a Senadora Líder do Partido. Aliás, não há legitimidade quando se ocupa uma função ilegítima porque o PT perdeu a legitimidade e, acima de tudo, a autoridade de vir a esta tribuna cobrar desmandos neste País.

As acusações ao Presidente do Tribunal, cabe ao Presidente do Tribunal respondê-las. Lamentavelmente, a Senadora o acusou da tribuna do Senado, onde ele não tem acesso e não tem direito à palavra nem à voz. Há outros mecanismos para fazê-lo e não o faz porque atende às determinações do núcleo do poder palaciano que lhe manda dossiês bisbilhotando episódios, fatos e pessoas na história do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é lamentável que isso ocorra no momento em que a imprensa está aqui, e a Senadora devia, pelo menos, trabalhar no sentido de dar lide aos repórteres. Não é notícia para amanhã o que aconteceu há quatro anos. Ou esses fatos estão sendo investigados, ou já foram arquivados. A Senadora poderia colaborar se dissesse alguma coisa sobre o novo bisbilhoteiro nacional – esse, sim, contratado pelo PT para fazer trabalho sujo na atual campanha –, que se chama Lorenzetti e, coincidentemente, é conterrâneo da Senadora Ideli Salvatti.

A Senadora poderia dizer como começou a vida do Sr. Lorenzetti, a sua militância e as suas companhias em Santa Catarina.

Aliás, o ciclo perigoso do qual faz parte, em Santa Catarina, o Sr. Lorenzetti, de envolvimentos com a superintendência do INSS, de envolvimentos com o presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, que, tenho certeza, a Senadora conhece. O Sr. Lorenzetti, Senadora Ideli Salvatti, foi colega de apartamento do Delúbio Soares em São Paulo, e os proprietários, segundo a imprensa, ainda hoje procuram desesperadamente receber os aluguéis atrasados.

É lamentável, Senadora Ideli Salvatti, que o Governo que V. Ex^a representa, esteja, neste momento, no desespero de procurar réus para ficar sentado junto aos criminosos gerados pelo seu Partido.

Com relação a tentar trazer Jorge Bornhausen para o debate, é um desejo inicial de V. Ex^a nesta Casa. Tenho a impressão que entre V. Ex^a e o Senador Jorge Bornhausen existem fatos com os quais a senhora nunca se conformou e persegue, de toda maneira, um debate ou o direito a um debate com o nobre Senador de Santa Catarina. Foi assim na CPI do Banestado e tem sido sempre assim. E o Senador Jorge Bornhau-

sen, com seu jeito elegante, passa ao largo desses mexericos provincianos.

Sr. Presidente, lamento que a Líder do Governo, com a responsabilidade que tem – e devido à curiosidade da Nação em saber os reais caminhos dos escândalos no seio do seu Partido – não traga nenhum esclarecimento, não traga nenhum fato, não traga nada de novo para este Plenário e para o Brasil.

A não ser, Senadora, que V. Ex^a entre no rol de defesa do Presidente Lula e diga que o Lorenzetti também é um menino. É mais um que vai para a Febem. Aliás, a Febem vai ficar lotada, Senadora, desses meninos protegidos pelo Presidente Lula. Ontem, a acusação dele foi contra o Berzoini, a que chamou de...

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Aloprado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) Aloprado é o segundo termo, mas vamos imaginar que seja isso. Quem coloca aloprado no lugar em que colocou Berzoini é mais aloprado ainda, porque Berzoini não nasceu nem surgiu ontem, não é amigo novo; é amigo de há vinte anos. Aliás, desses, todos são companheiros de velha jornada – trocaram apartamento, fizeram militância, foram sócios em ONGs. Todos comeram mais de uma saca de sal juntos; por isso são amigos. E o Presidente não pode dizer que durante vinte anos nada sabia, porque, senão, o alopramento será exclusivo de S. Ex^a, mostrando à Nação brasileira que é um interditado, que é uma pessoa que não tem a menor condição de continuar dirigindo os destinos deste País.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou trocar a ordem com o Senador José Jorge só para respirar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – É por isso que eu estava dando o sinal para V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a generosidade e o espírito democrático de V. Ex^a. Enquanto isso pode ser que a assessoria do Governo traga subsídios para a Senadora Ideli fazer um debate não seletivo, mas amplo, geral e irrestrito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Em seguida, retorno a palavra a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos às vésperas de mais um pleito nacional, e, como tem sido regra no Governo Lula, o Brasil é afrontado por mais um es-

cândalo envolvendo petistas próximos ao Presidente da República.

Desta vez, Sr. Presidente, descobriu-se que membros de alto coturno do lulismo e do petismo tentaram comprar um falso dossiê contra as candidaturas de Geraldo Alckmin e José Serra. Ao ser pego em flagrante delito, o Presidente Lula se antecipou e tentou retirar a sua responsabilidade do crime. Escalou alguns dos envolvidos no delito para a condição de culpados. Mais uma vez, tenta iludir a população dizendo que não sabia de nada e, portanto, não tem qualquer responsabilidade no ilícito eleitoral.

Essa história de que o Presidente não sabia de nada é antiga. A **Veja**, revista semanal, publicou este quadro, que gostaria de mostrar a todos os Senadores, no qual o Presidente Lula está cercado de seus assessores.

O Presidente Lula, ontem, para falar das pessoas que se meteram nesses escândalos, além de chamá-los de aloprados, deu um exemplo bastante interessante. Ele disse: “Eu escolho as pessoas pensando que são boas e depois vejo que são ruins”. Depois comparou a situação com a de alguém que namora uma moça durante dez anos, depois se casa, e o casamento não dá certo. Aí verifica que efetivamente errou na escolha de sua esposa.

Bom, em primeiro lugar, o exemplo é mal colocado porque não deixa de ser um preconceito contra a mulher. Por que ele não disse o contrário, isto é, que uma mulher namora um homem tantos anos e depois vê que não era o marido ideal? Em primeiro lugar, é um preconceito contra a mulher, uma atitude machista. Em segundo lugar, no momento em que se escolhe um marido ou uma esposa, escolhe-se uma pessoa. E se o casamento não dá certo muitas vezes não é porque a mulher não presta, como o Presidente disse. Não é porque a mulher ou o marido não presta. Às vezes, incompatibilidade de gênio ou de atividades profissionais faz com que um casamento não dê certo. Então, o exemplo está muito mal colocado, aliás, como sempre.

No caso do Presidente Lula é diferente porque ele não escolheu uma pessoa; ele escolheu mais de trinta pessoas que estão diretamente envolvidas em todo esse processo de corrupção. Se fosse uma só, eu até concordaria com o Presidente Lula, porque todo mundo pode errar, mas a corrupção no Governo dele é sistêmica. É um sistema corrupto que tem de ser comandado pelo chefe.

Ele compara isso com um casamento, mas é completamente diferente. Essas pessoas aqui não saíram do Governo ou não foram denunciadas por causa de seu temperamento; todas elas foram denunciadas

por cometerem crime, seja crime de corrupção, seja o crime de fazer dossiê falso. Enfim, todo tipo de crime que apareceu durante esse Governo.

Vou citar apenas alguns crimes que estão nessa matéria, mas existem muito mais. O Procurador-Geral da República citou, naquela denúncia que fez ao Supremo Tribunal Federal, mais de quarenta e chamou o Governo e o PT de uma sofisticada organização criminosa. Em vez de ser um partido, virou uma organização criminosa. Quem eram as pessoas citadas? Estão aqui os que foram citados. Qual a razão da citação?

Em primeiro lugar está José Dirceu, ex-Ministro da Casa Civil no Governo Lula, que é acusado de ser chefe de uma quadrilha especializada em desviar dinheiro público e comprar apoio político, o chamado mensalão.

Em segundo, Gilberto Carvalho, chefe do gabinete pessoal do Presidente Lula. Do que é acusado? Na CPI dos Bingos foi acusado pelos irmãos do prefeito assassinado Celso Daniel de participar do esquema de desvio de recursos de prefeituras petistas para financiar o caixa dois do partido e de ter aparecido na chamada operação abafa no caso Celso Daniel.

Delúbio Soares é o mais famoso. Ex-Secretário de Finanças do PT e tesoureiro da campanha presidencial de 2002, ele é acusado de ser o operador do mensalão.

Antonio Palocci, ex-Ministro da Fazenda, é acusado de violar o sigilo bancário do caseiro Francenildo e de coordenar um esquema de fraudes em contratos municipais quando prefeito.

Gedimar Pereira Passos, membro do Comitê de Campanha de Lula, subordinado a Jorge Lorenzetti, que é o diretor do Banco de Santa Catarina, terra da Senadora Ideli Salvatti, é acusado de ter comprado, em nome do PT, o dossiê contra os tucanos.

Expedito Afonso Veloso, ex-diretor do Banco do Brasil, filiado ao PT, trabalhava na campanha de reeleição de Lula. De que é acusado? De ter confeccionado o dossiê e de tê-lo repassado à família Vedoim.

Hamilton Lacerda, ex-assessor de comunicação do candidato Aloizio Mercadante ao Governo paulista. De que é acusado? De ter contactado a revista **Istoé** para que divulgasse o dossiê.

E assim por diante. Nem vou ler tudo para não me cansar.

Todas essas pessoas estão envolvidas. O que será que está acontecendo agora? Muitos deles são candidatos a Deputado Federal, a maioria por São Paulo. Não duvido de que todos se elejam porque com a estrutura financeira que têm por trás, na realidade, é muito fácil se eleger.

Se um partido e um governo dispõem de R\$1.750.000,00 (um milhão setecentos e cinqüenta mil reais), em *cash*, Senador Heráclito Fortes, para comprar um dossiê falso, imagine a quantidade de dinheiro que essas pessoas têm para gastar nesse processo eleitoral!

Então, efetivamente, é uma situação que nos deixa muito preocupados. E, para que a eleição possa continuar na sua trilha normal, é absolutamente necessário que saibamos de onde veio esse dinheiro. Este senhor, Gedimar Pereira Passos, estava lá com o dinheiro – foi ele quem levou o dinheiro –, então ele sabe de quem recebeu esse dinheiro. Aí, dizem: “Não, a Polícia Federal está investigando”. Acho que, antes de a Polícia Federal investigar, o Presidente Lula deveria promover um churrasco na Granja do Torto ou lá no Palácio, chamar o Sr. Jorge Lorenzetti, que também sabe a origem desse dinheiro, e mandá-lo dizer de onde veio. É a maneira mais fácil de sabermos a origem desse dinheiro. Se ele realmente fizer isso, pelo menos, poderá ter uma desculpa para livrar a cara dele desse acontecimento. Se não fizer isso, é porque não quer que se saiba de onde veio o dinheiro.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador José Jorge, permita-me um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Roberto Saturnino, com muito prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador José Jorge, penso que o maior interessado nessa informação seja o próprio Presidente e nós do PT. Estou interessadíssimo em saber de onde veio esse dinheiro e quem foi o responsável por isso, mas – acredito que V. Ex^a concorda comigo – não eram cinco ou seis pessoas que sabiam, não; foi uma pessoa que obteve esse dinheiro e não falou com outras, porque esses assuntos ninguém comenta, ninguém diz que foi fulano que deu a “a”, “b” ou “c”. Essas coisas realmente são conduzidas de uma forma muito reservada. Acho que foi um erro gritante, uma afronta ao próprio Presidente, que é a pessoa mais interessada. Eu também estou interessadíssimo. Aproveito para fazer um apelo à Polícia Federal, ao Dr. Paulo Lacerda, para que esclareça a questão o mais rapidamente possível, porque, enquanto não for esclarecida, é claro que pairarão suspeitas que, de uma forma ou de outra, atingirão o Presidente. É preciso que a Polícia Federal esclareça isso agora, hoje ou amanhã. Sei que isso é difícil, porque, pela informação que lemos no jornal de hoje, não foi descoberto saque de R\$100 mil – esses saques são obrigatoriamente comunicados ao Banco Central. O valor da operação foi de R\$1,7 milhão. Se não houve nenhum saque de R\$100 mil, é porque foram feitos mais de 17 saques. Não é fácil identificar o

banco e a pessoa, mas acredito que a polícia esteja trabalhando. Confio na Polícia Federal – já havia dito isso outro dia da tribuna. O PT, eu particular e pessoalmente e o Presidente Lula somos os maiores interessados em saber de onde vem esse dinheiro. E não em só saber, mas em mostrar à Nação, à opinião pública, a fim de que esse fato fique esclarecido. Agradeço o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Não tenho nenhuma razão para não achar que V. Ex^a não está efetivamente interessado. Conhecemos sua carreira e sabemos que V. Ex^a não é pessoa de se meter em coisas erradas. Agora, o Presidente Lula é diferente de V. Ex^a. Ele não precisa saber que a Polícia Federal descobriu de onde veio, basta chamar essas pessoas que são amigas dele. Por exemplo, foi o Jorge Lorenzetti quem mandou o Gedimar Pereira Passos comprar esse dossiê. O Gedimar foi pego com R\$1,750 milhão. Ora, é aquela história: se ele foi pego com R\$1,750 milhão, alguém deu a ele, esse dinheiro não caiu no colo dele sem ele saber de onde. O Jorge Lorenzetti, que era o chefe dele e foi quem o botou no comitê, também sabe de onde veio o dinheiro. Ora, o Jorge Lorenzetti é churrasqueiro do Presidente Lula. Então, o Presidente Lula não precisa da Polícia Federal para esclarecer. V. Ex^a precisa, eu preciso, aqui o Presidente precisa, todos nós precisamos, menos o Presidente Lula. O Presidente Lula pode chamar o Sr. Jorge Lorenzetti lá no gabinete dele e dizer: meu amigo, isso é uma questão de interesse nacional. Vocês estão colocando em risco uma eleição. Digam de onde veio esse dinheiro, eu não vou ficar com essa responsabilidade. Então, o Sr. Jorge Lorenzetti vai dizer: não, eu peguei esse dinheiro com fulano, Berzoini, ou seja lá quem for. Ele vai dizer quem deu o dinheiro a ele.

Então, o Presidente Lula, pelos trinta anos que tem de amizade, tem condições de fazer isso, V. Ex^a não, eu concordo. V. Ex^a tem que aguardar pela Polícia Federal, mas o Presidente Lula, não.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador José Jorge, não é todo mundo que tem caráter e confessa isso. Muitas pessoas acham que podem sair ilesas desse processo. Estão completamente enganadas porque não vão sair, mas acham que podem sair. Então, mentem, inclusive para o Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Será?

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – É, mas quem não tem caráter...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, Senador, esse Jorge Lorenzetti é amigo do Presidente há mais de trinta anos.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador, eu não estou inculpando ninguém, eu não estou me referindo...

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sim, mas foi ele quem mandou o Gedimar. São os dois personagens no episódio do dinheiro.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Eu sei, mas quem trouxe o dinheiro, quem conseguiu o dinheiro, eu não sei e não quero inculpar ninguém. Essa pessoa tinha de ter a grandeza e o caráter de assumir isso, porque vai ser apanhada, vai ser pega, certamente. Então, por que não confessar a origem do dinheiro e mostrar tudo em pratos limpos? Acho que isso era um dever de grandeza, de caráter. Mas, infelizmente, nem todas as pessoas têm grandeza e caráter.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Eu acho que o Presidente Lula conseguiria isso se realmente estivesse interessado. Eu tenho de discordar de V. Ex^a. O Presidente Lula quer que nós creiamos...

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador José Jorge, concede-me um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Ouço o aparte do Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Com revisão do orador.) – Nobre Senador José Jorge, eu gostaria de dizer que V. Ex^a hoje faz, como tem feito habitualmente, um discurso muito importante e se sobressai pela lucidez da análise. Os fatos são do conhecimento público, são graves e ocorrem no momento em que nos preparamos para uma eleição presidencial, na qual o PT apresenta como seu candidato o atual Presidente da República. Daí por que concordo com V. Ex^a, como também o Senador Roberto Saturnino, quando pede pressa nas apurações. É necessário que o eleitor ao votar tenha essas dúvidas esclarecidas. Acho que o próprio Presidente Lula deveria ser o primeiro interessado a que isso ficasse logo apurado. Estamos a poucas horas – podemos dizer – das eleições. A campanha eleitoral termina na quinta-feira. Então, estamos a sessenta horas, ou a menos do que isso, da conclusão da campanha eleitoral. Dessa forma, associo-me a V. Ex^a nessa busca da rápida apuração, para que ao final a politizada sociedade brasileira, o segundo maior colégio eleitoral do mundo ocidental – 125 milhões de eleitores –, seja esclarecida desses fatos. Do contrário, a candidatura do Presidente Lula e seu Partido também serão, a meu ver, penalizados porque o eleitor brasileiro não aceita desvios éticos nem condutas não compatíveis com as tradições republicanas. Era esse meu rápido aparte a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a que, como sempre, traz uma palavra ponderada, porém firme.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Jorge?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, a coisa de que tenho mais pavor na vida é de quem se apropria da obra alheia, do sucesso alheio em proveito próprio, aliás, coisa que o PT tem feito muito. Programas do Fernando Henrique, como o Bolsa-Família, ele muda de nome, bota botox e faz como se fosse dele; as obras de Tucuruí, como se fossem dele, e por aí afora. Eu não quero cair nesse erro e quero atribuir o sucesso do aparte que vou lhe dar agora à divulgação, em tempo real, que a TV Senado nos proporciona. O Brasil todo está nos ouvindo. Quero elogiar o Estado de Santa Catarina por ser um dos mais politizados do País. Santa Catarina parece que assiste todo dia à TV Senado – vai ver que com muito orgulho – para ver a atuação da Líder do PT na tribuna deste Senado. Recebo agora um telefonema de uma pessoa de lá, que me faz um alerta. E não há nenhum mal nisso, é uma questão de opção, só lhe tira a isenção no caso, Senadora Ideli. O Dr. Dalmo Dallari é doador da campanha atual para o PT. Vou repetir: O Dr. Dalmo Dallari, jurista de renome nacional, fez doações para a campanha do PT, além de ter dado depoimentos. É brilhante, respeitado, mas neste caso não é isento, porque, como todos nós, tem direito a suas paixões. Daí por que eu queria apenas mostrar ao País que algumas citações feitas aqui não engrandecem quem cita nem tampouco o citado. A biografia do Dr. Dalmo poderia ter sido respeitada, com a omissão desse seu depoimento, naturalmente feito para atender solicitação dos que lhe são próximos, o que mostra que ele é um homem, acima de tudo, voltado para a família. Mas, Senador José Jorge, parabenizo V. Ex^a por este pronunciamento e quero mostrar apenas uma questão interessante: o PT trabalha com duas velocidades, a máxima e a mínima. A resposta da Polícia Federal com relação ao dossiê, que foi dada com pressa e anunciada com mais pressa ainda pelo Governo, não é a mesma resposta que toda a Nação quer saber sobre de onde veio o dinheiro, onde está o dinheiro – já se diz por aí que há muito mais do que isso, eu quero crer que sim. Por outro lado, é apenas uma opinião de um técnico da Polícia Federal, não significa que seja uma sentença final. O Tribunal pode requisitar outras firmas especializadas para verificar a autenticidade ou não, a veracidade ou não dos gramos. Quero apenas fazer esse registro para mostrar que a rapidez com que o PT divulga um fato é diametralmente diferente da rapidez com que ele não quer que alguns fatos sejam divulgados. Acho que o Sr. Lorenzetti, que é o bisbilhoteiro

do momento, está na obrigação de, pelo menos para aquelas pessoas que lhe são mais próximas, prestar alguns esclarecimentos sobre todo esse episódio que ele viveu, e não só estimulou. Por outro lado, o Sr. Lorenzetti foi altamente desleal com a sua correligionária e companheira. Devia ter prevenido as ligações sentimentais e pessoais do Sr. Dalmo Dallari para que não caísse na esparrela de uma citação tão inoportuna como a feita nessa tarde. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado Senador.

Vou continuar o meu pronunciamento.

Resolvi traduzir este dinheiro: R\$1,75 milhão. Muitas pessoas não têm idéia de que volume é esse. Uma pessoa que ganhasse salário mínimo, Sr. Presidente, para juntar esse dinheiro, mesmo que não gastasse nada, demoraria 400 anos – praticamente a idade do Brasil. Isso daria para construir mil casas populares de R\$17 mil cada. Daria para comprar milhares de carros zero quilômetro. Quer dizer, é muito dinheiro. E nós todos sabemos que, hoje em dia, para se tirar R\$10 mil no banco, tem que se dizer para quem vai, tudo por cheque nominal. E esse pessoal conseguiu juntar R\$1,7 milhão e não diz de onde veio. Então, isso é que é uma coisa grave. Não é crível que tanto dinheiro possa trafegar por uma campanha eleitoral sem que o candidato seja informado e se responsabilize por sua utilização.

Em artigo no jornal **O Estado de S.Paulo** de hoje, o economista Gustavo Loschpe foi muito feliz ao examinar o que Lula quer fazer crer sua inocência em mais este escândalo:

Assim como no Direito vale a máxima de que **ignorantia juris non excusat** – o desconhecimento da lei não é desculpa para inocentar o criminoso – em qualquer organização vale o princípio de que o desconhecimento do chefe não é desculpa dos erros dos subalternos. Lula é culpado pelo dossiê porque escolheu Berzoini para seu chefe de campanha. Ponto.

E assim tem de ser, especialmente quando se trata da Presidência, porque senão todo governante diria a seus subordinados: “Fazam todas as loucuras que vocês acharem importantes para o meu mandato, mas não me contem”. [“Fiquem calados. Eu não preciso saber”]. Se um Presidente pudesse se eximir da responsabilidade dessa maneira, não só teríamos dossiês e mensalões, como talvez coisa muito mais séria. Se o Presidente é inimputável pela ação de seus subordinados, talvez tenhamos amanhã o Exército invadindo a Argentina ou testando uma bomba atômica,

a Fazenda atrelando o real ao dólar, e a Polícia Federal abrindo as fronteiras. Enfim, ou os chefes têm responsabilidade sobre a ação dos seus subordinados ou não são chefes.

Na realidade, o Presidente Lula tem responsabilidade, porque ele é quem escolhe. E não é o primeiro caso. Já são de trinta a quarenta pessoas escolhidas por ele que fazem isso.

É muito fácil eu chegar ao meu gabinete e dizer: "Vocês podem fazer tudo o que quiserem de errado. Apenas não me digam. Vão fazendo calados, para que amanhã eu também não possa ser culpado". Lógico que o culpado sou eu, se fazem algo errado.

O Presidente Lula continua tentando interpretar o seu melhor personagem: o de vítima. Vítima do PT, da imprensa e das elites.

Até a imprensa, antiga aliada de Lula e do PT, hoje é acusada de "partidária" e de não fazer uma "cobertura republicana".

A última edição do boletim eletrônico do PT, intitulado **Força do povo, fraqueza da mídia**, afirma que a mídia "continua elitista e não aceita que o povo seja capaz de pensar sem depender da intermediação dos autoproclamados formadores de opinião".

Antes de criticar os meios de comunicação, Lula e o PT deveriam lembrar que a mídia foi o meio usado por eles para crescerem.

É preciso destacar ainda que o episódio da compra do dossiê contra os candidatos do PSDB foi criado por integrantes do Partido de Lula e do Governo e da coordenação da campanha, e não por jornalistas ou pela Oposição.

Ora, se houve um evento, Senador Jorge Bornhausen e Senador Marco Maciel, do qual a Oposição e a mídia não tiveram nenhuma participação foi a criação desse dossiê. Isso foi criado dentro do Palácio do Planalto, dentro da campanha de Lula e dentro do PT. E foi descoberto. Quer dizer, a única coisa de errado que aparentemente o Presidente Lula está achando desse dossiê é ter sido descoberto. Por isso, ele diz que eles são burros. Mas como? Isso não é inteligência. Isso é burrice. E por quê? Porque foi descoberto. Certamente, se não fosse descoberto, eles ficariam muito felizes.

O jornal **O Globo**, ao comentar o assunto, citou o Deputado Federal Paulo Delgado, do PT de Minas Gerais, para quem "estamos cuspindo na rotativa que comemos. O PT é um produto da imprensa. A imprensa sempre ampliou a nossa voz e a nossa luta".

O jornalista Alberto Dines, editor do **Observatório da Imprensa**, afirma que o discurso de Lula e de seu Partido, nos últimos tempos, está "esquizofrênico". A mídia tirou o PT e o Presidente Lula da obscuridade.

Ainda segundo Dines:

Lula não tem equilíbrio suficiente para conduzir momentos de crise: o Lula está meando o jogo, porque é árbitro engajado. Ele não tem equilíbrio para ser árbitro. Por mais que queira separar do Hugo Chávez, ele é igual ao Chávez.

Isso não sou eu que estou dizendo, não. É o Dines. Eu concordo, mas não sou eu que estou dizendo.

O diretor da redação do jornal **O Estado de S. Paulo** pergunta:

Se o próprio presidente diz que os assessores que provocaram esse último escândalo são "alopradados", o que deveria a imprensa fazer? Tanto o presidente da República como seu Partido tentam acusar a imprensa de "ataques e manobras", atribuindo-lhes até preconceito de classe, quando na verdade os atores do escândalo são todos membros do Partido, comandados por seu próprio presidente, que foi afastado do comando da campanha.

Há outra coisa interessante: o Deputado Ricardo Berzoini foi afastado da campanha do Presidente Lula, mas não foi afastado da Presidência do PT. Então, é o seguinte: para comandar a campanha do Presidente Lula, não pode fazer dossiê. Quer dizer, uma pessoa que fez ou comandou um dossiê não pode comandar a campanha do Presidente Lula, mas pode comandar o PT. Quer dizer, o presidente é acusado – acusado, não; praticamente é réu confesso – de ter participado do dossiê e não pode coordenar a campanha do Presidente Lula (talvez porque tire voto, não sei bem o porquê), mas ele pode presidir um dos maiores Partidos do Brasil, sem ter a credibilidade necessária.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Jorge, o PT inovou, pelo menos nesta eleição, e oficializou a sua Inteligência, embora saibamos que é antiga essa Inteligência montada e de investigação no PT – inteligência de bisbilhotagem, não aquela mental. Ora, quando se monta uma Inteligência, é para proteger e ajudar o candidato a Presidente da República: quem é que foi desleal com quem? A partir do momento em que esse plano mágico foi montado, não comunicaram ao Presidente?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Claro que comunicaram.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Aí é que é preciso... É isso que a Nação quer saber: traíram o

Presidente, ou o Presidente traiu a Nação ao dizer que não sabia? Será possível que traíram o Presidente da República, teoricamente o grande beneficiado dessa manobra, manobra corajosa, manobra audaciosa, que foi desde invasão de sigilo no Banco do Brasil até uso de servidores em horário de expediente, contrariando a lei eleitoral? E aí fica o PT com raiva do Ministro Marco Aurélio, que quer cumprir a lei. Traíram quem? Isso é que é preciso que fique claro. Foi uma operação que o Presidente não sabia. E agora? Nós, que não temos Abin, que não temos Inteligência, sabíamos, desde o início da semana, que o PT, para tentar deslocar o escândalo do seu foco, ia acusar o Berzoini. Será que só Berzoini não sabia que ia ser o grande acusado? Isso é um pastelão mexicano da pior espécie, Senador. Isso não engana menino. É aquela história: "Olha, tu metes a cabeça na areia, eu atravesso e depois te puxo", e o "cara" faz com toda a segurança, porque ele já fez com os outros. Os envolvidos nos escândalos passados já estão todos sendo perdoados nos palanques pelo Presidente da República, e os que não foram envolvidos nos escândalos do PT, mas que participaram de escândalos nacionais estão sendo chamados para o PT, para o palanque do PT, como quem diz: "vem para cá que aqui é o nosso lugar, aqui temos uma linguagem comum". Esse é o fato. Fora isso não há discussão, Senador. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não, Senador.

Continuo o meu pronunciamento.

Para o Deputado Chico Alencar, ex-petista, "o problema é que o Lula, para justificar seus erros, infantiliza o povo. Ele está propondo que o povo não leia mais nada, que só escute a voz dele. É um quê de absolutismo. Para ele, como na época do Brasil absolutista, imprensa boa é imprensa oficial".

A imprensa livre o Governo Lula não consegue controlar, apesar de ter tentado fazê-lo algumas vezes, como quando tentou expulsar do Brasil o correspondente do jornal **The New York Times** ou quando propôs a criação do Conselho Federal de Jornalismo. Agora, nas áreas onde o PT já colocou as mãos, é difícil garantir a lisura das instituições neste momento em que o poder vai-se esvaindo pelos dedos das mãos.

A postura de segmentos da Polícia Federal nesse episódio do escândalo do dossiê demonstra que interesses subalternos parecem falar mais alto. Por que não divulgar a foto do dinheiro? Sempre a Polícia Federal divulgou fotos dos presos, dos dinheiros, dos dossiês. Desta vez, até divulgaram a foto do dossiê falso, mas não divulgaram a foto do dinheiro, porque sabem que foto de dinheiro marca, é forte. E ela deveria ser divulgada.

Quando todo o País pergunta de onde vieram os R\$1,7 milhão, a Polícia Federal sinaliza que só deve revelar a fonte do dinheiro depois do primeiro turno da eleição. Isso o Brasil não entende, porque, para identificar o depósito de míseros R\$25 mil do caseiro, o Coaf, o Banco Central, a Caixa Econômica Federal e a Polícia Federal foram ágeis. Num instante descobriram a questão do caseiro. Agora, quando a Nação precisa saber quem são os corruptores envolvendo o Partido de Lula, as autoridades policiais não conseguem dar uma resposta.

O Globo expressou a seguinte opinião:

Se houver na Polícia Federal quem esteja trabalhando nas investigações do 'dossiêgate' numa velocidade, digamos, pouco republicana, para proteger o PT e Lula a poucos dias do primeiro turno, arma-se nova trapalhada. Pois, se vier o segundo turno, a manobra não só terá sido inócuia como ficará evidente e aumentará o poder de fogo da oposição. Ela será a operação tabajara II.

Eu gostaria de destacar que, antes mesmo do pleito, algumas das mentiras eleitorais de Lula estão se esvaindo. Na campanha, por exemplo, Lula promete crescimento econômico. E segue-se uma série de questões que peço que sejam consideradas lidas.

Termino dizendo algo muito simples: temos o direito de saber, até o dia das eleições, quem foi que conseguiu essa importância de R\$1,7 milhão. Acredito que a Polícia Federal não seja a principal responsável para responder a isso. O principal responsável é o Presidente Lula. Esses amigos do Presidente Lula que montaram essa operação e que foram presos com o dinheiro, principalmente o tal do Lorenzetti e o agente do comitê central, sabem quem foi que conseguiu o dinheiro. Se eles sabem, basta que o Presidente Lula os chame ao Palácio do Planalto e diga: "Vamos dizer isso à Nação, para que possamos nos apresentar de cara limpa. Cometemos uma irregularidade, mas vamos divulgar essa informação e esperar que o povo vote". Essa seria a atitude correta que o Presidente Lula deveria tomar.

Queremos que o Presidente Lula diga de onde veio esse dinheiro. Se ele não disser, em minha opinião, o dinheiro veio da mão dele.

É assim que encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Senador José Jorge, permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não.

O Sr. Paulo Octávio (PFL – DF) – Há pouco, em conversa com a imprensa, os jornalistas comentavam a declaração do Senador Romeu Tuma, estranhando

o comportamento da Polícia Federal nesse episódio. Realmente, o caso está mal contado, mal explicado, como V. Ex^a aborda, com muita competência, em seu pronunciamento. A V. Ex^a, que é candidato a Vice-Presidente da República, deixo bem claro que a Nação brasileira precisa de uma resposta, e nada melhor do que a resposta do segundo turno, porque, efetivamente, nestes quatro dias que faltam para as eleições, não teremos a resposta às suas indagações. Todavia, se tivermos a oportunidade do segundo turno, para que o Presidente Lula compareça aos debates e exponha suas propostas – como já vem fazendo o candidato que V. Ex^a acompanha, Geraldo Alckmin –, aí sim, o Brasil vai poder julgar qual é o governo que quer para os próximos quatro anos. Cumprimento V. Ex^a pelo discurso que profere e reitero que o Brasil precisa do segundo turno. É imprescindível dispormos de tempo para resolver essa questão do dossier e para que a população possa conhecer melhor os candidatos, até porque o candidato que está na frente, de acordo com as pesquisas, não foi a nenhum debate nem apresentou uma só proposta de governo para os próximos quatro anos. Por isso, é importantíssimo para o futuro da Nação brasileira que haja o segundo turno.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Senador Paulo Octávio, agradeço-lhe o aparte. V. Ex^a tem absoluta razão. O segundo turno nos dará a possibilidade de discutirmos isso de forma mais clara e objetiva, para que a população vote corretamente. Sempre digo que, lá em Pernambuco, chamamos o Horário Eleitoral Gratuito de guia eleitoral, ao contrário do resto do Brasil, que o chama de programa eleitoral. Por quê? Porque o Horário Eleitoral Gratuito é um guia para que o eleitor escolha seus candidatos.

Precisamos do segundo turno para que possamos ter, não só a continuidade dos programas eleitorais, mas, principalmente, os debates entre os dois candidatos escolhidos. Aí, sim, todas essas questões aparecerão e, se ficarem efetivamente esclarecidas, cada um pode votar no seu candidato original.

Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero apenas para fazer um registro. Há poucos instantes, tivemos a divulgação de pesquisa CNT/Census em que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição, ficou praticamente estável na pesquisa de intenção de voto. De acordo com

a pesquisa estimulada, Lula passou de 51,4% – pesquisa realizada no período de 22 a 25 – para 51,1%. Portanto, praticamente não houve alteração.

É importante deixar registrado que esse índice de 51,1% significa 59% dos votos válidos, o que continua indicando a vitória do Presidente Lula no Primeiro Turno.

Houve uma subida da candidatura adversária, a do PSDB, com Geraldo Alckmin, de 19,6% para 27,5%, em setembro, obtendo o equivalente a 31,8% dos votos válidos. A candidata do P-SOL, Senadora Heloísa Helena, caiu de 8,6% para 5,7%, o equivalente a 6,6% dos votos válidos. E o Senador Cristovam Buarque passou de 1,6% para 1,4%, o equivalente a 1,6% dos votos válidos.

Nos votos espontâneos, o Presidente Lula, candidato à reeleição, tem 46% dos votos espontâneos contra 23% do principal adversário, o ex-Governador Geraldo Alckmin. Na rejeição, o ex-Governador Geraldo Alckmin está acima dos 40%, com 41%.

Eu gostaria apenas de deixar o registro do resultado, tendo em vista que, de agora até domingo, teremos pesquisas quase que diariamente. Os diversos institutos têm-nas apresentado quase que diariamente. Tivemos a do Ibope, que dava uma diferença de apenas três pontos; a do DataFolha, oito pontos; e a da CNT/Census confere dez pontos de vantagem para o Presidente Lula.

Conforme está registrado no *blog* de Ricardo Noblat, ele não encontrou um só analista de pesquisa ligado ao PSDB e ao PFL que acredite na diferença de apenas três pontos – falei ontem com quatro deles pelo menos.

Eu queria apenas fazer esse registro e dizer que todas as pesquisas que serão publicadas têm o objetivo de nos manter atentos e monitorando o evoluir da avaliação da população, mas o que vale, como sempre, e não poderia ser de forma diferente, é o voto dos brasileiros e brasileiras no dia 1º de outubro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero louvar a atitude da Líder do Governo em se transformar, nesta Casa, em porta-voz das pesquisas nacionais.

Ora, o Brasil inteiro está querendo explicação por parte do Governo é do fato de os membros do seu Palácio estarem envolvidos em corrupção.

Quando vi a assessoria, sofregamente, trazer para a Senadora um dossiê de pesquisas, pensei que ali constassem provas da inocência do Lorenzetti ou o esclarecimento sobre o envolvimento do Expedito. Mas o PT não se preocupa com isso. Não se preocupa com conceito, não se preocupa com história; ele só se preocupa com a pesquisa que retrata o momento e com o desejo de que chegue logo o dia da eleição. Não, o Brasil está esperando o dia da eleição para a sua opção eleitoral, mas quer também as apurações desses fatos gravíssimos que envolvem os membros do Partido.

Pelo andamento das coisas, vemos que grande parte no núcleo nascedouro está em Santa Catarina, Estado da Líder, que não presta nenhum esclarecimento sobre o Lorenzetti, sobre o Presidente do Banco do Estado, sobre as ONGs de Santa Catarina. Tenho 80 e-mails, aproximadamente, de pessoas tratando de assunto de ONGs de Santa Catarina, que envolvem militantes, sindicalistas do Partido dos Trabalhadores, mas não se ouve uma palavra do PT a respeito disso na figura abalizada da sua Líder.

Portanto, quem tem ouvido seletivo só dá notícia também de maneira seletiva. Está na hora de o Partido vir aqui e esclarecer os podres que contaminam o seu hábitat.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

S. Ex^a dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, as mulheres e os homens de bem deste País estão com um grito atravessado nas suas gargantas. Queremos a verdade. Queremos a verdade sobre tudo que ocorreu nestes últimos 12 dias, que escreveram mais uma página negra de corrupção do Governo Lula. Doze dias é tempo suficiente para que as investigações tivessem chegado àquilo que todos querem saber: a origem do dinheiro, dos reais e dos dólares escusos que somaram R\$ 1,7 milhão.

Há 12 dias, foram presos, numa expedição do PT, o Sr. Valdebran e o Sr. Gedimar. Há 12 dias, foi preso o Sr. Vedoin, conhecido tomador de dinheiro público neste País. Há 12 dias que sabemos que houve a tentativa de um golpe sujo, elaborado no comando de campanha do PT, para tentar derrubar a candidatura de Alckmin à Presidência e a candidatura de Serra ao governo de São Paulo.

Surgiu a primeira figura fora daqueles que foram presos em flagrante, o Sr. Freud Godoy, assessor da Presidência da República, cuja tarefa principal era patrulhar o Presidente Lula, resolver seus assuntos caseiros, ser seu segurança.

Nervoso, apresentou-se à televisão e fez uma declaração muito sintomática: “o Lula ligou para mim perguntando se eu estava envolvido”. Essa é a intimidade entre o Sr. Freud Godoy e o Presidente da República, a intimidade de corriola, de falta de respeito com a sociedade brasileira.

Em seguida, apareceu o nome do comandante das ações sujas do PT que visavam fazer com que houvesse uma modificação eleitoral em São Paulo. Surge, lamentavelmente para mim, como catarinense, o Sr. Jorge Lorenzetti.

O Sr. Jorge Lorenzetti é enfermeiro de profissão, churrasqueiro preferido do Presidente da República, seu íntimo, com quem o Presidente Lula iria passar as festas de fim de ano no hotel da CUT em Ponta das Canas.

O Sr. Jorge Lorenzetti, por decisão do Presidente Lula, foi nomeado Diretor Administrativo do Banco do Estado de Santa Catarina, cujas ações são do Governo Federal. Quando perguntado a respeito de Jorge Lorenzetti, o Presidente da República, com sua costumeira ação de mentir, disse que ele não pertencia aos quadros de seu Governo. Pertence, sim, Sr. Presidente! Não minta de novo! Tirou licença do Banco do Estado de Santa Catarina para comandar o departamento sujo do PT em Brasília. Essa licença estende-se até 31 de outubro.

O Presidente do Banco do Estado de Santa Catarina, Sr. Eurides Mescolotto, cuja credencial para ser Presidente do Besc era ser Secretário do PT em Santa Catarina, sem qualquer outro vínculo empregatício, dá uma entrevista a um jornal catarinense. Foi-lhe feita a seguinte pergunta: “Lorenzetti será demitido da diretoria ou deveria exonerar-se?” A resposta: “O acionista majoritário do Besc é o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda. O Ministério da Fazenda deve-rá se pronunciar”.

Portanto, depois de o Presidente declarar que ele não pertencia aos quadros do seu Governo, ainda o Presidente do Banco do Estado declara que ele continua diretor e não sabe se o Ministro da Fazenda vai exonerá-lo ou se ele vai pedir demissão. Nada disso aconteceu, a não ser mais uma mentira deslavada do Presidente da República!

Surge, depois, como comandante da ação, o Presidente do PT, o Deputado Ricardo Berzoini, lembrado pelo Senador José Jorge como aquele que deu nome ao Troféu Berzoini de Maldade, por ter colocado na

fila velhinhos com mais de 90 anos. Agora é o próprio Presidente que o considera responsável por todo esse crime eleitoral organizado. Neste País, se já combatímos, e temos de combater, o crime organizado, agora temos que combater o crime eleitoral organizado, comandado pelo Presidente da República, candidato à reeleição, porque é ele quem atribui ao Presidente do seu Partido essa triste e nefasta missão.

Doze dias se passaram e não vimos a foto do dinheiro: foi escondida pela Polícia Federal. Não vimos os vídeos do Hotel Ibis, onde estavam hospedados os meliantes, que foram escondidos pela Polícia Federal. Um chegou a tirar o *chip* do seu telefone, cometendo mais um crime, ao esconder provas. Foram 12 dias sem uma resposta. Quando entramos com a investigação, por meio da coligação PSDB/PFL, no dia 18, eu disse claramente que não merecia a nossa confiança o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, porque ele tem sido um competente advogado, criminalista que o é, do Presidente de República, mas não Ministro da Justiça. Com sua ação de protelação, com seu engodo, com sua fluência, ele vai arrastando as investigações e impedindo a sociedade de saber de onde veio o dinheiro.

É lamentável tudo isso, Sr. Presidente. É triste viver uma situação dessa às vésperas de uma eleição que decidirá nosso futuro.

Outros assuntos que ocorreram durante esse período até foram esquecidos, como o desaparecimento das cartilhas. Não havendo explicação para o fato, o Governo disse que foram distribuídas pelo PT. Onze milhões estão desaparecidos. Será que irrigaram os cofres do golpe sujo e fazem parte desses R\$ 1,7 milhão? Não podemos duvidar, temos de colocar o fato, sim, na pauta dos assuntos, porque o dinheiro desapareceu, a cartilha desapareceu, e agora ninguém tem condições de explicar.

Até as palmas dirigidas ao Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, foram transformadas, por montagem fraudulenta e desonesta, em palmas para o Presidente Lula na Assembléia Nacional da ONU.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Concedo o aparte ao Senador José Jorge, com muito prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Na realidade, Sr. Presidente, são tantos os fatos errados que este Governo do Presidente Lula gera que nós da Oposição não conseguimos acompanhá-los. Efetivamente há três semanas, um importante jornalista escreveu artigo dizendo que essa questão das cartilhas seria o último escândalo do Governo Lula antes da eleição.

Depois, já apareceram outros; cada dia, aparece um escândalo novo, porque é muita gente irresponsável, muita gente corrupta que o Presidente Lula coloca ao seu lado e comanda com mão de ferro, para fazer todas essas falcatruas num espaço de tempo tão curto. V. Ex^a acabou de citar essa questão das cartilhas. Na realidade, tivemos que parar de falar nisso porque apareceu um fato maior, que foi exatamente a questão do dossiê. Mas certamente isso não será esquecido e será investigado, pois é algo de muita responsabilidade também. Deveremos continuar o nosso trabalho para esclarecer tudo e para que essas pessoas que estão roubando o dinheiro público no nosso País sejam punidas e presas. Muito obrigado.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Jorge, candidato da nossa coligação, representando o PFL, na chapa de Geraldo Alckmin, com muito orgulho para todos nós do Partido.

Lembrando a falta de compromisso com a verdade do Presidente Lula, quero dizer que não é possível continuar com a mesma postura. Quando veio o valerioduto, disse que não sabia de nada; quando veio o mensalão, disse que não sabia de nada.

Trabalhei como Ministro no Palácio do Planalto. Ninguém é mais bem informado que o Presidente da República. A ele são entregues, diariamente, relatórios da Polícia Federal, da Abin, dos serviços secretos das Forças Armadas.

Trata-se de mentira deslavada do Senhor Presidente Lula, que, aliás, tem esse costume. É um “lulóquio” que apareceu perante a Nação brasileira. Agora, ele disse que quer debater, debater muito! Será que vai ao debate? É a oportunidade de dizer quem arrumou esse dinheiro escuso, ilícito, para tentar dar o golpe sujo, cujo tiro saiu pela culatra.

Vá ao debate, Presidente Lula! Vá lá mostrar as palmas que não existiram na ONU. Vá lá dizer que não conhece e não sabia do valerioduto, do mensalão. Vá lá dizer que nunca ouviu falar nos “alopradados” – como ele os chamou – Freud Godoy, Jorge Lorenzetti, seus íntimos. Vá lá!

Quem convive com aloprado aloprado é! Essa é a triste verdade que devo dizer desta tribuna.

Sr. Presidente, estamos aqui, em nome do PFL, Partido que tomou posição de Oposição desde o primeiro dia de Governo, para dizer em alto e bom som: queremos a verdade! Queremos a verdade sobre a origem do dinheiro!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, dando continuidade às palavras dos que me antecederam, quero fazer algumas considerações.

Essa história de dossiê não é nova, já existiu no passado. Quem não se lembra de um dossiê em que até o nome do grande, do inesquecível Mário Covas estava incluído? Mas aqueles dossiês, naquela época, não eram acompanhados de tanto dinheiro, até porque eles não estavam no poder.

O que mais intriga é que, segundo o Senador José Jorge, a Polícia Federal não permitiu a divulgação da imagem desse dinheiro.

É bom que se lembre que parte desse dinheiro – são informações da Polícia Federal – não foi usada, é dinheiro virgem, dinheiro que saiu da fábrica para os bolsos dos petistas envolvidos. Esse dinheiro não esteve em circulação em momento algum: do local de fabricação, nos Estados Unidos, os dólares seguiram para o bolso daqueles que iriam comprar o dossiê, daqueles que são membros e chefes da campanha do Presidente.

Outra coisa que também intriga muito as pessoas – volta e meia sou perguntado nas ruas a respeito disso – é o dinheiro do valerioduto, o dinheiro para pagamento da compra dos votos. Conseguiram “um empréstimo no Banco Rural” de R\$ 50 milhões. Esse empréstimo ficou no Banco Rural. Esse empréstimo foi pago? Acredito que não. Quem está devendo esse empréstimo? Por que o Banco Rural forneceu um documento dizendo que se tratava de um empréstimo? Por que seus diretores não estão presos pela mesma Polícia Federal?

São perguntas no ar, são perguntas que o povo brasileiro se faz a cada momento e que, infelizmente, não têm resposta, como também não tem resposta quem forneceu esse dinheiro, e principalmente um dinheiro virgem, dinheiro que não teve circulação, dinheiro que, portanto, deve ter saído de alguma instituição, se não veio clandestinamente para o País, e daí para os bolsos dos criminosos que hoje estão sendo tão ventilados.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, gostaria também de abordar um outro assunto. Há cerca de três meses, estive aqui denunciando que a União Européia veio ao Brasil fazer uma fiscalização nos laboratórios que seriam remodelados e construídos pelo Ministério da Agricultura a fim de que o Brasil pudesse exportar pescados, carnes, etc. Estiveram no Brasil e constataram que não havia condições laboratoriais de exportarmos esses gêneros para o mundo.

Fiz aqui a denúncia e pedi que fosse convocado o Ministro da Agricultura para dar explicações sobre os acontecimentos e do que deles poderia advir. Hoje, volto à tribuna para dizer que foi consolidada a medida tomada pela União Européia, que já estabeleceu novas barreiras para as exportações brasileiras. Desta vez, o setor atingido é o de pesca.

Na sexta-feira passada, em Bruxelas, os veterinários europeus decidiram exigir novos testes nos produtos nacionais, diante das condições fitossanitárias, consideradas inadequadas. Além disso, cinco estabelecimentos nacionais foram excluídos da lista de exportadores brasileiros autorizados a vender para a Europa, também por motivos de saúde animal.

Bruxelas também renovou sua ameaça de impor novas sanções contra as carnes nacionais. Há meses, Brasil e Europa vêm travando um enfrentamento diplomático por causa da qualidade dos produtos exportados pelo País. O novo regulamento adotado foi resultado das inspeções realizadas pelos europeus, em junho, e exige que os exportadores de pescado mostrem certificado de testes laboratoriais para que possam entrar no mercado da União Européia.

“As medidas foram tomadas por causa das sérias preocupações sobre a segurança desses produtos para os consumidores”, afirmou a União Européia. Para os europeus, o que não está claro é a capacidade dos laboratórios nacionais de produzirem testes “confiáveis”.

Bruxelas reconhece que, no Brasil, apenas um laboratório tem condições consideradas como ideais de realizar o teste de histamina no peixe, o que acaba se transformando em um obstáculo para o exportador.

Com relação às carnes, a Europa continua sem uma definição sobre se aplica uma nova restrição ou não. Países como a França e a Irlanda dizem que medidas precisam ser tomadas, mas a Comissão Européia prefere debater ainda os resultados das últimas inspeções a esperar até mesmo a ida de uma missão ao Estado de São Paulo, a partir da segunda-feira, para avaliar a questão da febre aftosa.

Portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o que se depreende disso? Os produtores nacionais estão a ver navios, seja o setor calçadista, sejam os produtores de soja, os produtores de pescados, os produtores de carnes, nenhum tem preço para a exportação ou condições oferecidas pelo Governo para concorrer com outros Países. E assim o País continua acéfalo, abandonado, sem rumo, na mão de irresponsáveis que não o permitem crescer e se desenvolver.

Quando dizem que continuamos com as exportações altas, é simplesmente pelo aumento de exportação de minerais, produtos e riquezas não renováveis

que empresas como a Companhia Vale do Rio Doce exportam sem nenhum beneficiamento, sem agregar valor, sem gerar emprego, diferentemente daqueles que fabricam calçados, roupas e outros materiais. Hoje, o Brasil se limita a importar arroz do Paraguai, do Uruguai e da Argentina, e a importar roupas, calçados e utensílios da China. O brasileiro vai ter de continuar roubando e passando fome para comprar produtos vindos de outros Países, porque, aqui, não tem mais o direito de produzir, pela incapacidade e pela irresponsabilidade deste Governo que se instalou no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador João Batista Motta.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes; em seguida, o Senador Marco Maciel.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de falar, de maneira direta, sobre a série de escândalos que o Brasil vê hoje com muita tristeza.

Meu discurso hoje, meu caro Senador Roberto Saturnino, é de solidariedade a uma das instituições mais sérias, mais respeitadas e que mais colaboraram, durante quase 200 anos, para a construção da história deste País, que é o Banco do Brasil. O que me liga ao Banco do Brasil é o fato de eu ter tido três irmãos que foram funcionários daquela instituição, em um período em que o Banco do Brasil era referência pela qualidade dos seus técnicos, pela essencialidade dos seus serviços e pela respeitabilidade que impunha à Nação.

Lembro-me bem, Sr. Presidente, eu era criança e tinha irmãos que trabalhavam no Banco do Brasil, dois em cidades do interior do Piauí e um em Teresina, e via a dedicação e o amor com que eles exerciam o cargo. Aprovados por concurso público, o primeiro que entrou no Banco do Brasil foi trabalhar na cidade de Campo Maior; o segundo, em Picos; o terceiro começou trabalhando em São Paulo, numa agência do Brás, naquela migração histórica, Senador Roberto Saturnino, dos nordestinos procurando São Paulo, e depois transferiu-se para Teresina e, de lá, foi para o Rio de Janeiro, onde trabalhou na direção-geral. Faleceu muito novo, aos 39 anos, aqui em Brasília, na direção-geral do Banco do Brasil. O segundo fez concurso. Aprovado, foi para a cidade de Campo Maior. Foi transferido para Teresina; foi gerente no Maranhão, na cidade de São João dos Patos; voltou para Campo

Maior. Foi para Nossa Senhora da Glória, em Sergipe. Veio para Brasília. Foi convidado para ser gerente do Banco do Brasil na cidade de Parnaíba. Era a volta do filho à terra, ocupando a gerência da agência da segunda maior cidade. No Governo da Nova República, primeiramente comandado por Dr. Tancredo Neves e, depois, por José Sarney, ele foi diretor da Caixa Econômica Federal. Retornou ao Banco do Brasil, sendo gerente-geral da agência em Brasília, e, posteriormente, aposentou-se. O terceiro começou a carreira em Picos, no Piauí, terminando-a aqui, em Brasília. Esse também já é falecido. Portanto, apenas um dos irmãos está vivo.

Nunca vi uma entidade que tivesse tão bons quadros, com pessoas com uma formação de fazer inveja, Sr. Presidente. O servidor do Banco do Brasil era um exemplo. Nas cidades do interior, além das suas funções, ele geralmente era professor das escolas noturnas e exercia funções nos clubes de serviços. Ele tinha realmente uma participação social importante na vida dessas cidades. O Senador Roberto Saturnino deve ter convivido no interior do Rio de Janeiro e também deve ser daquela época em que a paquera se dava nas praças à noite. Naquela rodada da praça, os homens rodavam numa direção e as moças, na outra direção. Às nove horas, tocava-se uma siren ou uma corneta ou sei lá o quê, um berro, quando as moças iam para casa e os homens ficavam livres para curtir a noite onde quisessem. Nessa época, as grandes disputas, fora os médicos e os engenheiros, eram exatamente pelos funcionários do Banco do Brasil.

Portanto, eu queria render uma homenagem a essa instituição com a qual, ainda hoje, mantenho estreito relacionamento, produto dessa convivência. Sempre que uma crise ocorre no Banco, sou procurado por ex-funcionários, por aposentados e por funcionários atuais que conhecem as minhas ligações. Eu não podia, Senador Marco Maciel, pontuar-me pelo silêncio diante dessa tentativa de uso de uma estrutura com a do Banco do Brasil para aparelhamento da máquina de Governo e sua utilização em atividades não-republicanas, embora o Brasil tenha, no seu corpo de funcionários, grandes brasileiros que colaboraram com o País em outras funções, convocados que foram por governos, e se destacaram com brilhantismo nessas atividades.

Não é possível que, hoje, essa instituição esteja condenada a ser berço de manobras pouco recomendáveis, em que agentes inescrupulosos se ocupam e se locupletam de funções para ferir conceitos e, acima de tudo, desrespeitar as normas e as regras que regem o Banco do Brasil, que foram, ao longo de muito tempo, o orgulho e a razão de ser dos seus servidores. O manual

bancário, que orientava o comportamento profissional dos servidores, era uma espécie de Bíblia. Hoje, vemos a degradação motivada por fatos tristes como esses. Aliás, no atual Governo, não é a primeira vez que isso acontece. Tivemos o escândalo envolvendo a Cobra, não o ofício, mas uma empresa subsidiária do Banco do Brasil, da área de computação, que foi envolvida no primeiro dos grandes escândalos deste Governo. Temos a Previ, mais rica do que o próprio Banco, sempre citada e envolvida em operações suspeitas, em atitudes curiosas. Temos, também, a Fundação Banco do Brasil que, infelizmente, começa a ser denunciada agora – a CPI das ONGs vai mostrar isso – pela liberação de recursos para Organizações Não-Governamentais, vinculadas ao aparelho sindical que hoje se apodera e toma conta do Palácio do Planalto.

Neste Governo, tempos atrás, tivemos um vice-presidente de sobrenome Siqueira César – nem me lembro mais o seu primeiro nome –, mais conhecido na linguagem dos colegas do Banco do Brasil como “Mexerica”. Era muito comum eu receber *e-mails*, que estão arquivados, de servidores apavorados porque se montou ali um sistema de escuta, um sistema de bisbilhotagem na vida, não só de companheiros, mas também de clientes que faziam militância contrária às suas atividades político-partidárias.

Esse fato envolvendo o Sr. Mexerica culminou com a suspeita de bisbilhotagem, pelo Banco do Brasil, do segredo bancário de vários parlamentares. Tivemos, inclusive, a oportunidade de acionar o Corregedor da Casa, Senador Romeu Tuma, para que procedesse verificações sobre o fato.

Em certo momento, tivemos uma reunião bicameral, envolvendo a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ocasião em que mostramos as nossas preocupações – aliás, o Deputado Fernando Gabeira, que tanto respeito merece dos brasileiros, foi enfático sobre essas suspeitas.

O General Felix, que as ouviu juntamente com o atual Diretor-Geral da Abin, no gabinete de Relações Exteriores da Câmara presidida pelo então Senador gaúcho Alceu Colares, disse que não concordava de maneira nenhuma com apurações paralelas e que geralmente a culpa caía nos agentes da Abin, que muitas das vezes nada tinham a ver com o episódio.

No mesmo dia, de maneira misteriosa, o Sr. Mexerica afasta-se das suas funções no Banco do Brasil. Não se sabe até hoje se pediu demissão. Neste Governo ninguém é demitido, pede demissão, pede afastamento. A verdade é que, aparentemente, esse senhor saiu do noticiário.

A minha impressão é que esses fatos eram coisas do passado naquela instituição bancária. Mas eis

que agora aparece no olho do furacão o Sr. Expedito, denunciado pelo uso da sua função, que se confundia com a de participante do serviço de inteligência da campanha do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, a tecnologia hoje mostra, através de códigos, a data e o local em que essas contas foram acessadas. V. Ex^a, que começou sua vida e é um dos maiores técnicos deste País na área de computação, sabe muito bem o que estamos dizendo.

Hoje, numa ocorrência muito própria do atual Governo, aparece uma resposta chocha de que não está provado que o Sr. Expedito acessou a conta de quem quer que seja. É o primeiro indício, Senador Saturnino, de que essas contas foram acessadas. A minha preocupação é que o Sr. Expedito, de maneira criminosa e maldosa, tenha pegado um companheiro, um colega seu menos prevenido para o mundo de hoje e tenha usado a sua senha.

O importante, num momento como este, não é saber se foi mexerica, mandioca ou abacaxi; o importante é saber se contas foram violadas porque aí estaria configurado o crime. O crime é esse, e a esse crime somam-se outros graves, como por exemplo a entrada de dólares no Brasil com etiqueta original do Banco Central americano, sem a devida internação oficial no sistema bancário ou financeiro brasileiro.

E aí, meu caro Senador João Batista, começamos a fazer perguntas: por que o silêncio do Banco Central, presidido pelo Sr. Henrique Meirelles, sobre esse fato? É muito simples. O Sr. Meirelles, por meio de contato imediato com a entidade americana, saberia exatamente quem retirou aquele dinheiro em qualquer agência bancária do território americano, data e hora. E se fez algum percurso exótico, é preciso esclarecimento. Mas vem a segunda dúvida e outra questão: como esse dinheiro saiu dos Estados Unidos e entrou no Brasil sem ter sido detectado pelos rigorosos sistemas existentes hoje nos aeroportos que detectam quantias acima de US\$10 mil? Esses fatos precisam de esclarecimento para que se saiba se veio em avião privado, geralmente de decolagem de aeroportos sofisticados que não têm fiscalização tão rígida. Mas é muito simples, é só verificar a cidade ou a região em que foi feito o saque e ir atrás das decolagens de aviões privados com destino ao Brasil. Chamo a atenção para um fato. Deveriam ser examinadas as decolagens não só com destino às cidades brasileiras, mas também com destino a Havana ou a qualquer ponto de Cuba, México, Venezuela e Bolívia, países em que há hoje estreitos relacionamentos entre membros dos respectivos governos, nosso atual Governo e setores da iniciativa privada.

É preciso que esses fatos sejam esclarecidos. É preciso que as investigações sejam mostradas de maneira clara. Daí por que, Senador Saturnino, quero parabenizá-lo pela independência e pela coragem de assinar uma CPI para investigar as ONGs no Brasil. V. Ex^a mostrou, com essa atitude, que cumpre a sua função de Senador da República porque quer exatamente que uma apuração dessa natureza seja feita até para que o País não viva sob o império da dúvida e da suspeição.

Sr. Presidente, iniciei a coleta de assinaturas para apuração do desvio das ONGs e estou estarrecido com as correspondências e as manifestações que tenho recebido aqui diariamente. Em Santa Catarina, há um festival de ONGs. Esse Lorenzetti, que eu pensava ser apenas marca de chuveiro, tem várias ONGs ligadas a ele direta ou indiretamente. Em Sergipe também aparecem ONGs e por aí afora. Todas elas têm vinculação direta ou indireta com esses companheiros de 20, de 30 anos de caminhada com o Presidente da República. Hoje, em um jornal, aparece uma ONG da qual o próprio Presidente, quando era sindicalista, fazia parte juntamente com o Lorenzetti e mais um desses. Quero pedir desculpas aos companheiros e ao povo brasileiro por não citar o nome, mas é que o PT está lançando tanta gente nova nesse mercado de lama que é impossível para um ser humano decorá-los todos.

Concedo um aparte com muita alegria ao Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Hoje, usei esta tribuna para manifestar a minha opinião de que há coisas novas, realmente novas, tão novas e tão interessantes neste País que aprofundam, aperfeiçoam e alargam a democracia brasileira. Não fiz referência, mas faço agora, a uma das coisas novas: nada mais se esconde neste País, e outrora se escondia. Antigamente, constituir uma CPI era uma tarefa difícil, porque a parte atingida fazia todo tipo de manobra para evitar. E isso acabou, Senador. V. Ex^a pode constituir a CPI que quiser. E quem ganha com isso é a Nação brasileira, é a informação pública e o Governo. V. Ex^a fique certo de que uma das razões pelas quais o Presidente Lula está encontrando tanto apoio é porque foram instituídas aquelas três CPIs, quando se dizia que elas parariam e prejudicariam o Congresso. Não parou e tudo que precisava ser apurado, o foi. Pois é assim que se fundamenta e se consolida a democracia. Sou favorável à utilização desse instrumento que é um dos instrumentos do Congresso para apurar e dar satisfação à Nação e ao povo brasileiro. V. Ex^a pode pensar que vai atingir o PT ou o Presidente Lula, mas penso que não vai atingir e que a Nação e a democracia brasileiras irão lucrar com isso, porque assim aconteceu e certa-

mente acontecerá daqui para a frente, pois as coisas mudaram neste País, para aperfeiçoar a democracia, consolidar as instituições, apesar de todos os embates e da gravidade de alguns fatos que ocorreram. Houve revelações e o resultado está neste julgamento popular do Presidente Lula.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Roberto Saturnino fique V. Ex^a absolutamente tranquilo que não tenho nenhum objetivo de atingir o Presidente da República – nem a ele nem a seus familiares – não é esse o meu objetivo. Mas uma coisa me dá muita tranquilidade: nessa CPI nós não vamos achar nenhuma ligação de ONGs com V. Ex^a. Nós já sabemos de antemão os que podem ter envolvimento e os que não terão com certeza envolvimento. E, com certeza, V. Ex^a e a Nação brasileira toda sabe. A questão não é essa...

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Eu sei, Senador, não é o caso pessoal meu nem de V. Ex^a, mas quem tiver algum tipo de envolvimento ilícito vai aparecer e será punido – isso é o que importa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O objetivo maior é estancar esse sangradouro de recursos públicos, que deveriam ter a sua destinação para as necessidades mais urgentes e imediatas da Nação, como Saúde, Educação, estradas, e não para entidades como aquela “Amigos de Plutão”, que nós não sabemos, em termos de prioridade, que serviço presta à Nação.

A nossa preocupação é exatamente saber para onde foram os R\$3 bilhões liberados para ONGs no Governo, se tiveram destinação de cunho social, se prestaram os seus deveres.

Nós precisamos saber, Senador Roberto Saturnino, se as ONGs que dão suporte ao Sr. Bruno Maranhão – aquele que invadiu a Câmara – se prestaram as suas atividades. Nós precisamos, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, saber se aquelas ONGs que já deram tanta tristeza ao Brasil e que abortaram, inclusive, candidaturas, se foram usadas de maneira republicana.

O que precisamos saber, Senador Roberto Saturnino, é se as ONGs que recebem dinheiro da Fundação Banco do Brasil, da Petrobras, do Ministério do Trabalho – a partir do FAT, que é um dinheiro do trabalhador –, se foram bem aplicadas e foram bem usadas.

Senador Roberto Saturnino, o único reparo que faço a V. Ex^a é quando V. Ex^a, evidentemente influenciado pelos seus novos colegas, os petistas, quer colocar na contabilidade de Governos passados, as mazelas que seu novo Partido vive hoje.

Senador Roberto Saturnino, o PT assumiu em 2003 com toda a gordura popular que um Governo poderia sonhar. Fustigou vidas e mais vidas neste País e ninguém tem notícia da condenação, pelo menos até o

momento, de nenhum integrante do Governo passado. Os que foram presos, os que foram cassados, os que estavam envolvidos, são todos fruto das manobras do atual Governo.

Fala-se do Governo Fernando Henrique, mas, quando se apura, não se condena ninguém. O dólar na cueca não foi do Governo Fernando Henrique; o Waldomiro não foi do Governo Fernando Henrique. O Waldomiro teve um estágio promissor no Rio de Janeiro, em governo passado – não foi no Governo Fernando Henrique. O caso dos Correios não foi do Governo Fernando Henrique; o escândalo da cobra não foi do Governo Fernando Henrique.

O ruim é que o Partido em que V. Ex^a está hoje sabe que está no banco dos réus e quer companhia. Nós não concordamos e não aceitamos isso. A Líder do Governo, no começo, criou a CPI do Banestado, numa perseguição pessoal, mesquinha e paroquiana, envolvendo Santa Catarina, para atingir a família Bornhausen. Acusavam o Senador Bornhausen de remessas para o exterior. O Senador Bornhausen era Embaixador do Brasil em Portugal e recebia seus salários, como todos os Embaixadores e diplomatas, por intermédio de uma agência em Nova Iorque. E aí, em seu desejo de apuração, o PT começa a dizer que quem tem conta CC-5 é dono de lavanderia, é isso e aquilo. Aí apareceu o Presidente do Banco do Brasil e um Diretor do Banco Central, do PT, que tiveram de deixar os cargos.

Eu nem vou mais falar sobre CPI do Banestado, porque V. Ex^a sabe no que deu, inclusive a finalização do relatório.

Tivemos a CPI dos Correios, e a Liderança preparou um voto em separado, em que os acusados eram acusados em tese: ou se compuseram com os ladrões ou não descobriram quem eram os ladrões.

É triste! É triste vermos aquele Partido que, durante vinte anos, pregou a virtude como sua meta, seu objetivo e o fim da conquista do poder, e hoje está aqui, embaralhado nesse mar de lama. E a Líder procura justificar os fracassos e os envolvimentos, mostrando resultados de pesquisa, que, de antemão sabemos, são feitas no voto aberto, em que alguns beneficiados de programas de interesse social, mas que são dirigidos, têm medo de dizer que estão contra o Governo para não perderem o benefício. Aliás aquilo mesmo que o PT acusava quando era Oposição.

Esses fatos, Senador Saturnino, estarrecem a Nação brasileira.

Portanto, congratulo-me com V. Ex^a e parabenizo-o por ter assinado esta CPI, porque o fez com convicção. Assumi a palavra de que só vou instalá-la depois do segundo turno; não é assunto para se confundir com

eleição. E vou deixar esse espaço para que o PT assuma suas ligações com as ONGs.

Não é possível que diante dos recursos do FAT, dos recursos da Fundação Banco do Brasil, dos recursos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou encerrar, Sr. Presidente. Agradeço a generosidade de V. Ex^a. Dos recursos sangrados dos cofres públicos de um Orçamento que é contingenciado – e a Saúde não recebe dinheiro – e o Presidente da República diga que está chegando à perfeição e que esse dinheiro sobre para as ONGs.

Na verdade, Sr. Presidente, encerrando, estamos vivendo num País de farsa. A farsa começa, Senador Eduardo Azeredo, com os aplausos – que não existiram – do Presidente da República na Assembléia Geral da ONU e vai até os discursos que faz para agradar os diversos tipos de público.

Na semana passada, o Presidente Lula esteve em Natal, onde fez a apologia da transposição das águas do rio São Francisco. Dizia que só sabia dessa necessidade quem não tinha água para beber, porque aqueles que bebiam água Perrier não sabiam o que era ter sede. Aliás, por ironia do destino, na primeira entrevista que concedeu em que reconhecia o mensalão, em Paris, no jardim de um castelo, bonito, com as heras crescendo, a sua companheira de desabafo era a água Perrier. Portanto, não é exclusividade de nenhuma elite.

Vai depois para Aracaju, onde a população não quer a transposição nos termos em que está projetada. Ele diz: “Que transposição é essa se não temos nem água? O rio está morrendo”!

Esse é o Presidente do Brasil, que fala em estradas asfaltadas da operação tapa-buracos, mas a caravana da Globo mostra a real situação das estradas; que anuncia metrôs que não existem; refinarias que estão no papel e que vive esse sonho deslocado. Enquanto dorme, seus amigos assaltam os cofres públicos brasileiros.

Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex^a a generosidade pelo tempo concedido e quero prestar uma homenagem ao Sr. Severino Brito. Ele é de São José dos Cordeiros, interior da Paraíba. Tem 93 anos de idade. Lúcido, assiste todos os dias à TV Senado.

Ele pede que o Brasil dê um basta nessa miséria, ele quer viver dias de esperança neste País e não quer, de maneira nenhuma, assistir ao desastre a que estamos presenciando com tanto roubo e com tanta falcatrua.

Sr. Severino, o seu desejo é o mesmo meu e é o mesmo daqueles que pensam no futuro do Brasil. A

minha esperança é que, no próximo domingo, o Brasil use um remédio contra o PT: o voto.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito For-
tes, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira
da presidência, que é ocupada pelo Sr. João
Batista Motta.*

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao ex-Governador de Minas Gerais, Senador Eduardo Azeredo, em permuta com o Senador Marco Maciel, que falará a seguir.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, quero, inicialmente, agradecer ao Senador Marco Maciel pela permuta e registrar desta tribuna o pedido de inserção em Ata do artigo publicado no jornal mineiro **Hoje em Dia** sobre tema referente à urna eletrônica.

É feita uma menção pelo professor Anis Leão, catedrático, sobre a participação do Dr. Roberto Siqueira, que recebe, merecidamente, a Medalha do Mérito Eleitoral Desembargador Vaz de Mello do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais pela sua colaboração na conceituação, construção e aperfeiçoamento da urna eletrônica.

Roberto Siqueira, depois de ter sido diretor do Tribunal Regional de Minas, foi também diretor do Tribunal Superior Eleitoral e atuou juntamente com o Ministro Carlos Velloso. S. Ex^a é, sem dúvida alguma, um dos maiores responsáveis por este grande sucesso democrático e tecnológico que é a urna eletrônica brasileira.

Conheço o Dr. Roberto Siqueira e com ele trabalhei – na verdade, fui fiscal das primeiras eleições informatizadas.

Quero, portanto, deixar consignado este aplauso pela atuação de Roberto Siqueira.

Sr. Presidente, temos acompanhado com bastante apreensão os últimos acontecimentos envolvendo a Petrobras e o Governo boliviano. Desde o Decreto Supremo nº 28.701, que determina a nacionalização do setor de petróleo e gás da Bolívia, publicado em maio, em La Paz, a empresa brasileira tem sofrido sucessivos achaques por parte do país vizinho.

O que nos impressiona é a tibieza das respostas do atual Governo na defesa dos interesses legítimos da Petrobras e de seus acionistas. Em um rompante dos mais desaforados, o então Ministro dos Hidrocarbonetos, André Soliz Rada, chegou a dar-se o direito de questionar a legitimidade do Tratado de Petrópolis, de 1903, obra do Barão do Rio Branco, que regularizou a situação do Acre e estipulou a indenização brasileira à Bolívia.

Esse é o grau de provocação a que o Brasil e os interesses brasileiros estão submetidos sem encontrarem como contrapartida pronunciamentos firmes, inequívocos por parte do Presidente Lula em defesa do seu País.

A última bravata patrocinada pelo fanfarrão André Soliz Rada, ocorrida na semana passada, dizia respeito ao confisco das refinarias da Petrobras na Bolívia, em flagrante violação das regras de Direito Internacional.

Como se não fosse suficiente a nacionalização dos recursos naturais bolivianos, as autoridades resolveram expropriar os ativos da Petrobras. Afinal de contas, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a empresa brasileira, aos olhos de Evo Morales, é sonegadora e contrabandista.

Sr. Presidente, o Presidente Evo Morales tem o direito de exumar a retórica antiimperialista contra quem quer que seja. Porém, é inconcebível a passividade do Governo brasileiro, na medida em que sua heróica paciência custa o dinheiro e o respeito de milhares de investidores nacionais e estrangeiros que acreditam e aplicam dinheiro na Petrobras.

Só após a reação do Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, é que o Governo brasileiro mostrou-se disposto a reagir e a tomar as providências cabíveis, ameaçando agora recorrer à arbitragem internacional – providência que já devia ter tomado há mais tempo.

O Ministro dos Hidrocarbonetos da Bolívia foi substituído, e a Bolívia, aparentemente, resolveu recuar, negando o caráter expropriatório das medidas da semana passada, mas insistindo em que o decreto será executado.

Ficamos indignados ao perceber que as questões de Estado de maior relevância sejam tratadas como acertos entre políticos irmãos. Segundo tem noticiado a imprensa, o Presidente Lula estaria se sentindo traído, pois haveria uma espécie de acordo pré-eleitoral com Evo Morales. Ora, se são presidentes irmãos, é bom o Presidente Lula tomar mais cuidado, porque Evo Morales está mais para Caim do que para Abel. Os fatos falam por si.

É irônico percebermos que, quando o correspondente do **The New York Times** mencionou suposto abuso de bebida alcoólica por parte de Sua Exceléncia, quase houve um cataclismo no Palácio do Planalto. Não faltaram ameaças de expulsão. Setores do Governo consideraram algumas linhas de jornal um acinte à soberania do nosso País. Contudo, as iniciativas verdadeiramente deletérias por parte do Governo boliviano, com efeitos práticos nos ativos da maior e mais estratégica empresa brasileira, são recebidos como blasfemias inocentes, bravatas de políticos bem-intencionados, mas sem juízo.

É imperativo que o Presidente Lula e sua equipe sejam mais assertivos nas negociações com a Bolívia. O unilateralismo do Sr. Morales não pode ser tratado como mero desconforto eleitoral às vésperas da escolha presidencial. A diplomacia deve ter como horizonte, em longo prazo, os interesses de Estado, sobretudo em setor de capital importância como é o energético.

Na verdade, Srs. Senadores, as tergiversações de Sua Excelência são reflexos de um quadro bastante confuso na política exterior.

Ficamos a nos perguntar: por que a demora em credenciar o chefe da missão diplomática do principal parceiro bilateral do Brasil? O Embaixador Clifford Sobel foi indicado pelo Presidente Bush em 23 de maio, confirmado pelo Senado norte-americano em 23 de junho e empossado pela Secretária de Estado, Condoleezza Rice em 20 de julho. Desde 1º de agosto em solo brasileiro, o 53º chefe de missão norte-americana no Brasil até hoje não foi recebido pelo Presidente Lula. Será que o seu credenciamento não é importante para a qualidade das relações bilaterais? De 1º de agosto até hoje, não foi possível se encontrar um momento para se receber o embaixador do maior parceiro comercial com o Brasil.

Na condição de membro titular e Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, observo que o atual Governo não possui, na prática, compromisso efetivo com uma diplomacia que ofereça resultados em longo prazo ao País.

Vejamos o caso da abertura de postos no exterior: desde 2003, são 39 novos postos, a maioria deles nos países em desenvolvimento. No entanto, continuamos com pouquíssima representação na África Oriental e na Ásia Central. Um país, por exemplo, que faz fronteira com o Mar Cáspio, como o Turcomenistão, com impressionantes riquezas minerais, inclusive urânio, ainda não mereceu as atenções devidas por parte do Itamaraty.

Até o fim do ano, estima-se que o Brasil contará com um total de 167 postos no exterior, com representação em 111 países. Segundo dados oficiais, o número de postos brasileiros no estrangeiro é muito inferior ao de outros países: ao dos Estados Unidos, e é natural que assim seja, que contam com 275 missões; ao da China, com 223; ao da Federação Russa, com 256 missões diplomáticas; e ao da França, que tem 355 missões, entre embaixadas, consulados e representações permanentes em organizações internacionais.

O Brasil tem, volto a dizer, 167 postos, considerando-se consulados, embaixadas e representações permanentes em organizações internacionais.

A criação de embaixadas começou ainda em março de 2003, com a de São Tomé e Príncipe. Continuou em 2004, com a da Etiópia e também a de San Marino, acumulada com a da Itália; em 2005, a partir de feverei-

ro, com as embaixadas de Cameron, Tanzânia, Catar, Belize, Croácia, Guiné Equatorial, Sudão, Comunidades das Bahamas, Benin, Togo, Sri Lanka; e, em 2006, com as embaixadas do Cazaquistão, da Guiné, de Zâmbia e, finalmente, de Botsuana. São 18 novas embaixadas, com custo estimado de US\$500 mil cada, ou cerca de U\$10 milhões para a sua implantação. Houve um aumento de quase 20% no número de embaixadas brasileiras.

Apesar de entendermos que ainda há espaço e necessidade de abertura de outros postos, concordamos com o ex-Ministro Luiz Felipe Lampreia quando assevera que não é apenas abrindo embaixadas que se faz diplomacia. O critério deve ser cada vez menos político e cada vez mais de racionalidade administrativa. Está coberto de razão o ex-chanceler. Se os postos no exterior não estiverem devidamente instrumentalizados, o esforço e o dinheiro público estarão sendo despendidos em vão.

É claro, Sr. Presidente, que também há pontos positivos na atual diplomacia. Seríamos injustos se não os enxergássemos.

A continuidade da aproximação com a África Atlântica e de fala lusa, por exemplo, seguindo o roteiro delineado e percorrido por Governos anteriores, é mais que louvável, se não uma necessidade histórica. O recente encontro que reuniu o Brasil, a Índia e a África do Sul aponta novas possibilidades de se fazer política de forma inteligente.

Todavia, a ideologização do Mercosul, com a entrada da Venezuela de Hugo Chávez como membro pleno do bloco, deve ser vista com ressalvas. Esforçamo-nos para implementar uma união aduaneira com menos furos na Tarifa Externa Comum, TEC, o que exige coordenação e sintonia na condução das políticas comerciais. Essa tarefa parece estar cada vez mais difícil. Nesse contexto, é legítimo questionarmos o potencial agregador de um líder político que rechaça, **a priori**, todo e qualquer entendimento com os Estados Unidos.

No Brasil, congelamos, **sine die**, as negociações para o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas – Alca. Pois bem, quais são os efeitos práticos dessa decisão? Os países da América Central e da América do Sul, um a um, vêm celebrando tratados bilaterais de livre comércio com os Estados Unidos. Isso vale tanto para o Chile, membro associado do Mercosul que já possui o tratado, quanto para o Uruguai, membro pleno e fundador do Mercosul.

Como ressaltou, com ironia, Carlos Alberto Sardenberg, o Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, Líder da Esquerda, próximo do Presidente Lula, disse estar tratando do tema de modo pragmático, sem ideologias. “Ele precisa vender bife nos *shoppings* norte-americanos”, disse o Presidente Tabaré Vázquez.

Não é desnecessário lembrar que o poderio norte-americano se acentua ainda mais com a divisão dos países sul-americanos. Para os Estados Unidos, potência incontrastável, negociar de forma bilateral é muito mais confortável.

Ouço, com prazer, o Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Eminente Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a faz, neste final de tarde, judiciosas considerações sobre o Brasil e sua política externa. V. Ex^a começa bem ao ferir a questão Brasil/Bolívia, um contencioso que não está sendo adequadamente tratado. Pelo contrário, com o passar do tempo, a sensação que se tem é que as tensões se exacerbam. Felizmente, o Brasil, país que tem excelentes relações com todo mundo e, de modo especial, com os países lindeiros, entre os quais a Bolívia até pela extensão das fronteiras que nos ligam, inclusive grandes fronteiras vivas onde é forte o intercâmbio social, político e econômico. V. Ex^a também faz considerações oportunas sobre outras questões da política externa que merecem ser lidas não somente pelos colegas do Senado e da Câmara dos Deputados, mas também pelo Poder Executivo porque são observações atuais e pertinentes. Devo, sem querer mencionar os diferentes pontos que V. Ex^a tocou, lembrar de um em especial por encontrar-se em situação extremamente difícil, que é o Mercosul. Ao que assistimos nos últimos anos é uma perda de velocidade na integração, sobretudo no nosso primeiro mecanismo de integração regional. O que estamos sentindo é que entre os membros fundadores, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, dois deles, Uruguai e Paraguai, já vocalizaram o interesse de se desligar da instituição, o que a meu ver compromete, e muito, esse processo de integração, mesmo porque se olharmos e lembremos a questão Mercosul, sabemos que isso foi inspirado nos paradigmas do grande Chanceler Barão do Rio Branco, quando chamava a atenção para a questão do Prata. É bom salientar que são dois países da Bacia do Prata que estão querendo deixar. Sem contar a conduta heterodoxa, para usar expressão que me ocorre neste momento, da Argentina que também criou um mecanismo que não se compagina com a tarifa externa comum. O que vemos é esse mecanismo – a TEC sofrendo – uso expressão que os diplomatas empregam – muitas perfurações e isso, naturalmente, reduz, e muito, a integração do Mercosul. Depois, sob o ponto de vista institucional, estamos vendo que nada se fez – pode ser que eu esteja equivocado, pois leio bastante sobre este tema, e nada encontro para dizer que estamos aprofundando a nossa integração e, mais do que isso, consolidando as instituições. Gostaria de lembrar Jean Monnet, que foi um dos grandes construtores da chamada União Européia – aliás, o Dia da Europa, se não me engano, é 9 de maio, dia em que se comemora o

famoso discurso dele sobre a referida integração. Nesse discurso, Jean Monnet diz algo muito importante: “que nada se faz sem os homens, mas nada se mantém sem as instituições”. Se o Mercosul é uma instituição que veio para ficar – e nesse sentido trabalhamos muito – e V. Ex^a sabe disso, inclusive, V. Ex^a sediou reuniões do Mercosul ao tempo em que era Governador do seu Estado. Se o Mercosul é uma opção válida e precisa ser consolidado e ampliado, isso teria que ser uma grande prioridade do atual governo, algo que não está acontecendo. Fico triste porque, ao mesmo tempo, também não avançamos no nosso enlace com a União Européia. O Acordo-Quadro foi firmado, posso estar equivocado, há 11 anos, em Madri, em 1995, e avançou pouco também. Devo mencionar que a integração, a expansão do Mercosul não está se dando de forma consistente, ao contrário, com problemas como esse que agora acaba de surgir na Bolívia. O discurso de V. Ex^a é oportuno, não pode deixar de ser lido, meditado e refletido, mesmo porque estamos nos preparando para uma eleição e o componente “política externa” é parte na agenda das eleições que ocorrerão no próximo dia 1º de outubro, cujo segundo turno está previsto para o dia 29 de outubro. É hora de colocar a política externa para que a sociedade possa discuti-la e ter uma noção exata dos problemas que estamos atravessando nessa área. Sabemos que vivemos num mundo que se integra, e o País tem toda a vocação para ter uma presença maior no século XXI e não pode consequentemente desconhecer a variável externa, importante para muscular a presença do País no exterior.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. Realmente agradeço as suas palavras, que vêm colaborar muito nesta discussão.

É exatamente a este ponto que eu estava chegando agora, mostrando a importância da discussão da política externa na campanha eleitoral. Diferentemente de outros países, aqui no Brasil, lamentavelmente, não se discute essa questão, e, neste momento de decisões eleitorais, é muito importante que se discuta, que se debata a nossa política de relações exteriores. Ela tem consequências reais para a vida da população. Daí a importância de que esse assunto seja devidamente discutido.

O jornal **La Nación**, de Buenos Aires, comentava há poucos dias que o Governo Lula começou com dois objetivos na política externa: a liderança na América do Sul e a conquista de posição, de assento no Conselho de Segurança da ONU. Não conseguiu nenhum dos dois. Observe-se ainda que a duplicidade de representação com o Ministro Amorim, por parte do atual Ministro Marco Aurélio Garcia, acabou por trazer mais confusão aos rumos da política internacional brasileira. Talvez agora, com a ida de Marco Aurélio Garcia para

a campanha, possamos ter rumos mais claros nessa área, acabando com a duplicidade de comando.

A defesa dos interesses brasileiros aqui e no exterior é dever inalienável do Presidente da República. Também nessa área é nosso dever debater, é nosso dever apontar eventuais equívocos, é nosso dever buscar caminhos mais claros. É importante discutir essas questões para que possamos trazer benefícios ao País. E o nosso candidato a Presidente da República, Geraldo Alckmin, tem uma visão moderna das relações internacionais e está preparado para defender os reais interesses da população brasileira.

Mas volto ainda, Sr. Presidente, para a importância de que essa discussão esteja dentro da campanha. Afinal a inserção qualificada e construtiva do Brasil em um mundo que se tornou plano - como afirmou, com propriedade, Thomas Friedman - é pré-requisito para o desenvolvimento equitativo a que todos os brasileiros aspiramos. Não é possível que continuemos a ter uma política externa que não tem mostrado os resultados que se esperava dessa política e que essa questão fique relegada a segundo plano.

Nesta semana final em que se discute o rumo do Brasil com as eleições presidenciais, é fundamental que as relações internacionais estejam também no foco de discussão. O Brasil soberano, o Brasil que defende os seus interesses, o Presidente que realmente se indigna com a agressão ao País, como acontece por parte da Bolívia, é um ponto importante que tenhamos no futuro Presidente da República do Brasil.

Daí a pertinência deste meu discurso hoje, Sr. Presidente, trazendo à reflexão esses dados em relação à Bolívia, ao Mercosul, à Alca, à criação de novas embaixadas, dezoito novas embaixadas, ou seja, 20% de acréscimo nestes últimos três anos, muitas delas importantes, sim, mas outras com objetivos mais políticos do que propriamente de representação do Brasil e que trazem resultados econômicos importantes para a população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, quanto à inclusão de todo o documento.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Presidente desta sessão, ilustre representante do Estado do Espírito Santo no Senado Federal, Senador João Batista Motta, Sr^{as}s e Srs. Senadores, venho, nesta tarde de hoje, registrar um fato que não pode passar sem uma referência na memória do Senado Federal. Diz respeito ao transcurso ocorrido sábado passado, dia

23 de setembro, dos dez anos da sanção da Lei 9.307, que dispõe sobre a arbitragem em nosso País.

A referida lei representou um avanço muito grande na solução dos conflitos e contribuiu também e muito não somente para agilizar a tramitação e a solução de muitas demandas, mas também para que se gerasse no País uma consciência da conciliação, da mediação e da própria arbitragem.

São três institutos extremamente importantes.

Sabemos que um traço muito característico do brasileiro é a tendência à conciliação, ao entendimento. Somos um povo conciliador. É lógico que eu não usaria o termo de Sérgio Buarque de Hollanda, em “Raízes do Brasil”. Para ele, o brasileiro seria “um homem cordial”. O conceito que o livro “Raízes do Brasil” dá ao homem cordial é distinto da forma como usualmente definimos uma pessoa com a qual convivemos bem. Não podemos deixar de reconhecer, no entanto, o fato de o brasileiro busca sempre a conciliação em vários campos da atividade humana, inclusive no da política.

Se olharmos a história do País, vamos verificar que conseguimos resolver tensões agudas por meio do entendimento. Por exemplo, no Império houve o chamado Gabinete da Conciliação, que foi resultado de um trabalho muito bem feito de Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná.

Poderia também citar, entre muitos outros exemplos na República, um episódio que está ainda bem presente em nossa memória. Falo de um grande acordo que se realizou entre 1984 e 1995, que Tancredo Neves denominou de “Nova República”.

Conseguimos retomar o Estado democrático de direito sem traumas, em grande movimento de entendimento de contrários, que permitiu a convocação de uma Constituinte que deu ao País a necessária estabilidade política.

A Lei de Arbitragem está recebendo grande adesão da sociedade, por ser uma norma que induz também à conciliação, à mediação. Por fim, embora a arbitragem já constasse da Constituição de 1824, nunca fora utilizada no País, por motivos processuais, inclusive pela inexistência da cláusula compromissória.

Mas, hoje, a lei sancionada em setembro de 1996 produziu muitos resultados positivos.

Não foi por outra razão que, no dia de ontem, a **Folha de S.Paulo** publicou, na pág. 3, um artigo assinado por dois grandes juristas, Arnold Wald e Ives Gandra da Silva Martins, cujo título era “10 anos da Lei de Arbitragem”. Diz o artigo logo no seu primeiro parágrafo:

O décimo aniversário da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, comprova que uma lei bem feita e aceita pela sociedade civil pode

transformar construtivamente setores importantes da vida nacional, tornando-se catalisadora do seu desenvolvimento.

Sr. Presidente, isso nos dá muita alegria, porque fui autor do projeto que se transformou na lei a que me referi e resultou de um prévio debate na sociedade brasileira. Não foi um projeto apresentado, sem que antes a sociedade dele participasse, por meio da Operação Arbiter.

Trago aqui um livro recentemente publicado, intitulado **Operação Arbiter**, que conta a história da lei sobre arbitragem em nosso País. Seu autor é um competente advogado pernambucano, Petronio Muniz. Na orelha do livro se afirma:

O livro 'Operação Arbiter a História da Lei nº 9.307/96' descreve e comprova, com documentos, a trajetória da 'Lei Marco Maciel' sobre arbitragem comercial no Brasil, de cujos passos fui testemunha direta.

Esse livro é uma peça indispensável para quem quiser aprofundar os estudos na área de arbitragem, porque não somente resgata a Operação Arbiter, mas também contém todas as informações sobre a tramitação do projeto, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como Relator o saudoso ex-Senador e ex-Governador Antonio Mariz; depois, no Plenário do Senado; em seguida, na Câmara dos Deputados, onde houve um debate muito aceso sobre o tema, tendo aquela Casa concluído pela sua aprovação; e, logo após, no Senado, em caráter terminativo.

Todos esses fatos todos mostram como se deve considerar a importância de submeter idéias e propostas a prévio debate e, também, a uma maior participação da sociedade.

Sr. Presidente, penso que a lei, ao completar seus dez anos, está cumprindo, com êxito, seus objetivos. Hoje pela manhã, tive a oportunidade de participar de um evento que muito apreciei: o Simpósio Nacional "Os Instrumentos Extrajudiciais de Solução de Conflitos", que se realizou em São Paulo, promovido pelo Inama.

A abertura, a que compareci, contou com a presença do ilustre amigo Governador de São Paulo, o Professor Cláudio Lembo, que na ocasião proferiu, como mestre de Direito que é, palavras muito adequadas ao tema, fazendo, inclusive, apreciação sobre seus efeitos na sociedade brasileira. Também estavam presentes o ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro das Relações Exteriores Francisco Resek; o Dr. Fernando Tadeu Perez, Presidente do Banco Itaú; o Dr. Edmir Garcez, do Inama nacional; e o Dr. Norberto Legrazie, do Inama de São Paulo.

O Inama – Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem – tem uma história de participação muito ativa

na Lei da Arbitragem. É uma entidade privada, sem fins lucrativos, independente, neutra e imparcial, fundada em 1991, com o apoio, entre outras entidades, da American Arbitration Association. E, posteriormente, com a Lei da Arbitragem, ela expandiu as suas atividades.

Decisões ocorridas após a sanção da lei muito contribuíram para que a arbitragem se enraizasse em nosso País. O primeiro foi o fato de o Brasil haver subscrito a Convenção de Nova Iorque de 1958, o que foi um passo decisivo.

Nesse aspecto, trabalhei muito para que isso acontecesse. À época, Vice-Presidente da República, conversei com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que considerou que, de fato, devíamos tomar esse rumo. A matéria foi encaminhada para o Congresso Nacional, que a aprovou. A Convenção de Nova Iorque foi subscrita pelo Brasil, criando-se, assim, condições de melhor operacionalizar o instituto da arbitragem no País e, também, estabelecendo igualmente condições para um reconhecimento internacional da legislação brasileira.

O orador que me antecedeu, o ilustre Senador Eduardo Azeredo, fez referência inclusive ao contencioso Brasil/Bolívia; relativo à desapropriação de instalações da Petrobras em solo boliviano. Pois bem, gostaria de lembrar que no contrato Brasil/Bolívia, firmado entre a Petrobras, que é a estatal brasileira, e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos há uma cláusula que dispõe no caso de controvérsia, de questionamento se deva recorrer à arbitragem na Corte em Nova Iorque. Isso mostra a importância do instituto também na sua faceta externa, mesmo porque vivemos num mundo que se integra. A frase de McLuhan que o mundo iria virar uma aldeia global ocorreu. Vivemos tempos de mundialização que são estimulados por um grande desenvolvimento científico e tecnológico que se expressam, por exemplo, em mecanismos como Internet e comunicações cada vez mais intensas e, portanto, não podíamos deixar também de buscar subscrever a Convenção de Nova Iorque.

Um outro fato muito importante foi o Supremo Tribunal Federal reconhecer a Lei de Arbitragem e declará-la constitucional.

A propósito, gostaria de mencionar mais uma vez o artigo do Arnold Wald e do Ives Gandra, em que eles – no artigo da **Folha** – reconhecem que o papel do Supremo foi importante no reconhecimento da lei. Em certo momento diz o artigo:

O sucesso da arbitragem no Brasil também se deve em grande parte a posição dos juízes. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da lei. Por sua vez – acrescentam os autores –, o Superior Tribunal de Justiça facilitou a homologação das decisões arbitrárias estrangeiras, aplicando,

de imediato, a nova lei, admitindo a convenção de arbitragem tácita, definindo mais adequadamente a ordem pública e consagrando a arbitralidade dos conflitos nos quais uma das partes é sociedade de economia mista.

Essa decisão foi extremamente importante, mas a mesma coisa eu podia dizer que isso se verificou também nos tribunais de justiça dos Estados. Recentemente compareci a um evento em Goiás e nele estava presente o Desembargador Vitor Barbosa Lenza, do Tribunal de Justiça de Goiás, que proferiu uma excelente palestra sobre o tema. Ele foi muito além nas considerações que eu poderia fazer, elogiando a lei. Dizem que elogio em boca própria é vitupério. E eu jamais iria fazer uma exaltação e uma proposta que tive oportunidade de apresentar ao Senado. Mas ele o fez e fez com talento e brilho, mostrando o quanto isso é decisivo para o País e suas instituições.

Gostaria de voltar também ao tema para dizer que o evento aberto hoje em São Paulo prossegue até amanhã, com a presença, inclusive, de Congressistas como Walter Barelli, Deputado Federal; o ex-Ministro do Trabalho Almir Pazzianoto Pinto, além de especialistas interessados se constitui num momento de uma grande reflexão sobre a Lei de Arbitragem.

Também devo observar, Sr. Presidente, que é fundamental ainda salientar que a Lei nº 11.196 de 2005, a lei que estabeleceu as Parcerias Público-Privadas – as PPPs, como nós chamamos abreviadamente – ela fez o reconhecimento do Instituto da Arbitragem.

O art.11 da referida lei e o art.23 da Lei nº8.987 estabelecem que esses contratos “podem prever o emprego de mecanismos privados para a resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive arbitragem, a serem realizadas no Brasil, em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307”.

Desejo mencionar, Sr. Presidente, ao festejarmos os dez anos da lei, que urge, também, para fazer uma reflexão sobre a necessidade de desenvolver e aprofundar, no Brasil, a cultura da arbitragem, já que esse era um mecanismo que nós não o exercitávamos. Sabemos que a prestação jurisdicional por parte do Estado se faz cada vez com maior dificuldade.

É grande o número de feitos que demandam o Judiciário. São 58 milhões tramitando no País, segundo dados publicados recentemente. O mais grave é que como muitos feitos não são de grande relevância, isso faz com que as questões de maior relevância não sejam apreciadas tempestivamente. Com o instituto da arbitragem, muitas dessas demandas estão migrando para a utilização de câmaras arbitrais e de juízos arbitrais, em diferentes estados, o que está concorrendo para

desafogar o Judiciário, que convive com uma pretória de feitos que não é possível julgar em tempo hábil.

Daí por que insisto que esse é o momento de fazermos uma reflexão. Essas datas paradigmáticas, como é o décimo aniversário da lei, é um momento para pensarmos conjuntamente. Quer dizer, as entidades interessadas na melhoria da prestação jurisdicional no País desejam aprofundar as instituições e este é o momento de fazer uma grande reflexão.

Sr. Presidente, cito um livro que deve sair nos próximos dias sobre o tema. Trata-se de um trabalho de uma grande especialista no assunto, que é a Professora Selma Lemes, intitulado “A Arbitragem na Administração Pública – Fundamentos Jurídicos e Eficiência Econômica”.

Convidado pela referida Professora, fiz um modesto prefácio sobre sua obra e salientei tratar-se “de contribuição que contempla a sociedade brasileira, com um livro cuja profundidade expurgou, de uma vez por todas, as dúvidas jurídicas a respeito da arbitragem, trabalho cuja lúcida disposição mostrou definitivamente que o instituto é, dentre os demais métodos alternativos, o mais eficiente para reduzir a plethora de feitos que assoberbam a Justiça e o mais vantajoso para a solução dos conflitos, não só os internos como sobremodo os internacionais, cujo julgamento dado ao mérito se acha imune de reconsideração pelo Judiciário, mesmo que tenha ocorrido erro de fato ou má interpretação do contrato”.

Mais adiante, acrescento:

(...) desnecessário salientar que este livro também concorre para que se difunda uma “cultura da arbitragem”. É essencial, a meu ver, adequar a exegese e a correta aplicação desse instrumento legal, o que propiciará a sua difusão entre nós.

Sr. Presidente, aproveito a ocasião para dizer que a Lei de Arbitragem permite fazer com que se desenvolva também, no Brasil, a mediação e a conciliação.

O Inama preparou um excelente **folder** sobre a lei e esses institutos irmãos, se assim posso dizer, a mediação e arbitragem. No **folder**, há uma definição de mediação que considero interessante:

A mediação é um meio alternativo de solução de controvérsias, litígios e impasses, onde um terceiro neutro, de confiança das partes (pessoas físicas e jurídicas), por elas livre e voluntariamente escolhido, intervém entre elas (partes) agindo como um “facilitador”, um “catalisador”, que, usando de habilidade, leva as partes a encontrarem a solução para suas pendências. Portanto, o Mediador não decide; utilizando habilidade e as técnicas da “arte de mediar”; leva

as partes a decidirem, de forma harmoniosa e de acordo com os interesses das mesmas.

Diz o **folder** ainda:

Não há que se confundir Mediação e Conciliação, que são atividades semelhantes, porém não iguais, especialmente na cultura brasileira. A Conciliação entre nós, normalmente é exercida por força de lei e compulsoriamente por servidor público, que usa a autoridade de seu cargo para tentar promover a solução de controvérsias, muitas vezes pressionando ou induzindo as partes, diferentemente, portanto, da Mediação, à qual as partes se submetem livre e voluntariamente e da mesma forma escolhem a entidade e o profissional/mediador de sua confiança para ajudá-las a alcançar a solução para as suas pendências.

Por fim, Sr. Presidente, faço uma exortação, para que a sociedade brasileira continue a acompanhar o andamento da consolidação desse estudo, que tende a ser algo muito importante na medida em que vamos, cada vez mais, exercitá-lo não somente no campo interno, mas também no campo externo, inclusive no Mercosul. Como sabemos, o Acordo de Ouro Preto, de 1994 – ao tempo em que era Presidente da República o Presidente Itamar Franco –, estabeleceu que os membros do Mercosul recorreriam à arbitragem na solução de seus dissensos.

E a tendência é, cada vez mais, tendo em vista o processo de globalização, que o País se insira na sociedade internacional e venha a recorrer à utilização da arbitragem no campo externo. No campo interno, não tenho dúvida em afirmar que, na medida em que o instituto se consolidar, vamos ajudar em muito a fazer com que as demandas, os conflitos sejam resolvidos de forma mais célere.

Sabemos que a arbitragem tem essa vantagem. É uma decisão mais rápida, posto que menos sujeita a processos complexos de recursos, agravos, e múltiplas instâncias. A arbitragem tem duas outras grandes virtudes, porque o árbitro é um especialista no tema, tem muito mais facilidade em encontrar uma solução, por ser uma pessoa capaz de elucidar a questão.

Por fim, a arbitragem também facilita às partes, se desejarem, é óbvio, que a pendência ou dissídio seja resolvido de forma sigilosa, porque de fato há questões em que ele impõe no resguardo do interesse das partes. A Lei da Arbitragem tem essas vantagens.

Não quero deixar de aqui chamar a atenção para que não se deixe distorcer esse instituto. Há um ditado espanhol que diz: "hace la lei, hace la trampa". Faz-se a lei, faz-se a fraude.

Não há nenhuma lei que fique imune a interpretações não corretas e a aplicações não devidas. Isso, obviamente, pode acontecer com a Lei da Arbitragem, mas, se a sociedade tiver interesse, como está tendo, em zelar pelo seu fiel cumprimento e sua boa execução, vamos avançar muito mais que podíamos esperar.

Faço um apelo à sociedade brasileira para que esse instituto continue a ser pensado e discutido para que se gere uma sólida cultura da arbitragem. Que ela se enraíze no tecido social de nosso País.

Concluo, lembrando palavras de Rui Barbosa. Eu não as tenho de cor, porém elas foram proferidas em um de seus textos referenciais, na "Oração aos Moços", que reflete uma certa desesperança com relação ao futuro do País, mas que não deixa de advertir para o fato de que uma lei é boa ou má conforme a sua aplicação e a sua interpretação.

Espero que a Lei da Arbitragem possa cumprir esses objetivos tão válidos e importantes para a consolidação institucional do Brasil. O Brasil reclama instituições modernas e estáveis. Certamente, a Lei da Arbitragem é uma delas.

Encerrando minhas palavras, agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, pelo tempo que me ofereceu. Peço a V. Ex^a, nobre Senador João Batista Motta, que permita que seja publicado, juntamente com meu discurso, o artigo dos Professores Arnaldo Wald e Ives Gandra da Silva Martins, a que já aludi, bem como o programa do Inama, cujo simpósio nacional hoje se instalou, bem assim o prefácio que fiz ao trabalho da Prof^a Selma Lemes, no qual teço algumas considerações sobre o instituto de arbitragem em nosso País e que ajudam a compreensão desse instituto tão importante para o País e seu desenvolvimento.

Muito obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PREFÁCIO LIVRO DRA. SELMA LEMES

Constitui para mim sumo prazer assentir ao convite da Dr^a SELMA MARIA FERREIRA LEMES para pre-faciar seu livro **ARBITRAGEM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. FUNDAMENTOS JURÍDICOS E EFICIÉNCIA ECONÔMICA**, título que substitui o original dado à sua defesa de tese, em 13 de março do corrente ano de 2006, perante eminentes professores doutores das Faculdades de Direito, de Economia e de Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP, PROLAM/USP e FADUSP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e da Escola de Direito de São

Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EDESP/SP) – tese tão competente quanto brilhante, “aprovada com recomendação para publicação”.

A Professora Selma Lemes é, no Brasil e fora dele, uma notável especialista em Arbitragem e teve destacada participação na elaboração do anteprojeto que tornou possível a prática da Arbitragem em nosso País. É, além de necessário, oportuno o lançamento deste livro por ocorrer no ano da graça de 2006, quando estamos inteirando dez anos da promulgação da Lei nº 9.307, de setembro de 1996, que ensejou a prática do referido instituto no solo pátrio. Aliás, a lei surge com grande retardo, pois o recurso à Arbitragem é consagrado de há muito na maioria dos países do mundo.

E com muita honra, por levar esta lei o meu nome, fruto que foi de árduas batalhas no Congresso, vitoriosas enfim, como narra o mentor da idéia salvadora, Dr. Petrólio R. G. Muniz, em seu livro *Operação Arbitr.º*. Dentro da moderna orientação das nações mais desenvolvidas, foi modelada nossa lei, mediante o auxílio de juristas da mais alta envergadura, pátrios e estrangeiros, ancorada, porém, desde o início, em três grandes Mestres: o ilustre Professor da USP Carlos Alberto Carmona, o eminentíssimo Civilista Pedro Batista Martins e – repito – a culta especialista na matéria, Drª Selma Maria Ferreira Lemes.

A essa tríade foi cometido o encargo de elaborar o *anteprojeto*, o qual foi debatido em convenção nacional na cidade de Curitiba, no dia 9 de dezembro de 1991, ocasião em que foram discutidos temas da mais alta relevância – qual a pretensa arguição de inconstitucionalidade por afronta ao inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal, bem como a natureza constitucional da função dos árbitros, e mesmo, a irreversibilidade da sentença arbitral –, temas que haviam de ser objeto de amplos debates encarados com profundidade e lógica aristotélicas.

Em carta, a autora confessa: “*Foi um trabalho árduo de pesquisa no Brasil e no Chile e levei 11 meses elaborando o texto, após as pesquisas*”. A presente obra exibe definitivamente a impressionante capacidade de trabalho, seriedade, bem como a estuante cultura da prefaciada. Quem perpassa seu *curriculum vitae* não pode deixar de se extasiar ante a plethora de seus cursos e títulos: afora o doutorado recém conquistado, a Drª Selma é Mestra em Direito Internacional pela USP e Doutora em Integração da América Latina (PhD – PRO-LAM/USP), um acréscimo substancial aos vários cursos de extensão universitária e pós-graduação *lato sensu*; é ainda Coordenadora e Professora do Curso de Arbitragem de várias entidades de renome (FGV, CEU e LLM, p. ex.); é Advogada, sócia e Consultora de grandes escritórios advocatícios e empresas de grande porte; e ainda encontra tempo para integrar 18 Instituições; é escritora

de 2 livros anteriores, um deles em co-autoria com os juristas Carlos A. Carmona e Pedro B. Martins; e autora de 10 capítulos de livros; *idem* de mais de 41 artigos em revistas jurídicas e econômicas, 28 delas no Brasil, 2 na Argentina, 7 na Espanha, 2 nos Estados Unidos, 1 na França e 1 em Portugal; e são também de sua la- vra mais de 50 outros artigos em revistas eletrônicas na WEB (Brasil, Chile, Espanha e Peru).

Não é de estranhar, assim, sua precisão conceitual, quando disserta sobre a natureza jurídica da arbitragem e seu histórico, exemplificado pelos contratos de concessão no Império; sobre a arbitragem na Administração Pública brasileira, em cuja historiografia “*sempre foi instituto jurídico regulado na lei civil e processual civil*”; sobre a arbitrariedade subjetiva consubstancial em toda e qualquer pessoa, quer física quer jurídica de direito público ou não, bastando a capacidade para contratar (e não de transigir!), o que remonta às Ordenações Filipinas, nas lições de Mendes Pimentel e Rui Barbosa: não teria sentido, portanto, excluir o Estado dessa subjetividade; sobre a arbitrariedade objetiva, restrita aos direitos patrimoniais disponíveis e, para o Estado, também ao interesse público, que se define como um dever da boa administração (dos atos de gestão e não os de império) com eficiência e economicidade; sobre a competência do árbitro nos contratos administrativos; enfim, sobre “*a arbitragem como instrumento jurídico [que] repercute favoravelmente na economia do contrato administrativo... e que gera eficiência para a contratante (Administração), para o contratado (agente privado) e para a sociedade ao propiciar a redução no custo de transação*”.

Ademais, numa II Parte, a Drª Selma Lemes desdobra o alcance do livro ao fazer um “*estudo de Direito Comparado, empreendendo análise da arbitragem nos contratos de concessão de obras públicas chilenas. Tem como meta orientadora demonstrar as premissas que respaldam a hipótese comum ao Direito Brasileiro e Chileno*”.

Trata-se, portanto, de contribuição que contempla a sociedade brasileira com livro, cuja profundidade expurgou de uma vez por todas as dúvidas jurídicas a respeito da arbitragem; trabalho cuja lúcida exposição mostrou definitivamente que o instituto é, dentre os demais métodos alternativos, o mais eficiente para reduzir a plethora de feitos que assoberbam a Justiça e o mais vantajoso para a solução dos litígios, não só os internos como sobremodo os internacionais – cujo julgamento dado ao mérito se acha imune de reconsideração pelo Judiciário, mesmo que tenha ocorrido erro de fato ou má interpretação de um contrato –, qual decidiu a severa Suprema Corte dos Estados Unidos no caso *Enterprise Wheel*.

Desnecessário salientar que este livro também concorre para que se difunda uma "cultura da arbitragem", essencial, a meu ver, à adequada exegese e à correta aplicação desse instrumento legal, o que propiciará a sua difusão entre nós.

Não se pode, assim, deixar de enaltecer o denodo da Drª Selma Lemes ao produzir obra-prima, tecida de leveza estilística, ao lado de contínua conexão lógica que soube oferecer não só entre períodos e parágrafos como entre os próprios capítulos, versando muito

embora sobre temas de enorme complexidade não menor, de alta indagação jurídico-econômica.

Cabe, afinal, cumprimentar a lúcida e arguta autora pelas lições – inéditas algumas –, nas quais demonstra os seus títulos universitários e acadêmicos, expressam e, por consequência, nos levam à afirmar que trabalhos desta natureza ajudam buscar a entender o sentido da lei, confluindo para o alevantamento cultural do Brasil.

Dez anos da Lei de Arbitragem

ARNOLDO WALD e IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

FOLHA DE S. PAULO (25/09/06) PG 3 - QUINTA

DÉCIMO aniversário da lei nº 9.307, de 23/9/96, comprova que uma lei bem feita e aceita pela sociedade civil pode transformar construtivamente setores importantes da vida nacional, tornando-se catalisadora de seu desenvolvimento.

Não obstante as resistências no passado em relação à arbitragem, foi possível realizar verdadeira revolução cultural, dando maior eficiência e rapidez à solução de litígios. Criou-se um processo ágil e flexível, que se adapta às necessidades de cada caso sem prejuízo da manutenção dos princípios básicos do contraditório e da ampla defesa. Conseguiu-se, assim, descongestionar os tribunais em pequeno percentual que, todavia, foi relevante em virtude da complexidade das causas que deixaram de ser submetidas ao Poder Judiciário.

O mérito da lei inovadora, que gerou jurisprudência construtiva, é imenso, visto que, até 1990, a prática comercial brasileira desconhecia a arbitragem. Explica-se o fato pela longa demora que, à época, caracterizava o processo arbitral, submetido sempre ao controle judicial. Basta dizer que a decisão final, para permitir a execução da decisão dos árbitros, chegou, em determinado caso, a ocorrer 30 anos após a constituição do tribunal arbitral! O fato de a cláusula compromissória – pela qual as partes se obrigam a sujeitar os litígios à arbitragem – não permitir a execução específica e a necessidade de dupla homologação para as arbitragens realizadas no exterior foram, então, obstáculos insuperáveis para o desenvolvimento do instituto em nosso país.

Pode-se dizer que a nova lei funcionou como verdadeiro exemplo de "destruição criadora" no campo do direito, para utilizar a terminologia dos economistas. Em dez anos, reali-

Em dez anos, realizou-se evolução que, em outros países, levou quase um século. Tudo mudou no campo da arbitragem

zou-se evolução que, em outros países, levou quase um século. Tudo mudou no campo da arbitragem.

As estatísticas são eloquentes. Do número insignificante de processos arbitrais em 96, ano de promulgação da nova lei, passou-se para cerca de 4.000 arbitragens anuais, das quais cerca de 90% realizadas nos campos trabalhista e do direito do consumidor, e as demais, em questões comerciais, internacionais e domésticas.

Basta lembrar que, enquanto uma ação trabalhista leva longos anos para terminar, uma arbitragem na matéria é concluída num mês. Na Justiça comum, sabe-se que as ações, até o trânsito em julgado, levam cerca dez anos. Numa arbitragem comercial, é possível obter solução em prazo que varia entre seis meses e dois anos, não havendo possibilidade de recurso.

Mas a velocidade não é o único atributo da arbitragem, que se beneficia também da escolha dos árbitros pelas partes entre especialistas na matéria, da confidencialidade do processo arbitral, do seu informalismo e do espírito de cooperação que o inspira.

Já se disse que a arbitragem é instrumento de paz social e conciliação econômica. Efetivamente, enquanto o processo judicial é uma espécie de guerra que afasta as partes, a arbitragem tenta manter as relações entre elas de modo que possam continuar a atuar em conjunto nos contratos de longo prazo, quer como fornecedores

e clientes, quer como sócios.

No plano internacional, a inclusão da convenção de arbitragem nos contratos facilita as relações comerciais, atrai os investimentos e dá maiores garantias aos contratantes, permitindo, inclusive, a redução dos custos de transação.

O sucesso da arbitragem no Brasil também se deve em grande parte à posição dos juízes. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da lei. Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça facilitou a homologação das decisões arbitrais estrangeiras, aplicando, de imediato, a nova lei, admitindo a convenção de arbitragem tácita, definindo mais adequadamente a ordem pública e consagrando a arbitrabilidade dos conflitos nos quais uma das partes é sociedade de economia mista. Finalmente, os juízes de primeira instância e os tribunais estaduais passaram a apreciar as decisões arbitrais com menor formalismo, só decretando a sua nulidade em raros casos de violação do direito de defesa ou de suspeição de árbitros.

O século 21 se caracteriza pela velocidade. Em virtude das novas tecnologias e da globalização, a solução dos litígios não pode se eternizar. É preciso, todavia, que as decisões do conflitos não sejam tão-somente rápidas. É imprescindível que também sejam eficientes e justas. Num mundo turbulento, com tribunais sobrecarregados, a arbitragem é a melhor alternativa para determinados casos, nos quais é possível obter soluções eficientes, justas e éticas. Eis o mérito da lei nº 9.307/96.

ARNOLDO WALD, 74, advogado, é professor catedrático de direito da Uerj e membro da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara Internacional de Comércio.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS, 71, advogado, professor emérito da Universidade Mackenzie, é presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, de cujo Tribunal de Arbitragem foi o primeiro presidente.



**Simpósio Nacional
“Os Instrumentos Extrajudiciais de
Solução de Conflitos”**

**“Lei de Arbitragem 10 anos – Crescimento e
Maturidade”**

26 e 27 de setembro de 2006

Gov Cláudio Lembo

Horário	26 / setembro / 2006 - Programa
08:00 às 08:30h	Recepção
08:30 às 09:00h	Abertura Dr. Fernando Tadeu Perez – BANCO ITAÚ Dr. Edmir F. Garcez – INAMA/BR Dr. Norberto Legrazie – INAMA/SP
	Palestra Magna - “Os 10 anos da Lei de Arbitragem” 09:00 às 09:30h Palestrante: Sen. Marco Maciel Presidente de Mesa: Dr. Roberto Egydio Setúbal – Presidente Banco Itaú Convidados especiais: Governador Cláudio Lembo Dr. Francisco Rezek – Ministro STF e Min. Rel. Exteriores Dr. Walter Barelli – Dep. Federal – Ministro do Trabalho Dr. Almir Pazzianotto Pinto – Ministro TST Dr. Fernando Tadeu Perez – Diretor Executivo de RH – Banco Itaú
	I Painel – “O Judiciário x Arbitragem Privada” 09:30 às 10:30h Palestrantes: Dr. Francisco Rezek – Ministro STF e Min. Rel. Exteriores Dr. Walter Barelli – Dep. Federal – Ministro do Trabalho Pres. Mesa: Dr. Norberto Legrazie – Diretor Xerox do Brasil – Pres. INAMA/SP Moderador: Dr. Roberto F. Ulhôa Cintra - Advogado
10:30 às 11:00h	Debate - Plenária
11:00 às 11:15h	Coffee - Break
	II Painel – “A Sobrecarga do Judiciário e as Alternativas Privadas” 11:15 às 12:15h Palestrantes: Dr. Moacyr Lahma Filho, Procurador-Geral da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados Dr. Roberto F. Ulhôa Cintra - Advogado Pres. Mesa: Dr. José Luiz Ricca – Superintendente do Sebrae/SP Moderador: Dr. José Roberto Graiche – Presidente da Graiche Adm. Imóveis e Condomínios
12:15 às 12:45h	Debate - Plenária
12:45 às 14:15h	Almoço
	III Painel – “O Micro e Pequeno Empreendedor e as Alternativas Privadas para Solução de Controvérsias” 14:15 às 15:15h Palestrantes: Dr. José Luiz Ricca – Superintendente Sebrae/SP Dr. José Fernando Robotton – Presidente AABIC Dra. Vera Carvalho Pinto – Advogada / Socia – Neumán, Salusse e Marangoni Advogados Pres. Mesa: Dr. Petrônio R. G. Muniz – Presidente Arbiter Moderador: Eng. Mauricio Linn Bianchi – Presidente Construtora BKO
15:15 às 15:45h	Debate - Plenária
15:45 às 16:00h	Coffee - Break
	IV Painel – “A Arbitragem – Solução de Controvérsias na Construção Civil” 16:00 às 17:00h Palestrantes: Dr. Petrônio R. G. Muniz – Presidente Arbiter Eng. Mauricio Linn Bianchi – Presidente Construtora BKO Dr. Antonio Fernando Mello Marcondes – Advogado, Prof. INAMA/SP Pres. Mesa: Eng. Antonio Sergio Liporoni – Presidente – UPAV - Unión Panamericana de Asociaciones de Valuación Moderador: Eng. Tito Lívio F. Gomide – Presidente IBAPE/SP
17:00 às 17:30h	Debate - Plenária
18:00h	Encerramento

Horário	27 / setembro / 2006 - Programa
08:45h às 09:00	Recepção
V Painel – “Regulamentação da Atividade - Mediação e Arbitragem” – Proj. Lei	
09:00 às 10:00h	<p>Palestrantes: Eng. José Tadeu da Silva – Presidente CREA/SP Eng. Tito Livio F. Gomide – Presidente IBAPE/SP Dr. Sergio Prado de Mello – Vice-Presidente CRC/SP Dr. José Roberto de Araújo Cunha Jr. - Presidente – Sindecon /SP</p> <p>Pres. Mesa: Dr. José Alexandre Tavares Guerreiro - Advogado Moderador: Dr. Antonio Fernando Mello Marcondes – Advogado, Prof. INAMA/SP</p>
10:00 às 10:30h	Debate - Plataforma
10:30 às 10:45h	Coffee - Break
VI Painel – “O Desenvolvimento da Mediação e Arbitragem Privada no Brasil”	
10:45 às 11:45h	<p>Palestrantes: Dr. André Luis Machado de Castro – Secretaria da Reforma do Judiciário – Diretor Geral - Modernização e Adm. Justiça Dr. José Alexandre Tavares Guerreiro - Advogado Dr. Marcos Paulo de Almeida Sales – Presidente - Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil - Canadá</p> <p>Pres. Mesa: Dr. Antonio Carlos de Aguiar – Advogado, Peixoto e Cury Advogados Moderador: Dr. Fernando Fernandes da Silva – Advogado, Prof. INAMA/SP</p>
11:45 às 12:15h	Debate - Plataforma
12:15 às 13:45h	Almoço
VII Painel – “Justiça do Trabalho x Mediação e Arbitragem / A Tese do Hipossuficiente e do Direito Indisponível”	
13:45 às 14:45h	<p>Palestrantes: Dr. Almir Pazzianotto Pinto – Ministro TST Dra. Lillian Ottobrini Costa – Juíza TRT – 2ª Região (concursada aposentada) Dr. José Francisco Siqueira Neto - Advogado</p> <p>Pres. Mesa: Dr. Edmir F. Garcez – Presidente INAMA/BR Moderador: Dr. Enio Sperling Jaques – Advogado, Prof. INAMA/SP</p>
14:45 às 15:30h	Debate - Plataforma
15:30 às 15:45h	Coffee - Break
VIII Painel – “Experiências e Cases de Sucesso em Mediação e Arbitragem”	
15:45 às 16:45h	<p>Palestrantes: Dr. Milton M. Osaki – Superintº. – Hospital Sta Cruz Dr. Jorge Nagado - Advogado Dr. Ramiro Alves de Moura – Diretor - Grupo Robotton Adm. Im. Condomínios Dr. João Evangelista – CVRD - Jurídico Dra. Nora Rachman – Secretária Geral Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM</p> <p>Pres. Mesa: Dr. Fernando Tadeu Perez – Diretor Executivo de RH - Banco Itaú Moderador: Dr. Edmir F. Garcez – Presidente INAMA/BR</p>
16:45 às 17:15h	Debate - Plataforma
Palestra Encerramento: “Gestão Estratégica de Pessoas e a Solução dos Processos Trabalhistas”	
17:15 às 18:00h	<p>Palestrante: Dr. Fernando Tadeu Perez – Diretor Executivo de RH – Banco Itaú Pres. Mesa: Dr. Norberto Legrazie – Diretor Xerox do Brasil – Pres. INAMA/SP</p>
18:00h	Encerramento

- **Patrocínio:** BANCO ITAÚ S.A.
- **Apoio:** CREA/SP, IBAPE/SP, SINPROQUIM, Grupo Robotton, CRC/SP, AABIC, Sindecon, ABRH, Hospital Santa Cruz, DPZ Publicidade, Graiche Multiservice, Peixoto & Cury Advogados, SEBRAE/SP.
- **Informações e Inscrições:** (11) 5084-8131 / 5579-4998 – e-mail: inama@inama.org.br
- **Realização:** INAMA/BR – Instituto Nacional de Mediação e Arbitragem
- **Local:** AUDITÓRIO ITAÚ CULTURAL – Av. Paulista, 149, São Paulo, SP

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Esta Presidência cumprimenta V. Ex^a pelo importante discurso que proferiu nesta tarde.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 126/06-GLPSDB

Brasília, de setembro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, venho indicar o Senador Marcos Guerra para integrar, como membro suplente, a Comissão de Assuntos Econômicos, na vaga destinada ao PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lúcia Vânia**, 1^a Vice-Líder do PSD.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Presidência designa o Sr. Senador Marcos Guerra, como suplente, para compor a Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do Ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.003, DE 2006

De tramitação conjunta das PECs nos 38, de 1999, 86, de 2003, 3, de 2004 e 31, de 2005.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que as PECs 038, de 1999, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, 086, de 2003, de autoria do senador Gerson Camata, 03, de 2004, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca e 031, de 2005, de autoria do Senador Augusto Botelho passem a tramitarem em conjunto por versarem sobre a mesma matéria – para dispor que as unidades de conservação da natureza serão criadas mediante lei.

Sala das Sessões, em 26 de Setembro de 2006,
– Senador **João Batista Motta**.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – O Requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do parágrafo único do art. 258 do Regimento Interno, uma vez que uma das proposições objeto da tramitação conjunta tem parecer aprovado por comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 222, de 2006** (nº 828/2006, na origem), pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do *caput* do art. 76 da Lei nº 11.178, de 2005, o relatório contendo os novos limites de empenho e movimentação financeira

que caberão a esta Casa, os respectivos parâmetros e memória de cálculo das receitas e despesas.

A matéria, juntada ao processado da Mensagem nº 9, de 2006, vai à Primeira-Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o **Aviso nº 34, de 2006** (nº 372/2006, na origem), encaminhando, nos termos do art. 3º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o relatório de Execução de Operações de Administração de Passivos Externos realizadas pela União.

O expediente, anexado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Marcos Guerra, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, e os Srs. Senadores Valdir Raupp e Eduardo Azeredo enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs Senadores, o que me traz à tribuna na tarde de hoje, é o registro de um dos mais significativos eventos para aqueles que acompanham de perto o desenvolvimento e a formação dos técnicos industriais brasileiros nas mais variadas áreas de atuação.

As comemorações alusivas ao Dia do Técnico deram-se na Câmara Municipal de São Paulo, no dia 21 de setembro, quando estive presente prestigiando o evento que contou ainda com as seguintes presenças, presidindo os trabalhos o Vereador Rubens Calvo, com a presença do Deputado Estadual Giba Mazon, do Dr. Wilson Wanderley, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos Industriais – FENTEC e do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de São Paulo – SINTEC, da Dr^a Margarete dos Santos, Presidente da Associação Brasileira de Ensino Técnico Industrial – ABETI, dos Doutores Nelson Nazar, Juiz do Tribunal Regional de São Paulo, Júlio Torelles, Presidente da Organização Internacional dos Técnicos – OITEC e Lino Gilberto da Silva, membro do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

Estiveram também prestigiando o evento, os Presidentes Estatais dos Sindicatos dos Técnicos Industriais de Nível Médio, entre eles destaco o nome do Dr. Kepler Daniel, Presidente do Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Espírito Santo – SINTEC/ES, que vem desenvolvendo apreciável programa de trabalho em favor do técnico em nosso Estado.

Ao fazer alusão à data de implantação do Ensino Técnico Industrial no Brasil, no longínquo ano de 1909, com a fundação do Liceu de Artes e Ofícios,

ressaltei que a Categoria rendia mais do que um simples tributo àquele marco histórico para a vida industrial brasileira.

Renovava o compromisso de propiciar aos técnicos brasileiros, os melhores instrumentos para o desenvolvimento profissional da Classe como um todo.

Lembrava na oportunidade que, no conjunto de eventos que marcam a data, encontrava-se o debate sempre oportuno e urgente das grandes questões que envolvem a formação do profissional de nível técnico em face dos avanços tecnológicos.

Realmente, as novas bases tecnológicas tem provocado significativas alterações no processo produtivo e os novos processos de organização do trabalho e da produção, introduzem características cada vez mais desafiantes no mundo do trabalho em geral.

A abertura de mercados potenciais e o consequente acesso à inversão em novas tecnologias são situações propícias para um maior crescimento econômico e apresenta o desafio de uma competência maior.

O aproveitamento das oportunidades e a resposta adequada a estes desafios serão possíveis se pudermos contar com recursos humanos apropriados.

É preciso, portanto, realizar os esforços necessários para garantir uma educação vinculada à cultura do trabalho, atenta aos avanços tecnológicos e às novas expectativas das empresas que enfrentam os mercados globalizados e extremamente competitivos.

O pior dos emergentes

O CRESCIMENTO ECONÔMICO, no governo Lula, é pior do que aquele verificado no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. No quadriênio 1999-2002, o Brasil ocupou a 20ª colocação entre os países emergentes. No quadriênio 2003-2006, caiu cinco posições, ocupando, agora, a 25ª posição – ou seja, à última posição.

A Argentina – que naquele quadriênio ocupava, em desenvolvimento, a 25ª posição, subiu para a 2ª posição, com um crescimento médio de 8,57%, enquanto o Brasil apresentou medíocres 2,79%. A China, que ocupava a primeira posição no quadriênio anterior (8,22%), continua em primeiro lugar, com fantásticos 9,87%.

Os juros reais pagos no Brasil, no período, foram de 14,25%, só sendo ultrapassados pelos juros pagos na Turquia (19,35%).

Em matéria de carga tributária, por outro lado, a média dos países emergentes ficou em 20% e a do Brasil em 40%, considerando tributos e multas, visto que a obrigação tributária, segundo o artigo

É preciso que se construa no Brasil uma autêntica educação tecnológica, afinada com os modernos padrões de produção e com os conhecimentos científicos, tecnológicos e sociais mais avançados. Esta é a missão maior que devemos todos perseguir.

É importante salientar que a categoria dos Técnicos Industriais em nosso País, hoje, estima-se em Torno de 800 mil profissionais liberais atuando no mercado de trabalho, como empregados autônomos e micro e pequenos empresários.

Por tudo o que representam para o Técnico brasileiro, por deterem as grandes esperanças do Brasil nesse campo, parabenizo uma vez mais a Federação Nacional dos Técnicos Industriais, as Associações profissionais de Técnicos Industriais, os sindicatos e demais entidades representativas da Categoria.

Felicitações a todos os profissionais de nível técnico, agentes do desenvolvimento sustentável do País.

Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, solicito também a inclusão nos Anais do Senado Federal à transcrição da matéria em anexo, intitulada "O pior dos emergentes", escrita pelo Professor Ives Gandra Martins.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCOS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

113 do Código Tributário Nacional, é constituída de "tributos e penalidades". Por outro lado, a mais emperrada, máquina administrativa, que dificulta qualquer empreendimento, é a brasileira, lembrando-se que, em média, uma empresa, para ser aberta no país, leva mais de 100 dias, enquanto na China a abertura é imediata.

Acrescente-se que os encargos sociais que incidem sobre a mão-de-obra custam às empresas "um empregado", em contribuições variadas, para cada contratado.

Por outro lado, a insegurança jurídica é outro elemento que afasta investimentos, tendo importantes veículos de comunicação europeus diagnosticado que a fuga de investidores decorre da incerteza quanto à estabilidade da legislação e à forma pela qual o Ministério Público ou a Justiça enfrentarão as constantes alterações legislativas.

O número de servidores públicos na era Lula cresceu de 632.879 para 659.647 (4,23%) e o orçamento proposto para 2007

prevê ainda, mais contratações. Não há previsão de corte de despesas, o que vale dizer: de novo o cidadão brasileiro deverá ser chamado a pagar mais tributos.

Muitos analistas admitem que empresas começaram a deixar o Brasil, em face destes elementos desincentivadores, transferindo-se para outras nações emergentes, onde haja menos barreiras.

A indústria automobilística, capacitada a produzir 3,5 milhões de veículos por ano, tem conseguido colocar no mercado interno pouco mais de 1,7 milhão. Alguns empreendimentos já estão pensando em desistir da permanência no Brasil ou em reduzir sua participação neste mercado.

De rigor, o grande trunfo do governo Lula, ou seja, os recordes da receita de exportação, tem refletido mais o aumento dos preços dos produtos exportados do que propriamente o aumento quantitativo das exportações, o que é terrivelmente preocupante.

E as projeções do crescimento

obtido pelas denominadas quatro grandes baleias da economia emergente (Brasil, China, Índia e Rússia) são decepcionantes para o Brasil. A China cresceu 9,5%, em 2006, e crescerá 9,0%, em 2007. A Índia, 7,3% em 2006 e projeta crescimento de 7,0% para 2007. A Rússia projeta 5,6%, depois de ter crescido 6,0% em 2006. A estimativa de mercado no Brasil era de 3,5%, para 2007, ou seja, o mesmo de 2006. A projeção, todavia, com o mau desempenho do último trimestre, caiu para 3,0%, em 2006, e dificilmente atingirá 3,5%, em 2007. Mesmo que consiga crescer 3,5%, entre os 18 países latinos, ocuparemos o decepcionante 14º lugar.

Na era Lula, que encontrou céu de brigadeiro na economia mundial, a nação colocou-se, pois, como o pior dos 25 principais países emergentes.

Creio que o presidente Lula deve debucar-se mais sobre a verdade dos fatos, pois, como dizia Roberto Campos: "a melhor forma de se evitar a fatalidade é conhecer os fatos".

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “PMDB alega crime eleitoral para tirar governador do PI da disputa”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 28 de agosto do corrente.

O artigo destaca que a compra de ambulância pelo Piauí promete mais dor de cabeça para o governador e candidato a reeleição no Estado, Wellington Dias, um dos poucos governadores petistas com chance de vitória. Ele foi alvo de denúncias que o envolviam com a máfia dos sanguessugas e, está passando por uma auditoria do TCU. Nos próximos dias pode receber do

Tribunal Regional Eleitoral um pedido de cassação do seu registro.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PMDB alega crime eleitoral para tirar governador do PI da disputa

Ação vai se basear em auditoria do TCU que aponta repasse irregular para Estado comprar ambulâncias

Sônia Filgueiras

BRASÍLIA

A compra de ambulâncias pelo Piauí promete mais dor de cabeça para o governador e candidato à reeleição no Estado, Wellington Dias, um dos três governadores petistas com chances de vitória em outubro. Primeiro, ele foi acusado de ter se envolvido com a máfia dos sanguessugas, que vendia ambulâncias superfaturadas a prefeituras. Nos próximos dias, ele será alvo de um pedido de cassação de registro no Tribunal Regional Eleitoral com base em auditoria parcial do Tribunal de Contas da União (TCU).

O relatório do TCU aponta possível crime eleitoral no repasse de R\$ 8,3 milhões, pelo Ministério da Saúde, destinados à aquisição das ambulâncias pelo Estado. A denúncia é assinada pela coligação de um adversário de Dias, o ex-governador e senador Mão Santa (PMDB).

Os técnicos do TCU afirmam que a transferência foi “illegal”, “se configurando grave irregularidade de natureza administrativa e eleitoral”. Conforme o documento, o Fundo Nacional da Saúde, órgão ligado ao ministério, repassou o dinheiro – destinado à compra de 143 ambulâncias – ao governo do Piauí em 10 de julho. Desrespeitou, portanto, a proibição de transferências voluntárias de verbas do governo para Estados e municípios a partir de três meses antes das eleições.

Outros documentos reforçariam o risco de uso eleitoral na compra. O TCU coleciona ofícios encaminhados por prefeituras à Secretaria de Saúde do Piauí com pedidos de ambulâncias. “Certificamoſ-lhes que vosso atenção no atendimento desse pedido se reverterá em gratidão de toda a população de Aroeazes e principalmente em apoio político no pleito que se avizinha”, diz um deles. O TCU já teria indicações de que pelo menos um desses ofícios foi despechado pelo próprio Dias.

RESPOSTA

O governo do Piauí, por intermédio de sua assessoria, informou que o repasse de R\$ 8,3 milhões foi empenhado – ou seja, reservado pelo Ministério da Saúde e dirigido para o governo estadual – no dia 30 de junho, respeitando os prazos previstos pela Lei Eleitoral. Além disso, o dinheiro não foi utilizado, o que afastaria qualquer hipótese de Dias ter se beneficiado com a operação.

Como é parcial, a auditoria ainda será concluída e votada pelo plenário do TCU. O tribunal decidiu investigar o caso depois que o empresário Luiz Antônio Vedoim, dono da Planam, empresa central do esquema, denunciou irregularidades na compra.

Vedoim afirmou que a licitação destinada à compra das ambulâncias seria dirigida de forma fraudulenta, com participação da Planam. Outro empresário afirmou que Dias sabia do direcionamento na compra. •

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “O definitivo divórcio petista”, publicado no **Jornal do Brasil**, em sua edição de 23 de agosto do corrente.

O editorial trata da tentativa de dissociar, no horário eleitoral gratuito, a figura do presidente-candidato Luiz Inácio Lula da Silva da legenda que ele criou, o Partido dos Trabalhadores. Segundo o editorial, essa tentativa configura uma evidente malandragem eleitoral “destinada a distanciar o presidente de reconhecidos protagonistas dos escândalos que esfacelaram o patrimônio ético e moral do PT”.

ELEIÇÕES

O definitivo divórcio petista

É INQUIETANTE A DIS-
SOCIAÇÃO entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT na disputa que poderá reconduzi-lo a mais quatro anos no Palácio do Planalto. No horário eleitoral gratuito, os marqueteiros do candidato à reeleição apagaram o vermelho, a estrela e o 13 do partido – símbolos históricos da legenda que Lula criou. Nos palanques, o comandante petista evita ser filmado ou fotografado ao lado de companheiros de longa data.

Tais gestos configuram não só uma evidente malandragem eleitoral, destinada a distanciar o presidente de reconhecidos protagonistas dos escândalos que esfacelaram o patrimônio ético e moral do PT. O divórcio entre partido e candidato inspira também interrogações relevantes sobre um eventual segundo mandato de Lula.

O presidente, convém ressaltar, iniciou oficialmente a disputa com o alívio de ter sobrevivido à base podre que ele gestou. Descolou-se de petistas mensaleiros e saiu eleitoralmente forte da mais longa crise política en-

frentada pelo país depois da redemocratização. Em caso de vitória, porém, o que o espera depois de outubro?

Iniciar um mandato com a marca das fissuras com o próprio partido não constitui a maneira mais conveniente de estabelecer uma base partidária forte no Congresso – essencial para a governabilidade. (A mesma preocupação, sublinhe-se, revela-se no lado adversário. Se vencer a disputa, as dissidências e intrigas internas exibidas até aqui pelo PSDB e PFL obrigarão Geraldo Alckmin a um enorme esforço de reconstrução de unidade-partidária).

É dispensável lembrar que os escândalos escancarados no combalido Legislativo brasileiro não derivaram apenas da safadeza congênita da qual padece a maioria dos parlamentares. Os casos de corrupção no Congresso resultaram, em grande parte, da fragilidade da base de apoio ao governo do presidente Lula.

ambos. Mas, superada a fase das urnas, as cobranças mútuas pavimentarão o caminho

A história recente mostrou que, diante da inconsistência da maioria dos partidos que o apoavam, o Palácio do Planalto optou pela cooptação por meio de cargos, votos e dinheiro. No jogo de barganhas lícitas e ilícitas, o Brasil assistiu a um inegável fisiologismo, do qual as águas jorradas do valeirouto se transformaram no exemplo mais evidente.

O temor é que, mantidas em 2007, essas debilidades conduzam governo e Congresso à repetição da odiosa oferta de propina em troca da aprovação de projetos de interesse do Planalto.

Lula classificou de “bobagem” o debate sobre a ausência do símbolo petista em seu programa. O presidente do PT, Ricardo Berzoini, ressaltou que o partido não precisa de gestos de “afirmação adolescente” e, investido de ânimo vingativo, prometeu

Lula considera “bobagem” o debate sobre a ausência do símbolo petista em seu programa

dedicar a vitória aos “companheiros atacados”. Essas bravatas contrastam, no entanto, com a omissão do presidente Lula, que escondeu João Paulo Cunha atrás do palco, em Osasco.

Se não interessa ao PT que seu principal líder apareça ao lado de aliados, como o partido reservou legenda para mensaleiros e congêneres? – questionou acertadamente a coju-nista Ana Maria Tahan, na edição de ontem do JB. Se Berzoini assegura inocência dos acusados, por que participa da manobra para escondê-los no fundo do palanque de Lula?

Tais perguntas provavelmente ficarão sem resposta até outubro. “O PT é o Lula. E o Lula não é o PT”, definiu o ex-presidente Fernando Henrique. Para a conveniência eleitoral, esse casamento livre pode até garantir dividendos a

O editorial ressalta, ainda, que o divórcio entre partido e candidato “inspira também interrogações relevantes sobre um eventual segundo mandato de Lula”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o editorial acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, volto à tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Presidente do TSE critica Lula pela antecipação do 13º”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 24 de agosto do corrente.

A matéria mostra que o presidente do TSE criticou a decisão do presidente Lula de antecipar para setembro o pagamento da metade do 13º salário dos aposentados e pensionistas do INSS. O ministro Marco Aurélio de Mello considerou a medida eleitoreira.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Presidente do TSE critica Lula pela antecipação do 13º

SILVANA DE FREITAS
DASUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Marco Aurélio de Mello, criticou ontem a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de antecipar para setembro o pagamento de metade do 13º salário dos aposentados e pensionistas do INSS, dizendo que os governantes abrem “o saco de bondades” na época das eleições.

Em tom irônico, o ministro sugeriu que a medida é desnecessária diante do resultado das pesquisas de intenção de voto, que indicam a sua reeleição no primeiro turno, em 1º de outubro: “Pelas pesquisas feitas, o presidente está tão bem. Por que ele quer fazer isso?”

“O saco de bondades sempre acaba sendo aberto na época das eleições, e isso não é bom para a democracia”, disse Marco Aurélio, que fez a mesma afirmação ao criticar, em julho, a concessão de aumentos salariais a várias categorias de servidores. A antecipação resultou de acordo firmado em abril entre o governo, centrais sindicais e representantes dos inativos.

O presidente do TSE disse que será rigoroso no julgamento de processos de cassação da candidatura de deputados acusados de envolvimento em irregularidades como o esquema dos “sanguessugas”. “No que depender da cadeira do presidente [do TSE], não vai haver tergiversação com a lacuna da lei para um resultado que, sem ferir a Constituição, atenda aos anseios da sociedade.” Mas afirmou que o tribunal verificará a aplicação do princípio constitucional da não-culpabilidade, pelo qual a pessoa é considerada inocente enquanto não houver sentença definitiva contra ela.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Instituto Butantan (IB) planeja instalar uma base avançada de pesquisa científica em biodiversidade e bioprospecção às margens do Rio Tapajós. Tal empreitada prevê não somente uma perfeita integração à biodiversidade amazônica, como também uma inserção total da comunidade local no projeto. Sem dúvida, terá como resultado a tão aguardada interiorização da ciência em prol do desenvolvimento da região e do País.

Em síntese, para além da exploração de novas descobertas no reino da imunobiologia, o projeto consiste na formação de profissionais locais, promovendo a difusão de uma consciência politicamente ecológica, com enfoque no manejo sustentado e na preservação do meio ambiente. Nessa linha, haverá a montagem de um museu biológico, cujo acervo abrigará espécies nativas e raras da região.

Vale igualmente ressaltar que a proposta não apenas incentiva uma intensa participação da população nas ações, como também contempla apoio mais incisivo às iniciativas públicas na área de saúde. Disso resultará, por certo, a garantia de melhor qualidade nas políticas de saúde pública destinada às comunidades carentes da região.

Sr. Presidente, o Município paraense de Belterra foi eleito hóspede oficial da Base, que será, mais precisamente, erguida à margem direita do Rio Tapajós. Trata-se de uma área junto à Floresta Nacional, de cerca de 64 hectares de mata primária pertencentes à União. O projeto conta ainda com o apoio dos Governos Estaduais de São Paulo e do Pará, cujos titulares assinaram convênio no início de 2006.

A Base, propriamente dita, ocupará uma área construída de um pouco mais de 5 mil metros quadrados. Outros 25 mil metros quadrados serão destinados a um programa de urbanização. Para construí-la e operá-la, um pré-requisito indispensável será a utilização de tecnologias e soluções ambientalmente corretas e não poluentes.

Da perspectiva do financiamento, a instalação da Base Avançada promete números modestos e, portanto, bem próximos de sua real viabilização. De fato, o custo total previsto para implantação do projeto está orçado em 9 milhões de reais, com prazo de dois

anos para execução. O cálculo para a manutenção anual está estimado em cerca de R\$3 milhões.

Na verdade, estudos e pesquisas em biodiversidade e bioprospecção na Amazônia já vêm sendo desenvolvidos pelo IB há algum tempo, em regime de parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), com o Hospital das Clínicas em São Paulo, com a Universidade Federal do Pará, com o Museu Goeldi e, ainda, com o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Segundo Otávio Mercadante, diretor do IB, pelo fato de abrigar uma diversidade ecológica vastíssima, a Amazônia esconde uma riqueza de novos produtos imunobiológicos, sob estímulo dos quais o Butantan expressa forte interesse em sua exploração científica. Dotado de reconhecida competência nesse campo investigativo, o instituto investe, agora, na ampliação de pesquisas ambientalmente certificadas na região, cuja biodiversidade é considerada a mais rica e a menos explorada do planeta.

Para Mercadante, o caráter primordial da Base Avançada do Butantan na Amazônia consiste em estabelecer uma instituição que valorize, antes de tudo, a cultura, a produção e a operação amazônicas. Por isso mesmo, a base deverá desempenhar o papel de agente de fomento e de integração regionais, formando e utilizando recursos humanos locais.

No plano mais específico do enfoque prioritário da pesquisa, cabe acrescentar que a área de animais peçonhentos, seus venenos e envenenamentos, ocupará lugar privilegiado. Para tanto, as premissas subjacentes remetem-se ao estudo da biodiversidade, à bioprospecção de componentes de interesse biotecnológico e, igualmente, à compreensão dos mecanismos envolvidos nos envenenamentos, com objetivos de conquistar avanços terapêuticos.

O modelo a ser adotado para a implantação da base compreende duas fases bem definidas. Na primeira, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público “Ama Brasil” se encarregará do desenvolvimento dos projetos técnicos e de suas aprovações, além da licitação e do gerenciamento da execução das obras civis. Para tal fim, buscará captar recursos e financiamento junto às organizações nacionais e internacionais interessadas no projeto.

Em seqüência, para viabilizar a instalação da base, competirá ao IB apoiar ações mediante gestão intensa junto aos órgãos públicos. Mais que isso, caber-lhe-á oferecer garantias aos agentes envolvidos, no sentido de que a base será utilizada para dar sustentação preferencial a seus projetos de pesquisa na região. Isso se justifica na medida em que funcionará como lastro de remuneração, aos olhos dos patrocinadores, pela implantação e operacionalização do projeto.

Por fim, convém realçar a escolha de Belterra como sede da Base do Butantan na Amazônia, destacando as riquíssimas características ecológicas em que está circunscrita tal cidade. Totalmente imersa na natureza mais abundante e diversificada da região, Belterra facilitará, indiscutivelmente, os trabalhos de bioprospecção no curto prazo, propiciando a criação paralela, no longo prazo, de melhores ambientes locais de educação e cultura.

Para concluir, Sr. Presidente, cumpre-nos reiterar o elogio à iniciativa científica do Instituto Butantan, instalando uma inédita Base Avançada de Pesquisa Científica em Biodiversidade e Bioprospecção às margens do Rio Tapajós. Mais do que nunca, a Amazônia tem merecido, hoje, um olhar exploratório menos romântico e mais produtivo do ponto de vista da economia ecologicamente sustentável.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para registrar o artigo “A urna eletrônica saiu de dentro dele”, do Professor José Anis Leão, publicado no jornal mineiro **Hoje em Dia**, de 26-9-2006. O título, registra o autor, é do humorista Jô Soares. O texto faz uma análise dos dez anos de existência da urna eletrônica usada nas nossas eleições democráticas, garantindo progressivamente, desde o seu início, a legitimidade do voto do eleitor brasileiro.

É particular a menção que o Professor Anis Leão, catedrático de muitos lustros, faz ao Dr. Roberto Siqueira, que recebe merecidamente a Medalha

Desembargador Vaz de Mello do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, pela sua colaboração na conceituação, construção e aperfeiçoamento da urna eletrônica. Mais que isso, o Dr. Roberto Siqueira, que só agora sai do anonimato, é um dos construtores de uma grande obra democrática que é todo o atual processo eleitoral brasileiro, do registro do eleitor à publicação do resultado final a cada certame.

Em certo trecho, digno de registro especial, o autor diz “...formávamos uma equipe que, sob juramento, não podia deixar a peteca cair nem em pensamento ...”.

E em seguida afirma: “Roberto enquadrou-se espontâneo e natural ao juramento tácito, foi ser chefe do cartório na capital, era múltiplo em vitalidade e sentido prático do trabalho; raciocínio veloz, imaginação de geômetra sesquipedal, a gente sentia que era um desertor da engenharia para o direito, no qual ia logo ao ponto, com interpretação finalística que deixava o auditório desconcertado pela certitude da reflexão. Amado e adorado pelos seus funcionários, sempre fino de trato, mantendo a calma quando fumegavam discórdias pífias, tinha um jeito seu de em curtas expressões comunicar um caminhão de coisas: ora, ocê não fica assim não; estou vendo a hora que ...; ora menina, manda quem pode obedece quem tem juízo”.

E registra também, como não podia deixar de ser, o aplauso ao Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, pela iniciativa, perseguição do proposto e de ter alcançado objetivo: “a legitimidade e pureza da apuração do sufrágio popular, propósito justo, belíssimo e sagrado.”

Sr. Presidente, fazendo minhas as palavras do ilustre Professor Anis Leão, requeiro a V. Ex^a o registro do artigo nos anais desta casa legislativa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A URNA ELETRÔNICA SAIU DE DENTRO DELE

ANIS JOSÉ LEÃO*

Escrevo esta matéria na véspera de o Dr. Roberto Siqueira ser medalhado pelo TRE/MG, pela maravilhosa colaboração que deu ao progresso e aperfeiçoamento da Justiça especial neste Estado. O título, tomei-o de empréstimo ao humor de Jô Soares.

Sigo muito a palavra de Pio XI - é preciso elogiar os bons para que o perfume do mal não prevaleça; e a atividade e o suor que Roberto pôs por obra em bem da urna eletrônica, são dedicação não só ao progresso, que pode ser grande tonteria, mas à legitimidade e pureza da apuração do sufrágio popular, propósito justo, bellissimo e sagrado.

Quando ele entrou para o quadro de servidores da Casa, era uma fase em que uns tantos de nós formávamos uma equipe que, sob juramento, não podia deixar a peteca cair nem em pensamento; era espécie de devolução, ao presidente da época e ao Tribunal, em desempenho exemplaríssimo das atividades funcionais, da confiança que puseram em nós.

Roberto enquadrou-se espontâneo e natural ao juramento idílico, foi ser chefe de cartório na capital, era múltiplo em vitalidade e sentido prático do trabalho; raciocínio veloz, imaginação de geômetra sesquipedal, a gente sentia que era um desertor de engenharia para o Direito, no qual ia logo ao ponto, com interpretação finalística que deixava o auditório desconsertado pela certitude da reflexão. Amado e adorado por todos seus funcionários, sempre fino de trato, mantendo a calma quando fumegavam discordias plissas, tinha um jeito seu de, em curtas expressões, comunicar um caminhão de coisas: oce não fica assim, não; estou vendo a hora que...; ora, mentina, manda quem pode, e obedece quem tem juízo. Por ser que esta resenha falante do distinto cavalheiro não resenha, para o leitor, "la couleur locale", o calor do ambiente, o cabimento da calibragem usada.

Com pouco, sem desleixar o trivial do serviço, ah o Roberto brilhantando em cima de modelo de urna, mexe daqui, mexe dali, vai a Santa Catarina, Rio Grande do Sul, de ceca em Meca; fuçava a loja de experimentos da Prodenge, discute grosso com os técnicos da IBM, e, calçado pelo apoio extra do juiz Carlos Velloso, conseguiu pôr máquina a rodar da Justiça Eleitoral. É claro que, no princípio, a ela serviu somente como somadora de votos, era uma totalizadora soridente porque afastada da rotina de imprimir títulos e bijuterias de alistamento e transferência eleitorais. Mas o caldo foi engrossando, vieram experiências em eleições menos apertadas, fizeram cédulas de papel para cobrir falhas prováveis da maquininha; o Dr. Roberto já era diretor-geral em Brasília, no Tribunal Superior Eleitoral, e contava com o apoio do ministro Velloso e da Corte Superior. Mais uns passos de experimento, e a bichinha recebendo no bucho o clicar ou teclar dos números (algarismos) para contagem ultra-sônica de votos; a formação de cadeia ou rede, a totalização instantânea dos sufrágios; essa conquista que está aprovada, é exportada para gregos e troyanos, e fez os EUA babarem de inveja, porque produto de macaqueiro e não opôs de contagem de votos à californiana...

Val nestas linhas aplauso para Siqueira, mas porém também para a Casa a que servimos a vida toda; pela excelência do ato, pela significação hierática do nome da medalha (Des. Vaz de Mello); por contrariar o costume nacional de sentar o pé no traseiro de quem está no merecido bico.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Batista Motta. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 37 minutos.)

(OS Nº 15250/06)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 23 DE AGOSTO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PÚBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Pretendo dar continuidade ao debate iniciado pela Senadora Ideli Salvatti, mas, antes, quero fazer um registro, Sr. Presidente.

Ontem, falamos sobre o desencanto, sobre a indignação que, como tempestade, varre o País diante dos escândalos de corrupção.

Hoje, a repercussão da indignação por meio de uma iniciativa da Srª Ana Elizabeth Prudente*, empresária de São Paulo, que encaminha ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, um requerimento apresentando denúncia por crime de responsabilidade do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e propondo a instauração de procedimentos para o necessário processo de *impeachment* do Presidente da República.

Outras iniciativas dessa natureza foram adotadas durante o período de investigação, realizado por várias CPIs no Congresso Nacional, mas todas elas se frustraram, já que o Presidente da Câmara, o Deputado Aldo Rebelo, desconsiderou-as e arquivou-as, como se motivos não existissem para a instauração dos procedimentos.

Mais uma tentativa se faz agora, tendo como objeto-origem livro recentemente publicado de autoria do ex-Assessor de Imprensa do Presidente da República, o jornalista Ricardo Kotscho. A empresária Ana Elizabeth Prudente alega que os fatos narrados pelo jornalista, que conviveu com o Presidente da República durante algum tempo, são suficientes para a retomada desse procedimento e propõe que seja denunciado por crime de responsabilidade o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Estamos apenas registrando o fato da tribuna do Senado Federal, aplaudindo a iniciativa da Srª Ana Elizabeth e solicitando à Mesa que registre nos Anais da Casa o documento encaminhado à Mesa da Câmara dos Deputados. Na pior das hipóteses, servirá para que estudiosos, no futuro, possam investigar a história do Brasil neste período de tanta indignação da população brasileira.

Certamente, esses estudiosos, ao compulsarem os **Anais do Congresso Nacional**, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, encontrarão os documentos que justificam essa indignação latente que campeia por todos os lares da família brasileira, levando o povo do País ao desencanto, afastando-o desse processo eleitoral, já que a indiferença e o desinteresse da população é marcante nas eleições deste ano.

Enfim, Sr. Presidente, reitero o pedido para que conste dos Anais da Casa o documento encaminhado à Mesa da Câmara dos Deputados.

E relativamente ao mar de rosas que vive o País, quero trazer mais alguns espinhos.

As estimativas divulgadas ontem pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo – CEPEA mostram que o PIB do setor deve recuar 1,91% em 2006, e o faturamento bruto da agropecuária cairá 4,21%. As projeções, baseadas no desempenho registrado até maio, indicam que o PIB da indústria de insumos, por exemplo, deve ter baixa de 2,68% neste ano.

É o segundo mau resultado consecutivo do PIB do agronegócio, que já registrou retração de 4,66% em 2005.

Confirmado o resultado, seria o pior desempenho desde o início do Plano Real em 1994. Em 2003 a participação do PIB do agronegócio no PIB nacional era de 30,51%, mas este ano deverá cair para 26,44%. Conforme destacam os especialistas, isso é resultado direto de uma valorização cambial de 8,4% só neste ano. “O câmbio continua a ser um problema sério”.

Como destaca o Superintendente Técnico da CNA, Ricardo Cotta, a indústria já sente os efeitos da queda das cotações internas e da redução na produção de culturas como algodão, arroz e trigo. A CNA estima que o desempenho desfavorável deste ano causará um impacto negativo de 0,4% no cálculo do PIB global do País. O PIB do agronegócio deve somar R\$527,3 bilhões este ano, uma perda de 10,25 bilhões em relação ao ano de 2005.

Em todos os segmentos do agronegócio haverá queda de movimentação.

Entretanto, a crise do setor tem ajudado o Governo a controlar a inflação e a ampliar a oferta de alimento barato nas cidades segundo a CNA.

Um estudo da entidade revela que a inflação geral medida pelo IPCA do IBGE chegou a 4,03% nos últimos doze meses até junho. No mesmo período, porém, o IPCA de alimentação registrou deflação de 2,77%. “Ou seja, sem a ajuda dos baixos preços agrícolas, a inflação oficial chegaria a 4,59% nos últimos doze meses, um impacto significativo”.

Sr. Presidente, para concluir, o alerta: vamos viver novos momentos a partir de janeiro do ano que vem. A agricultura brasileira nunca esteve tão abandonada, tão desprotegida, tão relegada a um plano secundário como no atual Governo. Como se fosse possível ignorar a participação efetiva do agronegócio no PIB nacional, até então, 30,51%!

O que nos ameaça, Sr. Presidente, é que esse abandono pode significar, no futuro, a falta de alimentos na mesa dos brasileiros. Se hoje há a possibilidade de se praticar preços reduzidos – os alimentos estão sendo realmente vendidos a preços inferiores; há gente votando no Presidente Lula porque a comida está barata –, se isso é uma verdade, e é verdade, nós temos que temer pelo futuro.

Se continuar esse abandono, se o Governo brasileiro continuar incompetente como até agora em relação à agricultura, certamente consequências advirão desse desencanto do agricultor brasileiro com o Governo.

A frustração é enorme. Todas as vezes que o Governo promete e não cumpre, semeia a decepção no campo. Nunca assistimos a tanto desalento como estamos assistindo agora. Os agricultores do Brasil, os agropecuaristas brasileiros, estão desestimulados, muitos abandonando a agricultura. No meu Estado, neste momento, quinze mil pequenas propriedades rurais estão sendo entregues aos bancos credores, já que os seus proprietários estão impossibilitados de saldar as suas dívidas com o sistema financeiro.

Sr. Presidente, se não houver uma atitude imediata, se não acontecer, no início do próximo Governo, a definição de uma política agrícola que ofereça segurança e perspectiva ao produtor brasileiro, nós sofreremos as consequências no futuro.

Não teremos mais alimentos baratos como hoje. Teremos, quem sabe, de importar determinados produtos para atender as necessidades da segurança alimentar em nosso País.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu não havia percebido que V. Ex^a solicitava aparte. Se o Presidente permitir, porém, ouvirei V. Ex^a com prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a e ao Presidente, como sempre um homem generoso e bom. Senador Alvaro Dias, congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que acaba de fazer. Quero registrar o meu estarrecimento diante do que se está vendo no Brasil hoje. O PT defende, faz apologia até, do lucro das grandes empresas, quase todas multinacionais. E o faz num momento em que a Volkswagen, por exemplo, ameaça demitir em massa no Estado de São Paulo. Não vejo o partido, vulgo Partido dos Trabalhadores, procurar intermediar uma solução para esse caso. No entanto, o mais estarrecedor é que se vê nesta Casa um discurso dessa natureza no mesmo dia em que **O Estadão**, um dos jornais mais importantes do Brasil, trata exatamente da questão do agronegócio, da queda que o agronegócio está provocando na economia brasileira. O PT manda sua Líder para cá fazer apologia aos feitos do Governo, mas não tem a sensibilidade de ver que S. Ex^a é de um Estado altamente penalizado pela crise que estamos vivendo. É querer debochar, é querer tripudiar do povo brasileiro! Traçar comparativos de quem ganhou mais, de quem lucrou mais na comparação entre o Governo atual e o Governo passado, só absolve Fernando Henrique: mostra que o Governo passado foi mais rigoroso na questão dos lucros, porque, se não aumentou a produção, não aumentou o consumo que compense evidentemente, é um aumento de consumo, mas nada que justifique esse lucro astronômico. Está parecendo brincadeira de criança, para ver quem toma mais castanha do outro. Não é isso. É preciso levar essa questão a sério, Senador Sibá. V. Ex^a, que é um estudioso, um economista que está fazendo com que este Plenário esqueça o Mercadante, tem trazido temas sérios a esta Casa e não deve permitir essa distorção, esse verdadeiro deboche que o Presidente está fazendo com o povo brasileiro. A agropecuária passa por momentos gravíssimos. V. Ex^a é de um Estado vitimado por isso e vamos aqui ouvir apologias de quem ganhou mais, se neste Governo ou no Governo passado? Isso é uma brincadeira. Congratulo-me com V. Ex^a. Tenho certeza de que o empresariado e o povo de Santa Catarina não concordam com essas afirmativas aqui feitas.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a completa bem o nosso discurso. Eu agradeço.

Senador Sibá Machado, se V. Ex^a me permite, até pelo contraditório, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a por conceder-me um aparte. Ouvindo atentamente às preocupações, lembro-me de que, em uma das negociações que fizemos durante o movimento dos camponeses do Brasil, chamado “Grito da Terra Brasil”, conseguimos uma negociação com o Governo Fernando Henrique de que não me esqueço até hoje, ou seja, tirar da condição do crédito, como garantia do crédito, a alienação do bem imóvel, que é a terra, principalmente os beneficiários da reforma agrária e, em seguida, de todos os créditos concedidos pelo Pronaf. Então, foi institucionalizado o Pronaf naquela época. Quando foi negociado dentro dos Fundos constitucionais, foi a mesma coisa. Não poderíamos mais oferecer ao Banco como garantia de crédito a terra. Acho que V. Ex^a traz um problema em relação ao qual não podemos permitir que agência financeira nenhuma possa confiscar terra de pequeno produtor a troco de pagamento de quitação de dívida de empréstimo. Não podemos permitir. Houve uma negociação em 1995 ou 1996, se não me engano, durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quanto à questão da garantia de preço, que é a preocupação trazida pelo Senador Heráclito Fortes, nós vivemos numa economia de mercado e temos uma responsabilidade com esse cenário do sistema econômico que está instalado no Brasil há muito tempo. Então, temos uma agricultura e um agronegócio numa relação de *commodities* e o preço é determinado – e muito – pela conjuntura econômica mundial. Como a China deixou de comprar, a Rússia deixou de comprar, não sei quem deixou de comprar, criou-se um embaraço na relação de preços. Aqui no Senado, foi feita uma discussão – é claro que com pontos de vistas muito diferentes e muito bem acentuados – sobre rolagem de dívidas, sobre renegociação para todo o setor de agricultura, seja de grande, de médio ou de pequeno agricultores e a parte do Governo está cumprida. Agora, por decreto, o Presidente não pode assumir a estabilização de preços. Não tem jeito. Portanto, vivemos uma oscilação de preços fomentada pela conjuntura econômica. Mas é claro que o Brasil caminha para a superação dessas coisas todas e, pela tecnologia utilizada pelo campo hoje, somos competitivos. Por quê? Porque não precisamos de vultosos subsídios nos investimentos do setor agrícola. Portanto, é por isso que ganhamos dos Estados Unidos e da União Européia em duas grandes batalhas da OMC.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Sibá Machado, a informação que trago à tribuna de que 15 mil propriedades rurais estariam sendo entregues aos bancos no Paraná foi divulgada pela Federação da Agricultura do Estado. A pequena propriedade rural

é um bem de família e deveria ser inalienável. A lei, a Constituição, deveria garantir...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, permita-me, o que estou lembrando é que, na negociação do Grito da Terra Brasil em 1995, 1996...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu entendi.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...nós abrimos esse precedente de que o banco não poderia colocar a terra como garantia de crédito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – V. Ex^a tem razão, mas isso está acontecendo.

Lembro-me, inclusive, quando assumi o Governo do Paraná, logo de início, havia uma crise em que pequenos agricultores – 1200 deles – estavam vendendo as suas propriedades rurais leiloadas em praça pública. Imediatamente, adotamos a providência de transferir ao Banco do Estado do Paraná os débitos em bancos privados. E programamos, reescalonamos essas dívidas e permitimos àqueles proprietários rurais que continuassem proprietários e não se transformassem em trabalhadores sem terra. Salvaram as suas propriedades e pagaram o Banco do Estado do Paraná. Portanto, o Estado fez um investimento e obteve o retorno. Garantiu a manutenção das pequenas propriedades na posse dos seus legítimos proprietários, e o Estado não sofreu prejuízos; ao contrário, lucrou ao impedir que 1200 famílias fossem jogadas à beira das estradas, debaixo das lonas pretas como famílias de trabalhadores sem terra.

Creio que o Governo Federal deveria, neste momento, em que pese o fato de estarmos em um período eleitoral, adotar providências de emergência para impedir que pequenos proprietários rurais transformem-se em trabalhadores sem terra, engordando os bolsões de miséria na periferia, sobretudo das grandes cidades.

Em relação a preços, concluindo, Sr. Presidente, o que mais nos assusta é o fato de o Governo não garantir o preço mínimo que estabelece para os produtos agrícolas. Quando no mercado não se alcança o preço mínimo estabelecido, o correto seria o Governo comprar, garantir, já que o preço mínimo é a garantia para que o produtor plante. Isso não está acontecendo no Brasil. Antes, era assim, os Governos garantiam ao produtor rural o preço mínimo instituído, mas agora não. No atual Governo não se garante nem mesmo o preço mínimo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade do tempo.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo

ANA ELIZABETH NOLL PRUDENTE, brasileira nata, separada judicialmente, empresária, portadora da cédula de identidade RG n.º 4.003.776.558 SSP/RS e do título de eleitor n.º 957093801-08, seção 0087, inscrita no CPF/MF sob n.º 228.987.190-72, domiciliada na Rua Vereador José Diniz, n.º 3.300 – Campo Belo – São Paulo/SP, CEP 04604-006, por seu advogado, constituído mediante instrumento de mandato em anexo, vem com o devido acato e respeito perante Vossa Excelência, fazendo uso dos atributos que lhe confere o artigo 14 da Lei 1.079/50, apresentar **DENÚNCIA POR CRIME DE RESPONSABILIDADE** em face do Exmo. Sr. Presidente da República, **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA** e do Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, **JOSÉ DE ALENCAR**, com fundamento no artigo 9º inciso 7 da Lei 1.079/50 e pelos motivos de fato e de direito, consoante razões em anexo, que submete ao crivo soberano e livre convencimento desta casa legislativa.

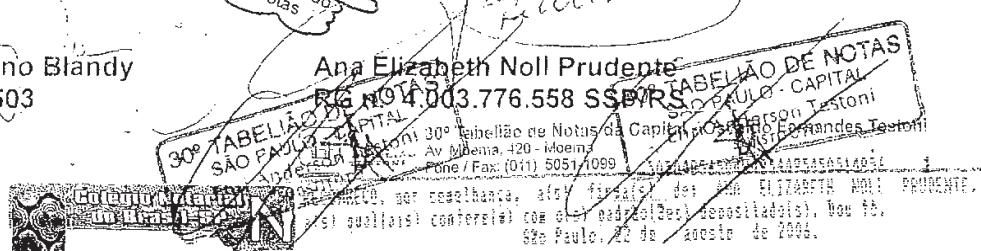
Em face disso, requer seja a presente denúncia recebida e processada regularmente, procedendo-se sua leitura na sessão imediatamente posterior ao seu recebimento, bem como a eleição de uma comissão processante composta dos membros desta casa, para analisar e dar andamento ao feito, que deverá culminar com a destituição dos denunciados de seus cargos, conforme prevê o artigo 2º da Lei 1.079/50.

Termos em que,

Pede deferimento.

De São Paulo para Brasília, 22 de agosto de 2006

Luciano Juliano Blandy
OAB/SP 182.503



Egrégia Casa Legislativa;

Ínclitos Parlamentares!

Esta casa não pode mais se ausentar aos fatos que saltam aos olhos e às provas que gritam a todos que tem “ouvidos de ouvir”, demonstrando de forma irrefutável que o Poder Executivo Federal encontra-se nas mãos do homem mais corrupto que a história de nossa República já presenciou.

A bazofia de que não existe “cenário político” para as providências que são pleiteadas na presente denúncia não pode ser considerada por Vossas Excelências, sob pena de – assim procedendo – estarem atribuindo ofensa imperdoável ao povo brasileiro.

O cenário político de que Vossas Excelências tanto necessitam está posto diante de vossos olhos há tempos, no momento em que um povo cordato, honesto e trabalhador está submetido à representação de um corrupto incorrigível e mentiroso contumaz que submete a nação brasileira ao maior estelionato político de nossa história. Afirmar que não há momento político para que se tomem providências no sentido de resguardar a pátria brasileira e garantir um futuro justo e democrático ao povo brasileiro é o mesmo que afirmar que somos todos tão corruptos e desonestos quanto nosso mandatário maior.

Catúnia! Enquanto representantes da classe média e do empresariado encontram-se de mãos atadas, assistindo à verdadeira operação de demolição institucional levada a efeito pelo Sr. Presidente e seus asseclas, as classes menos favorecidas são anestesiadas de tudo quanto se passa na nação com toda a sorte de esmolas oficiais que tem como única função manter um

verdadeiro curral eleitoral, criando ao mesmo tempo um cenário de aparente concordância do povo com a realidade política, por mais sórdida que seja ela.

Ao cidadão embrutecido pela fome não interessa se é Deus ou o diabo que lhe dá o pão – o que importa é ter seu apetite saciado.

Portanto, cabe aos senhores parlamentares neste momento, a escolha sobre qual papel almejam ocupar na História do Brasil: O de cidadãos patriotas, que deixaram de lado as mesquinharias particulares, partidárias e ideológicas em prol do bem comum, ou a de vendilhões, que entregam o destino da nação em uma bandeja de prata à uma organização criminosa que se apossou do Poder Federal.

Está nas mãos de Vossas Excelências o futuro do Brasil!

I. DOS FATOS:

Em meados de 2005, o ex-Deputado Roberto Jefferson trouxe à lume denúncias graves acerca da existência de um esquema de compra de votos de parlamentares, levada a efeito pela cúpula do Partido dos Trabalhadores, com o escopo de conseguir a aprovação de projetos do governo junto à Câmara e ao Senado.

À época, embora o ex-deputado tenha pougado o ora Denunciado, todos os indícios apontavam para ele como o maior beneficiário da ação deletéria, já que lhe garantia a aprovação de projetos de toda a sorte mediante a compra de consciências.

De acordo com as denúncias, o ora Denunciado tomou conhecimento da existência do "mensalão" somente quando alertado – por duas vezes – pelo ex Deputado Roberto Jéferson. Em pelo menos uma dessas

ocasiões, o alerta foi presenciado pelo atual presidente desta casa, o Deputado Aldo Rebelo.

Conforme as investigações foram se aprofundando, mais clara ficou a participação do ora Denunciado no esquema. Em 15 de junho de 2005, ao depor na comissão de ética desta casa, o ex-Deputado Jefferson vaticinou, ao mencionar o Ministro Chefe da Casa Civil – ex-deputado José Dirceu:

“Sai daí Dirceu. Sai daí ou fará Réu uma pessoa inocente”

A “pessoa inocente” a que se referia o depoente era o sr. Presidente da República. Coincidência ou não, no dia seguinte – 16 de junho de 2005 – o então Ministro apresenta sua renúncia e afasta-se do governo.

Com o agravamento das denúncias e sua aproximação do gabinete do Presidente da República, em 17 de julho de 2005, o Denunciado concede a uma jornalista absolutamente desconhecida, uma entrevista gravada na França, onde afirma:

- 1- **Não há mensalão e sim o uso de “fundos não contabilizados” no custeio das campanhas políticas de 2002, fato que – segundo ele – seria comum na política brasileira.**
- 2- **Não sabia de absolutamente nada desta prática e sentia-se traído pela cúpula do seu partido que tomou todas as iniciativas sem consultá-lo.**

Embora suspeita – dada anonimidade e amadorismo da repórter escolhida pelo Denunciado – a dita entrevista acabou surtindo o efeito desejado, qual seja, afastou da figura do Presidente da República a revolta e as sanções

cabíveis pelas práticas criminosas até então apuradas. Vingou – à despeito de todas as provas e indícios em sentido contrário - a tese de que o primeiro mandatário da nação teria sido enganado, quer por sua ingenuidade, quer por argúcia de seus assessores mais próximos.

No decorrer do ano de 2005, as denúncias se avolumaram e acabaram por promover a desintegração de praticamente toda a cúpula do Partido dos Trabalhadores, aí incluídos assessores e Ministros extremamente próximos ao Presidente da República. Quanto a este, manteve incólume sua imagem, sempre sustentando a versão de que era também uma vítima de toda a situação, eis que não sabia de nada e fora "traído".

No último mês de junho, o ex-Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República - Ricardo Kotscho, publicou uma auto-biografia sob o título de "Do Golpe ao Planalto – Uma vida de repórter" (São Paulo: Companhia das Letras, 2006). Urge ressaltar trata-se o referido livro de uma obra documental e não de um romance de ficção.

O autor da referida obra é reconhecido como um dos jornalistas mais respeitados do país tendo sido agraciado mais de uma vez com o Prêmio Esso de jornalismo. Sua carreira profissional conta com passagens por periódicos de galardão como O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, dentre outros.

O Sr. Ricardo Kotscho também desfruta da amizade do ora denunciado desde os movimentos sindicais do final da década de 70 e início de 80, tendo acompanhado toda a sua trajetória de líder sindical a supremo mandatário da nação.

Além de amigo íntimo do Denunciado, o sr. Kotscho ocupou o cargo de assessor de imprensa de três das quatro campanhas do mesmo à Presidência

da República – inclusive a última que o alçou à posição – e ocupou o cargo de Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República até o início de 2005, quando se afastou espontânea e repentinamente da função.

Ocorre que, nas páginas 222 e 223 da obra do mencionado jornalista, encontra-se o relato de uma reunião presenciada por ele em 2002, no último dia do prazo para a inscrição das chapas que concorreriam à eleição presidencial daquele ano.

Participaram do encontro – realizado no apartamento funcional do Deputado Paulo Rocha (PT-PA) – o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, ora denunciado, o sr. José de Alencar, atual vice-presidente da República, o ex-deputado José Dirceu e o Presidente do Partido Liberal, Sr. Valdemar Costa Neto.

Para que se evite o argumento de que os termos do Sr. Kotscho são interpretados de forma desvirtuada, solicitamos a vénia de transcrever, *in verbis*, o texto do livro por ele escrito:

"Desde o inicio, Lula viajou em jatinhos fretados e, em vez de se encontrar apenas com a militância e os setores do movimento social que já o apoiavam, mantinha constantes reuniões com entidades e setores do empresariado antes refratários ao PT. Por isso ele se empenhava tanto em consolidar a aliança com o PL, o que só foi conseguido no último momento do último dia do prazo para a inscrição das chapas. Numa tensa reunião no apartamento funcional do deputado Paulo Rocha (PT-PA), do qual participaram, além de Lula e Alencar, os presidentes do PT, José Dirceu, e do PL, Valdemar Costa Neto, bem como vários dirigentes dos dois

partidos, houve um momento em que parecia ter fracassado a tão sonhada aliança capital-trabalho. Dirceu chegou a dar as conversações por encerradas. Lula pediu uma ligação para o petista Patrus Ananias, mineiro como Alencar, que seria o vice do plano B – uma chapa “puro-sangue” que o candidato e a coordenação de campanha queriam evitar.

Dezenas de jornalistas aguardavam uma definição na portaria do edifício de Rocha. Por pouco não desci para dizer-lhes que não haveria mais a chapa PT-PL. Quando já ia pegar o elevador, fui chamado de volta. As negociações haviam recomeçado, agora no quarto do anfitrião. Embora sempre procurasse me manter à distância nessas horas, esperando por uma decisão para comunicá-la à imprensa, estava claro para todos que o impasse se dava na questão da ajuda financeira que o PL tinha pedido ao PT para fazer sua campanha. Somente três anos depois, quando estourou o “escândalo do mensalão”, eu ficaria sabendo que o valor solicitado era de 10 milhões de reais. No início da noite, os dirigentes dos dois partidos anunciaram que a aliança estava selada, como queriam Lula e Alencar.” (KOTSCHO, Ricardo in Do Golpe ao Planalto. Uma vida de repórter. São Paulo; Companhia das Letras, 2006. Páginas 222/223).

Para dirimir quaisquer dúvidas acerca da exatidão da transcrição acima, anexamos à presente, cópias reprográficas das páginas do livro em questão.

Vejamos então a informação que nos traz o autor que – repete-se – foi assessor de imprensa na campanha de 2002 do Denunciado, ocupou o cargo de Secretário de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, desfruta há mais de 20 anos de sua amizade íntima e **estava presente na reunião citada em seu livro**:

- O Denunciado, atual Presidente da República, reuniu-se com José Dirceu, Valdemar Costa Neto e José Alencar no apartamento do Deputado Paulo Rocha: **“...Numa tensa reunião no apartamento funcional do deputado Paulo Rocha (PT-PA), do qual participaram, além de Lula e Alencar, os presidentes do PT, José Dirceu, e do PL, Valdemar Costa Neto...”;**
- O objetivo da reunião era acertar a coligação PT-PL, com Lula candidato a Presidente e José Alencar à vice: **“...Por isso ele se empenhava tanto em consolidar a aliança com o PL, o que só foi conseguido no último momento do último dia do prazo para a inscrição das chapas...”;**
- Surgiu um impasse relacionado à ajuda financeira no valor de 10 milhões de reais que o PT teria que fornecer ao PL para este último fazer sua campanha: **“...estava claro para todos que o impasse se dava na questão da ajuda financeira que o PL tinha pedido ao PT para fazer sua campanha. Somente três anos depois, quando estourou o “escândalo do mensalão”, eu ficaria sabendo que o valor solicitado era de 10 milhões de reais...”;**
- Quando tudo parecia perdido, o Denunciado, o vice presidente José de Alencar, José Dirceu e Valdemar Costa Neto resolveram recomeçar as conversações – agora de forma reservada – no quarto do apartamento do Deputado Paulo Rocha: **“...Quando já ia pegar o elevador, fui chamado de volta. As negociações haviam recomeçado, agora no quarto do anfitrião...”;**

- Após a conversa reservada a aliança – que até ali se mostrara inviável por conta dos 10 milhões exigidos pelo PL ao PT – foi repentina e inesperadamente selada: *“...No início da noite, os dirigentes dos dois partidos anunciaram que a aliança estava selada...”*

Há que se frisar, senhores deputados, que as conclusões acima decorrem de uma interpretação literal do texto em tela. Não é necessária nenhuma distorção, alteração da ordem das frases e períodos ou mesmo substituição de palavras por sinônimos. É o que está escrito! Somente aos néscios e aos mal-intencionados é dado interpretar de forma diversa!

Restam as questões: O que se os Denunciados, em companhia do Srs. José Dirceu e Valdemar da Costa Neto discutiram de tão importante e sigiloso naquele quarto que alterou uma situação que parecia definida?

Se o PL simplesmente foi convencido a ‘abrir mão’ dos 10 milhões que exigia, porque não o fez na presença de todos e sim no sigilo e obscuridade de um quarto? O que o Sr. José Dirceu ou os denunciados lhe promeram em troca?

Diante dos fatos que vieram a tona na CPMI dos Correios e que culminaram com a denúncia, pelo Procurador Geral da República, **de todos os participantes daquela obscura reunião** - à exceção do Sr. Luis Inácio e do Sr. José de Alencar – pelos crimes de formação de quadrilha e pelo “*loteamento público dos cargos públicos em troca de apoio às propostas do Governo, prática que representa um dos principais fatores do desvio e má aplicação de recursos públicos com o objetivo de financiar campanhas milionárias nas eleições, além de proporcionar o enriquecimento ilícito de agentes públicos e políticos, empresários e lobistas que atuam nessa perniciosa engrenagem...*”(Denuncia ofertada pelo Procurador Geral da República nos autos do inquérito n.º 2245, perante o Ministro Joaquim Barbosa do STF), podemos, aí sim, utilizando-se um pouco da

capacidade de raciocínio, aventar para duas hipóteses acerca do que foi tratado naquela reunião:

1 – Versão do “Mensalão”: José Dirceu, ou o ora Denunciado informam ao sr. Valdemar Costa Neto que embora o PT não possua 10 milhões para ceder ao PL, já tem acertado com um publicitário mineiro, de nome **Marcos Valério Fernandes de Souza**, um esquema de distribuição de pagamentos mensais aos deputados da base aliada, mediante o repasse de valores que ele – Marcos Valério – conseguiria do Banco Rural mediante a formalização de empréstimos fraudulentos;

2 – Versão do “financiamento não contabilizado”: José Dirceu ou o ora Denunciado propõem ao Sr. Valdemar Costa Neto fornecer os 10 milhões ao PL, mas esse valor será entregue mediante o uso de expediente conhecido como “caixa dois”, operacionalizado pelo sr. **Marcos Valério Fernandes de Souza**.

Em ambas as hipóteses uma coisa restou cristalina. Excetuando-se a improvável hipótese de que o ora Denunciado, no momento das malfadadas negociações reservadas, tenha tido a bizarra idéia de se trancar no armário, estava ele presente e, portanto, **sempre teve total e absoluto conhecimento das práticas ilegais levadas a efeito por seus companheiros de partido e base aliada!**

Frise-se a Vossas Excelências que não está se argumentando na presente denuncia, que o Denunciado **propôs** o esquema ilegal eis que, apesar de possível – já que era ele o maior interessado e beneficiário da aliança – não se tem qualquer indício dessa possibilidade. O argumento levado à Vossas Excelências é de que o Sr. Luís Inácio Lula da Silva **sabia dos atos ilícitos que seriam praticados e com eles anuiu**. Somente isto é motivo necessário para considerá-lo ímparo para o cargo que ocupa, haja visto que, além de ter feito uso de expedientes criminosos para alçar-se à Presidência da República, **mentiu de**

forma clara e deslavada a todo o povo brasileiro quando afirmou que não sabia de nada; que fora traído.

Traídos fomos nós todos, brasileiros cumpridores de nossos deveres!

São esses os fatos que orientam a presente denúncia. Passemos à análise dos mesmos à luz da legislação pátria.

II. DO DIREITO:

II.i Preliminarmente:

Em sede de preliminares, invoca-se o impedimento do Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, nos termos do art. 134 do CPC, , inciso II, haja vista o mesmo integrar o rol de testemunhas que deverão ser ouvidas para a instrução do feito.

Como se observa na transcrição abaixo, o Sr. Presidente desta casa teve ciência dos fatos delituosos objetos da presente denúncia tendo, inclusive, alertado o Denunciado, como fazem prova suas declarações nos autos da CPMI dos "Correios", às fls. 767/768, *ipsis verbis*:

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quando V.Exa. ouviu falar em proposta de recebimento de dinheiro para apoiar o Governo pela primeira vez? Em que circunstâncias? Poderia dizer alguma coisa a respeito disso para nós do Conselho de Ética, Sr. Deputado?

O SR. DEPUTADO ALDO REBELO - A primeira vez. Deputado Júlio Delgado, eu não ouvi: a primeira vez, eu li. Foi uma matéria publicada no Jornal do Brasil, se

não me engano, no mês de setembro. E, em seguida, já no mês de março, ouvi — embora a reunião já estivesse no fim, já houvesse um clima de dispersão — o Deputado Roberto Jefferson fazer referência a essa questão em uma reunião com o Presidente Lula, já no mês de março.

(...)

O SR. DEPUTADO ALDO REBELO — Foi em uma reunião. Participaram eu, o líder Múcio, o ministro Mares Guia, o líder Chinaglia, Roberto Jefferson e o Presidente Lula. No final da reunião, o deputado Roberto levantou a questão do hipotético pagamento a parlamentares. O presidente Lula ouviu e pediu a mim e ao líder Chinaglia que investigássemos a denúncia”(Grifo nosso).

Incumbe a advertência de que, caso Vossa Excelênciia prescinda de declarar-se impedido no presente caso, ad cautelam argúi-se, preventivamente e desde já, o incidente de DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL, nos termos do § 1º do art.102 da Constituição Federal e da Lei 9.882/1999, cientificando Vossa Excelênciia de que, tão logo opere-se a notificação de seu despacho ao signatário da presente, será providenciada a competente representação ao Procurador-Geral da República solicitando a instauração do procedimento cabível, nos termos que passa a explicitar:

Já se tornou um desagradável costume — talvez norteado por interesses particulares e/ou partidários-ideológicos, que tanto o Presidente da Câmara, como o Presidente do Senado, agindo ao total arrepião da lei 1079/1950, despachem e indeferam processos de Impeachment movidos contra o Sr. Presidente da República.

A denunciante tem acompanhado com grande interesse, os lamentáveis resultados das inúmeras providências análogas à presente, que foram tomadas por brasileiros de norte a sul do país, igualmente escandalizados com todas as denúncias que pululam quase que diariamente na imprensa. Contudo, em absoluta contrariedade ao que reza o art. 19 da Lei 1079/1950 – e a despeito dos fortes indícios de irregularidades graves envolvendo a figura do Sr. Presidente da República, esta casa viu por bem arquivar de plano todas as medidas até então propostas no mesmo sentido, muito embora o citado diploma seja cristalino em sua determinação:

Art. 19. Recebida a denúncia será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.

O artigo 20, do citado diploma legal, acrescenta mais, dizendo:

Art. 20. A comissão a que alude o artigo anterior se reunirá dentro de 48 horas e, depois de eleger seu presidente e relator, emitirá parecer, dentro do prazo de dez dias, sobre se a denúncia deve ser ou não julgada objeto de deliberação. Dentro desse período poderá a comissão proceder às diligências que julgar necessárias ao esclarecimento da denúncia.

§ 1º - O parecer da comissão especial será lido no expediente da sessão da Câmara dos Deputados e publicado integralmente no Diário do Congresso Nacional e em avulsos juntamente com a denúncia, devendo as publicações ser distribuídas a todos os deputados.

§ 2º - Quarenta e oito horas após a publicação oficial do parecer da comissão especial será o mesmo incluído, em primeiro lugar, na ordem do dia da Câmara dos Deputados, para uma discussão única.

Os artigos 21 e 22 da lei já citada, reforçam esta posição, no seguinte, *verbum ad verbum*:

Art. 21 – Cinco representantes de cada partido poderão falar, durante uma hora, sobre o parecer, ressalvado ao relator da comissão especial o direito de responder a cada um.

Art. 22 – Encerrada a discussão do parecer e submetido o mesmo a votação nominal, será a denúncia, com os documentos que a instruam, arquivada, se não for considerada objeto de deliberação. No caso contrário, será remetida por cópia autêntica ao denunciado, que terá o prazo de vinte dias para contestá-la e indicar os meios de prova com que pretenda demonstrar a verdade do alegado

Vê-se, portanto, que não há qualquer previsão legal para o arquivamento de plano da presente denúncia. A única entidade que tem poderes para determinar o arquivamento deste feito é a **comissão especial eleita APÓS A LEITURA DA DENÚNCIA!**

Assim, em homenagem ao princípio da legalidade – a que todos os membros desta casa estão sujeitos, o arquivamento da presente denúncia por qualquer um que não a comissão especial e em qualquer momento anterior ao que prevê o artigo 22 da Lei 1079/50, configura clara hipótese de abuso e desvirtuamento de poder, passível de sanções administrativas e penais.

O Brasil não é um feudo! Leis e procedimentos devem ser respeitados e seguidos à risca por seus agentes públicos!

Assim, por força de lei e da argumentação expendida, não se está a suplicar, mas a **EXIGIR** que esta casa cumpra o princípio da legalidade que Vossas Excelências – como agentes públicos – tem a obrigação de respeitar, mediante o atendimento fidedigno do procedimento previsto na legislação invocada, no sentido de que o Excelentíssimo senhor Presidente desta casa não despache pessoalmente o processo, indeferindo ou não, mas remeta-o, como de lei, para a Comissão Específica, sob pena de, na forma do comando legal, como reza o art. 55 da Constituição Federal, em seu inciso II, notadamente o §1º, ter sua conduta subsumida nas sanções ali chanceladas.

A Comissão Específica, nominada em Lei é que deverá deferir ou indeferir a petição de acordo com seus fundamentos de fato e de direito, como vão abaixo discorridos.

III.ii. DO MÉRITO:

“Quem controla os controladores?”

Esta pergunta foi formulada por Norberto Bobbio em sua obra “O Futuro da Democracia”. No texto o filósofo do direito abordou, emblematicamente, as promessas descumpridas pela Democracia real em contraste com a ideal.

Esta é a mesma pergunta que se impõe onipresente sobre a Democracia brasileira, questionando a sua validade sob a égide dos escândalos cívicos que desfilam sob a fieira de um mesmo nexo causal: A corrupção do processo democrático.

A despeito da pouca credibilidade da tese de que os Denunciados não tinham conhecimento das “falcatruas” praticadas por seus assessores mais próximos – muitas vezes ali, na sala contígua à do mandatário-mór da nação e a despeito de tudo indicar que os maiores beneficiários dos “expedientes não republicanos” foram os Denunciados, o relatório Serraglio com dois volumes e mais de 1.800 páginas, atesta o intrincado esquema desenvolvido para corromper as instituições do Estado, fragilizando, inclusive, o próprio Estado Democrático de Direito, mas olvida-se de incluir no rol de responsáveis os Srs. Presidente e Vice-presidente da República.

Talvez em homenagem ao histórico de vida do Sr. Luís Inácio, a CPMI dos correios – como representação legítima do povo brasileiro e dos Estados da federação, viu por bem conceder ao ora Denunciado um “voto de confiança”, dando crédito exagerado à sua pouco crível tese de defesa.

Quanto a isso, nunca é demais lembrar que, nos idos de 1992, o então Presidente da República – Sr. Fernando Collor de Melo – também utilizou-se da mesma linha de defesa ao argumentar que não sabia que a doação de um Fiat Elba à sua pessoa era feita por conta de tráfico de influência.

Esta casa, na época, agiu de forma implacável e justa, cassando-lhe os direitos políticos. É interessante lembrar, outrossim, que uma das personalidades mais aguerridas à exigir o impedimento do então Presidente da República foi, naqueles tempos, o então presidente de honra do Partido dos Trabalhadores – o Sr. Luís Inácio Lula da Silva, ora Denunciado.

Compreensível que o Sr. Collor de Melo, não possuindo a história de lutas do ora denunciado, não merecesse o “voto de confiança” que foi dispensado à este último, muito embora o esquema que o envolvia possuir ares de “punguismo barato” perto da complexidade do atual “valerioduto”.

Mas, como diz o ditado popular: "água passadas não movem moinhos".

Ocorre, nobres Parlamentares, que há um limite aceitável para o crédito a ser dado pela história de um cidadão e esse crédito – no caso dos denunciados - já se esgotou.

O relato trazido à testilha pelo Sr. Ricardo Kotscho –repita-se mais uma vez – amigo pessoal do Presidente da República há mais de 20 anos, assessor de três das suas quatro tentativas de chegar ao cargo e Secretário de Imprensa e comunicação da Presidência – demonstra de forma cabal que os denunciados, além de se utilizarem de um expediente sórdido e criminoso para alcançarem o cargo máximo da República, mentiram à toda uma nação ao afirmarem de forma taxativa que nada sabiam. Que foram traídos.

Fizeram toda uma nação e – *data máxima vénia* – também à Vossas Excelências de tontos!

Riem as nossas custas!

Senhores parlamentares: Não se enganem! A cidadania queda-se perplexa frente às absolvições de parlamentares confessos ou comprovadamente envolvidos; frente ao cinismo jocoso que samba literalmente afagando com o escárnio de um rebolado a impunidade. A cidadania, no recôndito profundo de sua consciência cívica, julga seus juízes, Jobim e Vídigal, pelos próprios fundamentos aplicados em seus despachos e sentenças. A cidadania sabe, como Turgot e Reinhart Koselleck sabiam, que a legitimidade moral, fundamento republicano da lei, é por assim dizer, o esqueleto político invisível sobre o qual a sociedade e suas instituições foram construídas.

A cidadania ouve, assiste e se pergunta: Quem controla os Controladores? Será que todo o aparato constitucional de repartição de competências, de divisão do Poder, de declaração de direitos, de institucionalização dos princípios de legalidade, impensoalidade, moralidade, republicano e federativo, não é mais capaz de sopitar os interesses escusos que deserdam o princípio maior do bem comum? Será que as instituições transformaram-se em amábas?

Até o mais néscio, o mais ignorante dos brasileiros consegue atinar para um fenômeno curioso: Os atuais escândalos de corrupção, de compra de consciências, de cinismo público e notório elamearam de forma nunca dantes vista esta casa, que representa a vontade do povo, a casa vizinha a esta, que representa os interesses dos Estados da Federação e o Poder Judiciário, responsável pela observância do ordenamento jurídico pátrio, mas sequer resvalam na figura dos Srs. Presidente e Vice-presidente da República, que repousam como se fossem ilhas de probidade em meio a um mar de lama. A quem isso interessa? Onde essa imagem nos levará?

O próprio denunciado já bradou com todas as letras que em um país de cento e oitenta milhões de habitantes, não existe um só capaz de lhe ditar preceitos éticos. Retórica? Ou um pronunciamento consciente no sentido de se auto-proclamar o criador de uma nova ordem? O salvador e único poder isento da nação brasileira?

Vossas Excelências devem levar em conta que ao colocarem interesses particulares, partidários ou ideológicos acima do óbvio que ulula em vossas faces, estão cavando a sepultura desta casa como instituição legítima de controle do Poder Executivo e de seus membros. Percam a legitimidade e perderemos a democracia!

DA NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO DE IMPEDIMENTO

Primeiramente, é necessário delimitar que o processo de impedimento do Presidente da República, chamado processo de Impeachment, não tem como base de sustentação, nem a responsabilidade penal, nem a responsabilidade civil, seja esta última nas modalidades de responsabilidade subjetiva ou objetiva, visto não caber àquela primeira citada, a penal, a modalidade de responsabilidade objetiva.

A estas responsabilidades do presidente caberiam os atos que lhe fossem imputados a título de delitos ou crimes comuns, que, em admitidos pela Câmara dos Deputados, seriam julgados pelo Supremo Tribunal Federal. Quanto a isso, outrossim, também é necessário que se diga que, diante das novas denúncias trazidas à testilhas, que comprovam de forma irrefutável que os Srs. Presidente e Vice-presidente da República detinham conhecimento das ações ilegais que seriam praticadas por seus partidos, também se está encaminhando petição ao ilustre Procurador Geral da República, requerendo que este inclua o Sr. Luis Inácio Lula da Silva e o sr. José de Alencar no rol de denunciados no inquérito n.º 2245, em trâmite perante o STF. Naquela instância é que será apurada a responsabilidade criminal do Srs Presidente e Vice-presidente da República.

Por outro lado, os crimes de responsabilidade, descritos no art. 85 da Constituição Federal e corroborados pela Lei 1079/1950, são aqueles que referem a **RESPONSABILIDADE POLÍTICA**, que é devidamente apurada sob um elástero muito mais dúctil do que àquelas outras, nas quais se exigem requisitos, de tipificação e subsunção, que vão de maior para menor, respectivamente, da área penal para a cível. Tudo isto para garantia da liberdade pessoal e da salvaguarda ao patrimônio dos possíveis acusados naqueles delitos, sejam eles infratores da área penal ou cível ou concomitantemente de ambas as esferas.

A esfera de responsabilidade política é muito mais abrangente do que as outras duas. Ela pode até coincidir com as duas outras mas pode, no entanto, ser simplesmente responsabilidade política sem ter relação alguma com aquelas duas outras. Se houver responsabilidade penal ou cível, elas serão apuradas perante o Supremo Tribunal ou mesmo, posteriormente na jurisdição ordinária, perante a Justiça Comum, já que removida a autoridade do cargo, não gozará mais do privilégio de fórum por determinação do critério *ad personam*. Na responsabilidade política o valor colocado mais alto é a higidez das instituições com seus consentâneos de bem comum e finalidade pública que estão colmatados pelos princípios da legalidade, impensoalidade, moralidade, publicidade e eficiência além da equidade e dos princípios gerais de direito.

Sobre a diferenciação entre responsabilidade penal, civil e política há de se apreciar a lição ministrada pelo mestre Pontes de Miranda, quando preleciona a este respeito:

"A responsabilidade política é o instituto que se impõe às boas Constituições, exatamente porque não há, ou ainda não há, necessidade ou suficiente probabilidade de ser desconstituído o governo culpado de atos graves. Não se trata de declaração de vontade, unilateral, não-receptícia, constitutiva negativa, como a demissão ad nutum do funcionário público, ou receptícia, como a declaração unilateral de vontade com que o locador, segundo, o direito privado (abstraído-se do direito emergencial), denuncia o contrato de locação por tempo indeterminado. Não; os atos que se encadeiam desde a denúncia ou queixa até a sentença final são atos de processo, para aplicação de regras jurídicas, concernentes ao investido na função pública, regras que incidiram. A fortiori, não se trata de instituto de coincidência da vontade popular com o governo, pela qual esse tenha, moralmente (eficácia provável) ou juridicamente (eficácia necessária), de somente governar se essa é a vontade do povo, através do Parlamento (Inglaterra, antes das reformas de 1867 e 1884), ou diretamente (retirada de Disraeli, em 1868, diante do resultado das eleições; Gladstone, em 1874; Balfour, em 1905).

Temos, pois, que os princípios que regem a responsabilização do Presidente da República (e dos Governadores estaduais e dos Prefeitos) são princípios de direito constitucional e princípios de direito processual. Na própria Constituição alemã vaimariana, que possuía a declaração unilateral de vontade não-receptícia do povo (em plebiscito), cuja eficácia era constitutiva negativa (destituição do Presidente da República), nunca se confundiu ela com a responsabilização penal...Na sentença de pronúncia, o juiz tem de dar os “motivos do seu convencimento”: em vez da certeza, a lei satisfaç-se com a probabilidade...”(MIRANDA, Pontes de; in “Comentários à Constituição de 1967 – Impeachment e Julgamento” – Art. 85; Revista dos Tribunais; Pág. 351/357. O grifo é nosso)

No mesmo diapasão José Afonso da Silva (in Curso de Direito Constitucional Positivo; Malheiros editores; 1999; Pág. 548/549), Ricardo Cunha Chimenti (in Curso de Direito Constitucional; 2006; Pág. 298/299) e Celso Ribeiro Bastos afirmam que:

“O art. 86 da Constituição divide o processo de impedimento em duas fases. Na primeira, a Câmara dos Deputados limita-se, pela maioria de dois terços de seus membros, a declarar procedente a acusação. Esta pronúncia implica tão-só na processabilidade do Presidente (ou do Ministro de Estado, em crime conexo com o daquele). Não equivale a um julgamento do acusado, não significa que ele seja culpado. Indica, entretanto, que a Câmara considerou haver indícios e razoáveis provas dos atos imputados aos inculpados. Deliberou também que, levando em conta as consequências políticas do processamento do Presidente, naquele momento, não encontrou razões de monte que tornasse preferível o arquivamento do processo, em atenção aos maiores males advindos de um julgamento, na ocasião, do Chefe Supremo da Nação”. (BASTOS, Celso Ribeiro; in “Curso de Direito Constitucional; 1995; Ed. Saraiva; Pág. 349/350. O grifo é nosso)

Concluindo o assunto de forma professoral em que a metologia da explanação é a tônica, Themistocles Brandão Cavalcanti afirma que:

"a) o processo de impeachment é político e a matéria penal nele contida é subsidiária, tal como ocorre em relação ao direito disciplinar.

O direito penal é fonte, elemento secundário na construção legislativa. O processo político tem conteúdo próprio, inconfundível com o processo penal.

b) a pena criminal independe da política; pode haver responsabilidade política e não ocorrer crime previsto na lei penal.

c) o regime de penas também é diverso, porquanto a pena política não pode ir além da perda do cargo, o que caracteriza a sua natureza política, constituindo em grau elevado, modalidade de pena disciplinar.

d) a condenação criminal, importa pela jurisdição própria, pode se acumular com a pena política, verificando-se, assim, verdadeiro bis in idem, que estaria vedada caso o processo político se confundisse com a pena criminal." (CAVALCANTI, Themistocles Brandão; in "A Constituição Federal Comentada; Ed. José Konfino; Vol. II; 1956; Pág.260)

Alcino Pinto Falcão, comentando a Constituição de 1946, dizia sobre a responsabilidade no impeachment que:

"O nosso artigo 89, ao elencar os crimes de responsabilidade do Presidente da República emprega o vocábulo no sentido restrito, de caso que implica em punição. **Mas nem toda a punição é de natureza penal, podendo ser apenas sanção política**, como é o que ocorre nos Estados Unidos, no caso do impeachment, que nesse ponto se afastou do modelo inglês originário, como bem destaca Alfred Muff (op.cit. pág 27) e com fulcro em De Tocqueville, Pistorius e Duguit, alertando que a decisão do Senado poderá ser tida como judiciária pela forma e pelos motivos sobre que se fundará, mas será administrativa por seu objeto, sendo próximo de um processo disciplinar por sua essência. Nós herdamos o instituto de segunda mão, pelo conduto norte-americano. Em face do que prevê o parágrafo terceiro do art. 62 ("não poderá o Senado Federal impor outra pena que não seja a da perda do cargo com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça ordinária") está evidente que a sanção resultante do impeachment é puramente política, caso

contrário cair-se-ia, eventualmente, num proibido bis in idem. Na doutrina alemã, mesmo na atual (p.ex. Von Weber), há quem acentue a natureza penal do procedimento mas sem razão, como é do parecer da maioria, recapitulada por Menzel, que conclui que se trata de mero procedimento político, a serviço da ordem constitucional" (FALCÃO, Alcino Pinto; in "Novas Instituições de Direito Político Brasileiro; Rio; Ed. Borsoi; 1961; Pág. 184/185; O grifo é nosso)

Outra observação que se deve fazer é a modificação no processo de Impeachment alterando o Bloco de Constitucionalidade, a Lei 1079/1950, adaptada da Constituição de 1946, fazia com que se efetuassem, na Câmara dos Deputados, duas etapas processuais, uma Inquisitiva, como se fosse um Inquérito Policial e outra de Instrução em que o Princípio do Contraditório seria aperfeiçoado através da possibilidade do acusado apresentar a sua defesa, juntamente com a oitiva de testemunhas e depoimentos.

O procedimento da Lei 1079/50 foi suprimido pela Câmara dos Deputados, no ano de 1992, em razão de regras estabelecidas e que foram julgadas perante o Supremo Tribunal Federal através do Mandado de Segurança nº 21.564 de 10.09.1992, sendo que assim, houve como se fora um processo de parlamentarização do sistema Presidencialista, em consonância com o disposto na Constituição Cidadã de 1988, pois foi julgada hígida a ordem estabelecida na matéria que regia o impeachment da seguinte forma:

"a) é competência da Câmara dos Deputados admitir ou não acusação contra o Presidente da República, dando, em caso positivo, conhecimento ao Senado Federal, para fins de processo e julgamento;

b) os dispositivos da Lei nº 1.079, de 1950, são aplicáveis, com exceção dos que traduzem atos típicos de processo, uma vez que a instauração e o julgamento passaram à competência privativa do Senado Federal;

c) proferido, o parecer pela comissão especial, no prazo de sete sessões, a matéria irá ao exame do

plenário em votação única pelo processo ostensivo nominal, considerando-se admitida a acusação, se nesse sentido se manifestarem 2/3 dos Membros da Casa. Sendo a decisão sobre a admissibilidade ou não da denúncia o ato que a autoriza a instauração ou não do processo, a regência é de ordem legal e não regimental, por efeito da aplicação do art. 85, parágrafo único, da Constituição Federal;

d) considera inaplicável o art. 188 do Regimento Interno, inclusive porque conflitante com o art. 218 do mesmo regimento; Lei 1.079, de 1950, art 23 combinado com o art. 184, caput e 187, parágrafo 1º, inciso VI do Regimento Interno". (Impeachment; Supremo Tribunal Federal; Imprensa Nacional; 1995/1996).

DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O que a CPMI dos Correios constatou foi a existência de uma máquina organizada que tinha como centro o chamado VALERIODUTO. Esse sistema funcionou em várias fases – da 1^a até a 6^a - como está descrito no Relatório Final da CPMI, às fls. 679 até 687. O numerário obtido através desta máquina era distribuído para subsidiar as eleições municipais, como esmiúça o relatório de fls. 827:

7.6.15.1.8 Diagrama 7 - Distribuição de recursos a eleições municipais

O Diagrama 7 retrata a concentração de saques e transferências bancárias próximas às eleições municipais de 2004. O período analisado compreendeu os meses de agosto e setembro de 2004, portanto dois meses antes das eleições municipais.

O montante de recursos transacionados nesse período foi de R\$ 3.593.807,77, sendo que, no mês que antecedeu as mencionadas eleições, foram movimentados cerca de R\$ 2.160.000,00.

Chama a atenção o fato de que tais transações, diferentemente de outras constatadas nos diagramas anteriores, passaram a ter valores menores e

quebrados, diferindo do padrão até então observado de valores elevados e redondos.

Portanto, diante dos fatos até o momento constatados, o Mensalão, em todas as suas variantes, mostra-se como uma espécie de "Fundo de Recursos" para consecução de objetivos político-partidários."

Em relação a este esquema, o Senhor Presidente da República, muito embora mantivesse posição de complacência, insistindo em manter ao seu lado – como homem forte de seu governo – o Sr. José Dirceu de Oliveira, controveteu a questão, deixando claro que **nada sabia a respeito das falcatruas comandadas por seu mais proeminente assessor**, em entrevista concedida em Paris em 17.07.2005 para a jornalista Melissa Monteiro:

O senhor foi criador do PT. É impossível não associar a sua imagem à imagem do partido. Hoje ele comemora 25 anos e, infelizmente, está envolvido em todas essas denúncias de corrupção. Onde foi que o pai, Lula, errou?

Lula – Olha, eu tenho o PT como filho, por que eu ajudei, sou um dos fundadores do PT. Acho que o PT está sendo vítima do seu crescimento, ou seja, em 20 anos chegamos à presidência do Brasil, coisas que, em outras partes do mundo, muitos partidos demoraram 100 anos para chegar. **A minha tese é de que o PT tem explicar para sociedade brasileira que erros cometeu.** Na medida em que o partido trocou a direção e está fazendo uma auditoria interna, o Tarso Genro tem o compromisso de explicar para a sociedade onde e por que o PT errou, e o que vai fazer para consertar este erro.

O que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente. Eu acho que as pessoas não pensaram direito no que estavam fazendo. O PT tem na ética uma de suas marcas mais extraordinárias. **E não é por causa do erro de um dirigente ou de outro que você pode dizer que o PT está envolvido em corrupção.** Eu acho que a nova direção do partido saberá explicar para a sociedade o que aconteceu com o PT e o que vai acontecer daqui para a frente.

Percebe-se que o Sr. Presidente menciona o erro – que entende ser algo “sistemático” na política brasileira – como se fosse exclusivo de “algumas pessoas do PT”, dentre as quais ele não se incluía.

Chega a ser curioso que, segundo o seu raciocínio, a culpa de toda a corrupção que envolve o PT, em uma última instância, seria do povo brasileiro que – seduzido pela figura do trabalhador que enchia a boca para clamar por ética e probidade na política – proporcionou um crescimento meteórico do partido criado por ele, crescimento este que acabou sendo o responsável pelo SEU corrompimento ético.

O que o Sr. Presidente não explicou à época, foi o fato de que o último e principal beneficiário de todas as irregularidades apontadas pela CPMI seria ele e seu vice. Todas as pessoas que cometeram o “erro sistemático” como ele nominara, trabalharam, em última instância, a favor do objetivo que ele perseguia desde 1989 – a Presidência da República.

Valerioduto ou Caixa-Dois, qualquer das duas formas, consubstanciadas, levará a incidência da corrupção eleitoral, pois, através de dinheiro espúrio se injeta verba no partido adulterando o resultado nas urnas, sem a contabilização da Justiça Eleitoral, e com numerário de fontes escusas.

Pois bem, com a publicação do livro do Sr. **Ricardo Kotscho**, os argumentos dos ora denunciados caem por terra. Segundo a obra – que não se trata de publicação de ficção, mas texto documental auto-biográfico, o autor teria presenciado uma reunião onde a semente do mensalão (ou caixa-dois de campanha) fora plantada pelo **Sr. Presidente da República, o Sr. Vice-presidente da República, o Sr. José Dirceu e o Presidente do Partido Liberal**. Luis Inácio Lula da Silva não fora traído **TRAIU O POVO BRASILEIRO!**

O art. 85, inciso V, da Constituição Federal, reza que é crime de responsabilidade aquele praticado contra a probidade na administração, sendo que a Lei 1079/50, regulamentando o texto constitucional, expressa, o seguinte:

"Artº 9 – São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

Inciso 7 – proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

Ora, os Excelentíssimos Senhores Presidente e Vice-presidente da República, ao contrário do que o primeiro alegou ao povo brasileiro, tinham pleno e incontestável conhecimento das práticas ilegais que seriam levadas a efeito por seus assessores mais próximos. Isso se desconsiderarmos a hipótese de que – naquele quanto narrado pelo jornalista **Ricardo Kotscho** - tenham eles próprios idealizado o “mensalão” (ou caixa-dois de campanha).

Diante deste novo cenário, fica fácil entender o constante aparelhamento da máquina estatal, como instrumento de viabilização de tráfico de influência. Efetivando-se tal aparelhamento com a anuência dos ora Denunciados, permite-se todo o tipo de infração às leis de ordem pública que regulam as licitações, as eleições, a administração, a moralidade, a impessoalidade e todo o séquito impostergável dos valores da república e da federação.

Vejamos o significado morfológico dos adjetivos enumerados no inciso 7, do artigo 9º da Lei 1079/50:

“*Dignidade. 1. Na linguagem jurídica em geral quer dizer: a) qualidade moral que infunde respeito; b) honraria; título ou cargo de elevada graduação; d) respeitabilidade; e) nobreza ou qualidade do que é nobre...*” (DINIZ, Maria Helena; in “Dicionário Jurídico”; Volume 2 – D-I; 1998; Ed. Saraiva; pág. 133; Grifo nosso)

“*Honra. 1.(...) 2.Nas linguagens jurídica e comum: A) crédito oriundo da probidade ou do bom procedimento; b) manifestação de consideração e estima tributada a alguém (Aristóteles); c) valor social*

reconhecido pelo grupo a alguém que se destaque na arte, ciência etc.; d) sentimento que leva o homem a procurar merecer e manter a consideração pública; e) homenagem ao talento, à virtude e às boas qualidades da pessoa; f) fama; g) **probidade**; h) celebridade; i) virgindade, castidade; j) manifestação exterior de respeito; k) pessoa que pelo seu talento ou mérito dignifica a classe a instituição ou o país a que pertence; l) dignidade daquele que age de **conformidade com a moral**; m) valor moral da pessoa..." (Op. Cit.; Pág.738; Grifo nosso)

"Decoro. 1. Na linguagem jurídica em geral, quer dizer: a) **honradez, dignidade ou moral**; b) **decência**; c) **respeito a si mesmo e aos outros...**" (op. Cit.; pág. 24; Grifo Noso)

Diante de tais definições, o ofício que se atribui a Vossas Excelências, na qualidade de representantes do povo brasileiro é que, à luz dos preceitos éticos e morais comuns à toda a nação, oriundos de nossas raízes e costumes históricos se torna relativamente fácil:

Basta que os nobres parlamentares, diante de provas incontestáveis de que os Exmos. Srs. Presidente e Vice-presidente da República estiveram presentes em reunião onde se delineou as linhas do que posteriormente seria denunciado como "mensalão" (ou caixa-dois de campanha), e diante do fato de que as mesmas autoridades em questão vieram a público e manifestaram seu total desconhecimento das irregularidades em questão – dizendo-se traídas por aqueles que desta forma procederam, analisem se tal atitude:

- a) É compatível com a "**qualidade moral que infunde respeito**";
- b) Corresponde à atitude típica da "**dignidade daquele que age de conformidade com a moral**"; e
- c) Corresponde à atitude de "**respeito a si mesmo e aos outros**"

Diante do fato de que Vossas Excelências são representantes de um povo para quem aquele que conspira, é conivente ou pratica crime e aquele que mente da forma mais pueril à toda uma nação, não é digno de adjetivos como digno, honrado, e decoroso, o Excelentíssimo Sr. Presidente da República e o Exmo. Sr. Vice-Presidente da República não mais guardam os requisitos indispensáveis à sua manutenção nos respectivos cargos, devendo – por essa razão – serem demovidos dos mesmos.

É necessário ressaltar que só é legítimo um parlamento que representa não só os desejos, mas a cultura de um povo. Diante das provas que ora se apresenta, no sentido de que os Denunciados, além de se utilizarem de práticas espúrias e se beneficiarem de relações e operações financeiras irregulares para alcançarem seus atuais cargos, ainda mentiram a toda uma nação, afirmado de forma taxativa que nada sabiam a respeito das falcatruas levadas a efeito por seus assessores mais próximos, só nos resta esperar que esta casa cumpra com seu dever e mostre guardar ainda a representatividade popular.

Aceitando como válidas as atitudes perpetradas pelos ora Denunciados, Vossas Excelências estarão agindo como representantes do povo de outra nação que não o Brasil.

DO PEDIDO

Parafraseando o encerramento histórico da Petição de Impeachment contra o Presidente Collor, levada a efeito pela ABI e pela OAB, em 1992:

"Investidos da função de juízes e compenetrados da importância histórica da decisão que vão proferir, os membros do Congresso Nacional hão de inspirar-se na lição de Rui Barbosa, quando invocou os dizeres do grande pregador do Século XVII, o Padre Manuel Bernardes:

"A todo que faz pessoa de juiz, ou ministro, manda Deus que não considere na parte a razão de príncipe poderoso ou de pobre desvalido, senão só a razão de seu próximo... Bem praticou esta virtude Canuto, rei dos vândalos, que, mandando justiçar uma quadrilha de salteadores, e pondo um deles embargos de que era parente del Rey, respondeu: se provar que é nosso parente, razão é que lhe façam a força mais alta."

"Nem hão de olvidar, também, o ensinamento de Edmund Burke:"

"É por este tribunal que os governantes que abusam do poder são julgados; não segundo as minúcias e refinamentos da teoria criminal, mas de acordo com os largos e sólidos princípios da moralidade."

Assim sendo, pelos fatos acima imputados, denuncia-se, a Sua Excelência, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, Presidente da República e Sua Excelência JOSÉ DE ALENCAR, Vice-presidente da República, por infração ao artigo 85, inciso V, da Constituição Federal e ao artigo 9º, inciso 7, da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, requerendo que, recebida esta como objeto de deliberação e admitida nessa Câmara dos Deputados, a acusação ora formulada, seja a mesma remetida para julgamento ao Senado Federal, onde há de ser julgada procedente, para o fim de se impor ao denunciado as sanções da perda do cargo e da inabilitação para o exercício da função pública, pelo prazo de oito anos.

Obrando assim, a signatária provará perante a Nação, que a Democracia é uma via expressa com duas mãos. Ela possibilita que o eleitor vote, como a signatária votou no Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva para a ocupação do cargo de Presidente da República, mas permite também que, alterando-se as condições de legitimidade do governante, o eleitor revogue a confiança nele depositada peticionando perante o Tribunal da Nação que é o Congresso Nacional, fazendo viva e presente na história cívica a lição ministrada por Thomas Jefferson, quando este gravou as palavras inscritas na Declaração de Independência das Colônias Americanas:

"Para assegurar estes direitos é que os Governos foram instituídos entre os homens, derivando seus

justos poderes do consentimento dos governados. Que, sempre que qualquer outra forma de governo tornar-se destruidora destes objetivos, é direito do Povo alterá-la ou aboli-la, e instituir um novo Governo que tenha, nestes princípios, o seu fundamento, e organizando seus poderes de tal forma a assegurar a sua Segurança e Felicidade."

No mesmo diapasão, a Declaração Francesa de 1789 preleciona:

“XV - A sociedade tem o direito de pedir contas de sua administração a todos os agentes do poder público.”

"XVI - Toda a sociedade na qual a garantia dos direitos não é assegurada, nem a separação dos poderes determinada, não tem constituição."

DAS PROVAS:

Requer-se a juntada de cópia de documentos pertinentes dos autos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos “Correios”, criada para apurar os fatos ali contidos e relatados que envolveram Ex-Ministros e Funcionários diretamente nomeados por sua Excelência o Presidente da República, bem como da Denúncia do Exmo. Sr. Procurador Geral da República, perante o STF, acerca daquelas imputações, protestando-se pelo interrogatório dos denunciados, pela produção de prova documental, se necessário, pela inquirição das testemunhas abaixo arroladas:

1. Ricardo Kotscho
 2. Roberto Jefferson;
 3. Valdemar Costa Neto;
 4. José Dirceu;
 5. Paulo Rocha;
 6. Aldo Rebelo

São Paulo, 23 de agosto de 2006.

LUCIANO JULIANO BLANDY
QAB/SP 182 503

**CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 21/2006-CN**

**MENSAGEM
N.º 00100, de 2006 – CN
(Nº 00744/2006, na origem)**

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R\$ 9.571.597,00 (nove milhões, quinhentos e setenta e um mil, quinhentos e noventa e sete reais), para os fins que especifica.”

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

EMENDA - 00001

PL 021/2006-CN

Mensagem 0100/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN – 021/2006 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – OBRAS DE DRENAGEM EM DIVERSOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DE REAIS).

ORGÃO: 53000

UNIDADE: 53201

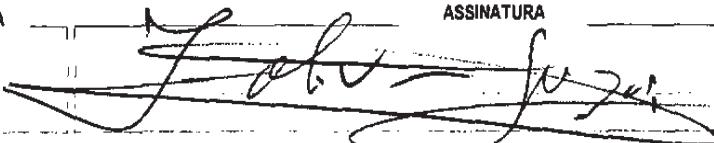
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.0757.12DV.0023

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

VALOR R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE OBRAS DE DRENAGEM URBANA SUTENTÁVEL, PARA QUE SE POSSA EXECUTAR OBRAS DE DRENAGEM, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO QUE HABITA NOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO JOSÉ DIVINO	RJ	S/P
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002****PL 021/2006-CN****Mensagem 0100/2006-CN****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO****PLN - 021/2006 - CN****PÁGINA****01 DE 01****TEXTO**

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – PERFURAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE POÇOS ARTESIANOS, EM DIVERSOS MUNICÍPIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DE REAIS).

ORGÃO: 53000

UNIDADE: 53201

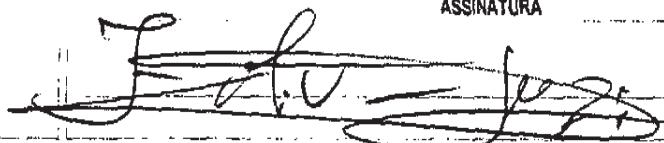
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 18.542.1305.4538.0031

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

VALOR R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE OBRAS DE PERFURAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE POÇOS ARTESIANOS, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO QUE HABITA NOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO.

CÓDIGO**NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO JOSÉ DIVINO****RJ****S/P****DATA****ASSINATURA**

ATO DO PRESIDENTE Nº 052, DE 2006.

Abre ao Orçamento Fiscal da Unidade Orçamentária 02.101 - Senado Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 4.321.635,00, para reforço de dotação consignada na Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso I do § 1º do art. 64, da Lei nº 11.178, de 2005 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO-2006, combinado com a alínea “a”, inciso I, do art. 4º, da Lei nº 11.306, de 2006 – Lei Orçamentária Anual – LOA e considerando as disposições contidas na Portaria nº 05/SOF/MP, de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da Unidade Orçamentária 02.101 – Senado Federal, crédito suplementar no valor de R\$ 4.321.635,00 (quatro milhões, trezentos e vinte e um mil, seiscentos e trinta e cinco reais) para atender à programação constante do Anexo deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrem de anulação parcial de outro subtítulo, conforme Anexo deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2006.


Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente

ANEXO

ORGÃO : 02000 - SENADO FEDERAL
UNIDADE : 02101 - SENADO FEDERAL

ATO DO PRESIDENTE N.º 053 , DE 2006

“Retifica o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2006.”

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, Inciso II e parágrafo único, e, 55, inciso I, alínea “a” e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica retificado, na forma do anexo, o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL** do Senado Federal, referente ao primeiro quadrimestre de 2006, compreendendo a consolidação dos dados de maio/2005 a abril/ 2006, em atendimento ao art. 2º, parágrafo único da Portaria STN nº 692, de 18 de setembro de 2006.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2006.

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
 SENADO FEDERAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2005 A AGOSTO/2006

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL		DESPESA LIQUIDADA
		SET/2005 A AGO/2006
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		2.154.701
Pessoal Ativo		1.424.740
Pessoal Inativo e Pensionistas		729.961
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)		0
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)		450.953
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		2.712
Decorrentes de Decisão Judicial		0
Despesas de Exercícios Anteriores		95.511
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		350.844
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF).		1.886
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) ¹		74.895
Contribuições Patronais		74.895
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I-II+III)		1.778.643
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		334.601.602
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL (V) $= (IV / V) \times 100$		0,53
LIMITE MÁXIMO (inciso I, art. 20 da LRF)	0,86%	2.877.574
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,82%	2.743.733

FONTE: SIAFI, SSCONT/SF e Portaria STN nº 692, de 18 de setembro de 2006.

¹ Valor referente à movimentação financeira concedida ao RPPS relativa à contribuição patronal de setembro a dezembro/2005.

NOTA: As contribuições patronais ao RPPS realizadas em 2006 - no montante de R\$ 112.591.582,46 - integram a despesa com pessoal ativo, em cumprimento às disposições contidas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 688/2005.

EDVAL FERREIRA SILVA
 Diretor Financeiro

PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA
 Diretora da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
 SENADO FEDERAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2005 A ABRIL/2006

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA
	MAI/2005 A ABR/2006
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.942.527
Pessoal Ativo	1.261.094
Pessoal Inativo e Pensionistas	681.433
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	358.303
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.884
Decorrentes de Decisão Judicial	0
Despesas de Exercícios Anteriores	68.644
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	285.808
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF).	967
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) ¹	117.629
Contribuições Patronais	117.629
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I-II+III)	1.701.853
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	320.913.195
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V)	0,53
LIMITE MÁXIMO (inciso I, art. 20 da LRF)	0,86%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,82%

FONTE: SIAFI, SCONT/SF e Portaria STN nº 692, de 18 de setembro de 2006

¹ Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal contabilizada de abril a dezembro/2005.

NOTA: As contribuições patronais realizadas em 2006 - no montante de R\$ 49.740.565,49 - integram a despesa com pessoal ativo, em cumprimento às disposições contidas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 688/2005.

EDVAL FERREIRA SILVA
 Diretor Financeiro

PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA
 Diretora da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

ATO DO PRESIDENTE N.º 054 , DE 2006

“Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Segundo Quadrimestre de 2006.”

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e parágrafo único, e, 55, inciso I, alínea “a” e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL** do Senado Federal, referente ao segundo quadrimestre do exercício financeiro corrente, compreendendo a consolidação dos dados de setembro/2005 a agosto/2006, na forma do anexo, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2006.


Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

UNIÃO - PODER LEGISLATIVO
 SENADO FEDERAL
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2005 A AGOSTO/2006

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDA
	SET/2005 A AGO/2006
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.154.701
Pessoal Ativo	1.424.740
Pessoal Inativo e Pensionistas	729.961
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF) (II)	450.953
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.712
Decorrentes de Decisão Judicial	0
Despesas de Exercícios Anteriores	95.511
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	350.844
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF).	1.886
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) ¹	74.895
Contribuições Patronais	74.895
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (IV) = (I-II+III)	1.778.643
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	334.601.602
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (IV / V) x 100	0,53
LIMITE MÁXIMO (inciso I, art. 20 da LRF)	0,86%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,82%

FONTE: SIAFI, SCONT/SF e Portaria STN nº 692, de 18 de setembro de 2006.

¹ Valor referente à movimentação financeira concedida ao RPPS relativa à contribuição patronal de setembro a dezembro/2005.

NOTA: As contribuições patronais ao RPPS realizadas em 2006 - no montante de R\$ 112.591.582,46 - integram a despesa com pessoal ativo, em cumprimento às disposições contidas na Portaria Interministerial STN/SOF nº 688/2005.

EDVAL FERREIRA SILVA

Diretor Financeiro

PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA

Diretora da Secretaria de Controle Interno

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 211 , DE 2006

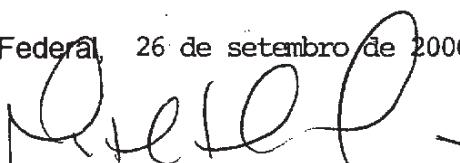
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar até o dia 31 de dezembro o prazo de vigência dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 77, de 2006, do Diretor-Geral.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 1º de outubro de 2006.

Senado Federal, 26 de setembro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Portaria do Diretor-Geral

Nº 212 , de 2006

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso das suas atribuições regulamentares, conferidas pelo art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar a Comissão Especial designada pela Portaria do Diretor-Geral nº 181 de 2005, até 31 de dezembro de 2006.

Senado Federal, 26 de setembro de 2006.


Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1906 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE

designar o servidor **Manoel Moraes de Queiroz, matrícula nº 10938**, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 1º de setembro de 2006, com lotação e exercício nesta Diretoria-Geral.

Senado Federal, 26 de setembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

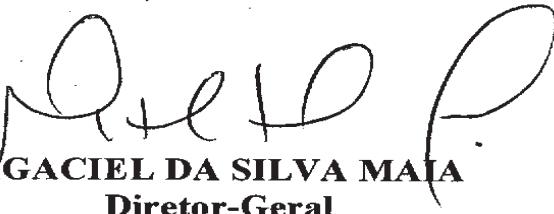
ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1907 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE

designar a servidora **MARTHA LÚCIA CAVALCANTI VELOSO, matrícula nº 38572**, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 1º de setembro de 2006, com lotação e exercício na **Subsecretaria de Planejamento, do Serviço de Atendimento ao Usuário do SIS**.

Senado Federal, 26 de setembro de 2006.



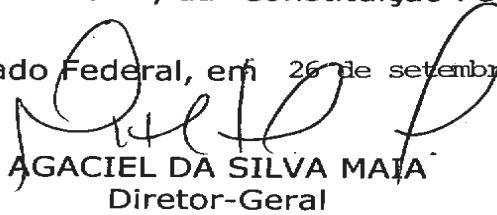
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1908 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.149/90-4.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 076/1990, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor **HERMES FRANCO DOS SANTOS**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 25 de outubro de 2000, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2006.



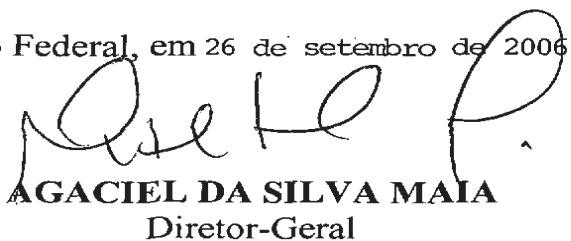
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1909 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005, e do Processo nº **014422/06-9**,

RESOLVE alterar o cargo, em comissão, do servidor **LUIZ FELLIPE MELLO SALOMON**, matrícula nº 164383, de Secretário Parlamentar para o de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Delcídio Amaral.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2006.



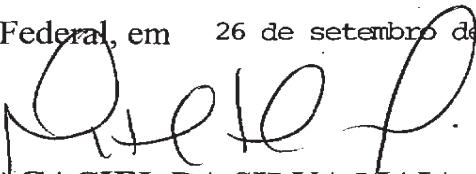
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1910, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014399/06-7**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MÔNICA VILELA PATO**, matrícula n.º 160158, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Maguito Vilela, a partir de 14 de setembro de 2006.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2006.



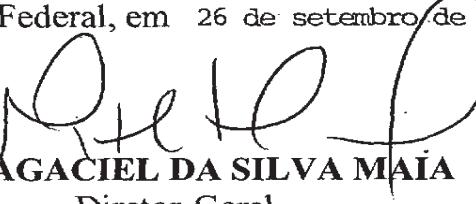
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1911, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014410/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANNIE IVY FERREIRA DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Heloísa Helena.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2006.



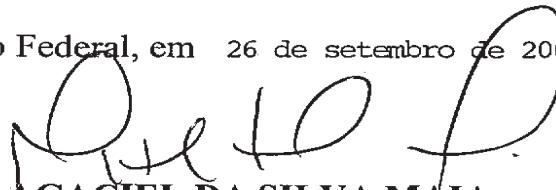
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1912 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014398/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ MAGNO PATO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, em 26 de setembro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
CERTIDÃO

CERTIFICO que não foi convocada reunião para instalação da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 321, adotada em 12 de setembro de 2006 e publicada em 13 do mesmo mês e ano, que “Acresce art. 18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia”, em virtude do Senado Federal estar funcionando nos termos do parágrafo único do art. 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Para constar, foi lavrada a presente Certidão, que vai assinada por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2006.



SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PRB – Roberto Cavalcanti **^S

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PSDB – Marcos Guerra**^S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PT – Delcídio Amaral **
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Geovani Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS**(9 titulares e 9 suplentes)****Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB****Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾ PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL) 3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ³		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira ⁶	MG	2244	1. Leomar Quintanilha (PC do B) ⁵	TO	2073
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Geovani Borges ⁷	AP	1712
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁴		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 5.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ A Senadora Serys Shhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

⁵ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gerson Camata, em vaga cedida pelo PMDB, de acordo com o OF. GLPMDB nº 318/2006, de 14.8.2006, e Ofício nº 269/2006, de 15.8.2006, aprovados na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁶ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Ney Suassuna, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

⁷ Passou a integrar o Conselho de Ética no lugar do Senador Gilvam Borges, de acordo com Of. GLPMDB nº 319/2006, de 14.8.2006, aprovado na Sessão do SF de 5.9.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 1º.9.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Retornou em 18.8.2006, após término de licenças concedidas de acordo com Requerimentos nº 455 e 456, de 2006 (DSF de 30.8.2006).

⁴ Retornou em 31.8.2006, após término da licença concedida de acordo com Requerimento nº 498, de 2006 (DSF de 1.9.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 15.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2^a Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2^a Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6^a Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

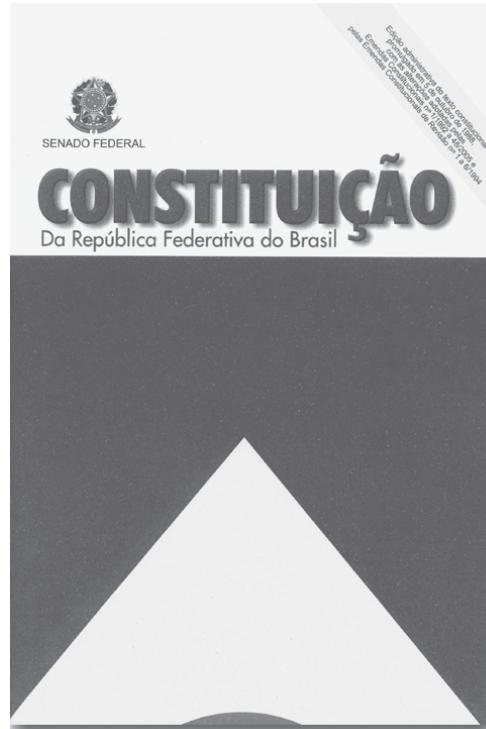
Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo econômico)

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS